

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

GABRIELLA VASCONCELLOS DE ARAÚJO

**Tradição Secular – As Paneleiras de Goiabeiras: Cultura Imaterial e Representação Social
do Estado do Espírito Santo**

Doutorado em Ciências Sociais

São Paulo, SP

2018

GABRIELLA VASCONCELLOS DE ARAÚJO

Tradição Secular – As Paneleiras de Goiabeiras: Cultura Imaterial e Representação Social
do Estado do Espírito Santo

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bogus.

São Paulo, SP

2018

GABRIELLA VASCONCELLOS DE ARAÚJO

Tradição Secular – As Paneleiras de Goiabeiras: Cultura Imaterial e Representação Social
do Estado do Espírito Santo

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais, sob a orientação da Profa. Dra. Lucia Maria Machado Bogus.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha vida e pelos presentes que ela me trouxe!

À Manuela, minha filha amada, que com seus onze meses cheios de vida e de graça, ensina-me a ser mãe e enche a minha vida de luz, alegria e amor!

Ao Gabriel, meu marido, pelo amor que nos une e por ser meu companheiro na vida. Obrigada pela sua força, por sua dedicação, por sua confiança em mim, e principalmente pela sua presença em minha vida!

À minha mãe Zezé, que soube me ensinar a não desistir dos meus sonhos!

Aos meus avós, Pergentino e Ilária, especialmente à vovó Larica, minha musa inspiradora, pelo amor incondicional, exemplo de fé e amor ao próximo!

À querida orientadora professora doutora Lucia Maria Machado Bógus, pela generosidade de aceitar dirigir a minha tese, por sua competência teórica e seus ricos ensinamentos durante todo o doutorado, pela convivência respeitosa, fraternal e construtiva!

Aos professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, por compartilharem seus conhecimentos!

À todos os funcionários da PUC-SP que, com seus trabalhos cotidianos, tornaram possível a produção do presente trabalho!

Aos colegas do doutorado, pelas ricas trocas de experiências durante esse percurso!

Às professoras da banca de qualificação Dra. Rossana Ferreira da Silva Mattos e Dra. Teresinha Bernardo, por suas preciosas considerações ao presente trabalho e generosas sugestões de aprimoramento!

Às professoras da banca examinadora Dra. Rossana Ferreira da Silva Mattos, Dra. Maria Cristina Dadalto, Dra. Marisa do Espírito Santo Borin e Dra. Teresinha Bernardo por terem gentilmente aceitado o convite para integrar a banca examinadora e pelas palavras e comentários que enriqueceram a minha defesa!

À querida professora doutora Rossana Ferreira da Silva Mattos, por ter despertado em mim vontade e confiança para buscar o doutorado, por estar sempre presente e pela orientação no momento certo. Obrigada pelo incentivo e pelo exemplo de generosidade, competência e perseverança não apenas no campo científico como frente às adversidades da vida!

À querida Carla Nardi Bonisenha, amiga de todas as horas, pela amizade, apoio, paciência e compreensão nas vezes em que necessitei isolar-me, retardando algumas respostas às demandas do RH!

Aos meus amigos queridos, por todos os nossos preciosos encontros que tornarem a minha caminhada mais leve!

Às paineleiras de Goiabeiras: Joana, Augusta, Madalena, Belmira, Laurinda, Alice e Giu, e aos Artesãos: Jorge e Otávio, que participaram com muita disposição desse trabalho fazendo parte do grupo entrevistado, pela acolhida e sincera solicitude, o meu muito obrigada!

Ao UNESCO – Centro Universitário do Espírito Santo, que proporcionou meu crescimento acadêmico e científico!

À todos os que apoiaram, acreditaram ou colaboraram de alguma forma para que este trabalho se realizasse, o meu muito obrigada!

Todo capixaba tem um segredo de espuma
Uma conversa de duna
Um disse me disse
Todo capixaba é chique
Todo capixaba tem um pouco de beija flor no bico
Uma panela de barro no peito
Uma orquídea no gesto
Um cafezinho no jeito
(Elisa Lucinda)

RESUMO

ARAÚJO, Gabriella Vasconcellos. **Tradição secular – as panelleiras de Goiabeiras: cultura imaterial e representação social do estado do Espírito Santo**. 148 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

No final da década de 1930, o Estado Brasileiro criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o intuito de preservar a cultura material brasileira. Mais tarde, a Constituição Federal de 1988 ampliou a atuação do IPHAN incorporando os patrimônios imateriais. Considera-se patrimônio cultural material ou imaterial todo bem cultural que for reconhecido pelo grupo social como referência de sua cultura, de sua história, presente na memória do povo e que faz parte do cotidiano. Desde a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) até março de 2018, foram registrados quarenta e um Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil, dentre eles as panelleiras de Goiabeiras, objeto de estudo deste trabalho. O problema central deste trabalho baseou-se na seguinte indagação: O reconhecimento do ofício das panelleiras de Goiabeiras como um bem cultural de natureza imaterial pelo IPHAN, contribuiu para o reconhecimento e fortalecimento da tradição das panelleiras, dos grupos sociais envolvidos no processo de produção das panelas de barro e para o desenvolvimento socioeconômico da região onde as panelleiras estão estabelecidas? A pesquisa foi realizada por meio de observação direta, análise dos mapas da cidade de Vitória, com um olhar voltado para o bairro de Goiabeiras, análise de documentos e registros culturais, além de entrevistas em profundidade com as detentoras do saber. Como resultado, constatou-se que apesar do reconhecimento do ofício das panelleiras de Goiabeiras como um bem cultural de natureza imaterial pelo IPHAN, este corre risco de extinção pela falta de interesse dos descendentes em dar continuidade, pela ausência de políticas públicas efetivas que reconheçam e divulguem o trabalho desenvolvido pela comunidade, bem como pela falta de reconhecimento da sociedade capixaba dos trabalhos culturais desenvolvidos pelos seus conterrâneos.

Palavras-Chave: Patrimônio Imaterial, Patrimônio Cultural do Brasil, Iphan, Panelleiras de Goiabeiras, Panela de Barro.

ABSTRACT

ARAÚJO, Gabriella Vasconcellos. **Tradição secular – as panelleiras de Goiabeiras: cultura imaterial e representação social do estado do Espírito Santo**. 148 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

In the late 1930s, the Brazilian State created the Institute of National Historical and Artistic Patrimony (IPHAN) with the aim of preserving Brazilian material culture. Later, the 1988 Federal Constitution extended IPHAN's operation by incorporating immaterial patrimony. It is considered material or immaterial cultural patrimony every cultural property that is recognized by the social group as a reference of its culture, its history, present in the memory of the people and that is part of everyday life. Since the creation of the National Program of Immaterial Patrimony (PNPI) until March 2018, have been registered forty-one Immaterial Cultural Patrimony of Brazil, among them the panelleiras de Goiabeiras, the object of study of this work. The central problem of this work was based on the following question: The recognition of the Metier of the panelleiras de Goiabeiras as a cultural property of immaterial nature by the IPHAN contributed to the recognition and strengthening of the tradition of the panelleiras, of the social groups involved in the process of production of the clay pan and for the socioeconomic development of the region where the panelleiras are established? The research was carried out through direct observation, analysis of Vitória's city map, with a look at the neighborhood of Goiabeiras, analysis of documents and cultural records, as well as in - depth interviews with the holders of knowledge.

As a result, it was verified that despite the recognition of the Metier of the panelleiras de Goiabeiras as a cultural property of immaterial nature by the IPHAN, the metier is at risk of extinction due to the lack of interest of the descendants to continue the metier, due to the absence of effective public policies that recognize and disseminate the work developed by the community, as well as by the lack of recognition of the Capixaba society of the cultural works developed by their fellow countrymen.

Keywords: Immaterial Patrimony, Cultural Patrimony of Brazil, Iphan, Panelleiras de Goiabeiras, Clay Pan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Confecção de panelas de barro.....	16
Figura 2 - Moqueca Capixaba.....	17
Figura 3 - Organograma IPHAN	34
Figura 4 - Fluxograma do processo de registro	45
Figura 5 - Regiões Administrativas de Vitória	60
Figura 6 - Localização do bairro de Goiabeiras.....	61
Figura 7 - Processo de fabricação da panela de barro.....	76
Figura 8 - Modelagem manual da panela de barro	77
Figura 9 - Queima da panela de barro a céu aberto	78
Figura 10 - Extração da argila.....	78
Figura 11 - Extração do Tanino para tintura da panela de barro	80
Figura 12 - Açoite da panela de barro.....	81
Figura 13 - Galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras	83
Figura 14 - Densidade Habitacional de Vitória	66
Figura 15 - Distribuição da População de Vitória por Bairro.....	68
Figura 16 - Crescimento Absoluto da População em Vitória por Bairro.....	69
Figura 17 - IQU Médio 1991	70
Figura 18 - IQU Médio 2000	70
Figura 19 - IQU rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos 1991	71
Figura 20 - IQU rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos 2000	72
Figura 21 - Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória 2010	72
Figura 22 - Participação da População Branca no Total de Habitantes por Bairro de Vitória em 2010.....	73

Figura 23 - Participação da População Negra e Parda no Total de Habitantes por Bairro de Vitória em 2010	74
Figura 24 - Idade dos Entrevistados	90
Figura 25 - Tempo no ofício da confecção da panela de barro.....	91
Figura 26 - Gênero dos Entrevistados.....	92
Figura 27 - As panelleiras de Goiabeiras e suas diferentes gerações	93
Figura 28 - Primeiras experiências com a panela de barro	97
Figura 29 - Continuidade do ofício pelos descendentes	103
Figura 30 - Preocupação com a continuidade da tradição das gerações.....	107
Figura 31 - Orgulho de ser panelleira	113
Figura 32 - Paixão pela panela de barro	117
Figura 33 - Reconhecimento e valorização das panelleiras de Goiabeiras.....	119
Figura 34 - Valorização e reconhecimento da criatura ou do criador?	123
Figura 35 - Benefícios da Associação e do galpão das panelleiras.....	126
Figura 36 - Bairro de Goiabeiras	131
Figura 37 - Percepção das panelleiras de Goiabeiras sobre o papel e a função do IPHAN....	133
Figura 38 - Participação masculina no ofício da panela de barro	136

LISTA DE SIGLAS

DOU	-	Diário Oficial da União
DPI	-	Departamento de Patrimônio Imaterial
IBPC	-	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
INRC	-	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PNPI	-	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
SPHAN	-	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Listagem dos Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil Por Ordem Cronológica.....	48
Quadro 2 - Listagem dos Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil Por Ordem de Livro de Registro.....	49
Quadro 3 - Listagem dos Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil Por Estado.	51
Quadro 4 - Número de Registro Por Estado	53
Quadro 5 - Listagem dos Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil Por Abrangência – Estadual, Local, Nacional E Regional.	54
Quadro 6 - Listagem dos Bens em Processo de Registro	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ranking de Bairro por Densidade Habitacional de Vitória - 2000 e 2010.....	67
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
1.1.1	<i>Método e Tipo de Estudo</i>	<i>19</i>
1.1.2	<i>Coleta de Dados</i>	<i>20</i>
1.1.3	<i>Participantes da Pesquisa</i>	<i>23</i>
1.1.4	<i>Análise dos Dados</i>	<i>24</i>
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	30
2.1	PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	30
2.1.1	<i>IPHAN: Missão, visão e estrutura.....</i>	<i>32</i>
2.1.2	<i>Patrimônio Cultural Material e Imaterial.....</i>	<i>36</i>
2.1.3	<i>PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.....</i>	<i>37</i>
2.1.4	<i>Mapeamento e Inventários</i>	<i>40</i>
2.1.5	<i>Registro dos bens culturais imateriais</i>	<i>41</i>
2.1.6	<i>Salvaguarda do bem cultural imaterial.....</i>	<i>57</i>
2.2	BAIRRO DE GOIABEIRAS	59
2.2.1	<i>Segregação socioespacial</i>	<i>62</i>
2.2.1.1	<i>Análise da Segregação Socioespacial na Região do Bairro de Goiabeiras.....</i>	<i>66</i>
2.3	PANELEIRAS DE GOIABEIRAS.....	75
2.4	CULTURA CAPIXABA	85
3	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	88
3.1	AS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS E SUAS DIFERENTES GERAÇÕES.....	89
3.2	AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM A PANELA DE BARRO	95
3.3	CONTINUIDADE DO OFÍCIO PELOS DESCENDENTES DAS PANELEIRAS	102
3.4	RISCO DE EXTINÇÃO DA TRADIÇÃO SECULAR DA PANELA DE BARRO....	106
3.5	ORGULHO DE SER PANELEIRA.....	112
3.6	PAIXÃO PELA PANELA DE BARRO.....	116

3.7	RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS	118
3.8	VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DA CRIATURA OU DO CRIADOR? ..	122
3.9	CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS E CONSTRUÇÃO DO GALPÃO.....	125
3.10	DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO DE GOIABEIRAS.....	130
3.11	A PERCEPÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS SOBRE O PAPEL E A FUNÇÃO DO IPHAN APÓS O REGISTRO DAS PANELEIRAS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL	132
3.12	PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO OFÍCIO DA PANELA DE BARRO.....	136
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
5	REFERÊNCIAS	142

1 INTRODUÇÃO

A economia capixaba, como a brasileira, até meados do século XX, era dependente basicamente da produção agrícola, mais especificamente da cafeicultura, com uma sociedade predominantemente agrícola. O declínio do setor cafeeiro, a partir da década de 1950, afetou profundamente a economia capixaba que tinha sua estrutura produtiva baseada na pequena produção familiar, levando a reorientação da economia estadual que ocasionou o fenômeno de aceleração expressiva no processo de urbanização da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. Com isso, partir de meados do século XX, tem início a transformação da estrutura urbana de Vitória, capital do Espírito Santo, que compõe a RMGV, em função das mudanças econômicas ocorridas no estado (MATTOS, 2013).

Essa transformação também impactou o bairro de Goiabeiras, localizado ao norte da baía de Vitória, constituído de baixadas cobertas de manguezais. Com o crescimento desordenado da cidade, a partir da década de 1960, começam a surgir ocupações irregulares no bairro e os lixões, resultado da prática de despejar o lixo em áreas de mangue, executados pelo próprio poder público. Nesse bairro, moram e trabalham as paneleiras de Goiabeiras.

As paneleiras de Goiabeiras, símbolo da cultura estadual, mantiveram sua tradição, de mais de 400 anos, na confecção da panela de barro. As panelas são modeladas manualmente com o auxílio de ferramentas rudimentares, legado cultural dos índios Tupi-Guarani e Uma.

Figura 1 - Confecção de panelas de barro



Fonte: <http://www.vitoria-es-brasil.com/index.php>
Acesso em 05/10/2017

Segundo o Iphan, desde 1815, as panelas de barro de Goiabeiras já faziam parte da cultura capixaba. Porém, as panelas de barro sempre tiveram mais repercussão, tanto local quanto nacional, do que quem as confeccionava. Dentre outros fatores, a questão de ser uma atividade predominantemente feminina, tradicionalmente repassada pelas paneleiras de geração a geração, no âmbito familiar e comunitário, essa atividade era menosprezada pela “elite cultural” capixaba.

Porém, considerando que a comida é uma das primeiras expressões culturais da humanidade e, portanto, é uma produção de relação social, e a moqueca é o maior símbolo cultural capixaba, aliado ao fato de seu preparo estar diretamente associado à panela de barro, o ofício das paneleiras transcende a mera confecção das mesmas, pois reflete a apropriação dos recursos do ambiente na qual estão inseridas e seu relacionamento com o mesmo.

Figura 2 - Moqueca Capixaba



Fonte: <https://setur.es.gov.br>
Acesso em 07/10/2017

Além disso, o ofício da confecção da panela de barro foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sendo reconhecido nacionalmente como um bem cultural de natureza imaterial e designado como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro.

Com base no exposto, esta pesquisa foi orientada pelo seguinte problema de pesquisa: O reconhecimento do ofício das paneleiras de Goiabeiras como um bem cultural de natureza imaterial pelo IPHAN, contribuiu para o reconhecimento e fortalecimento da tradição das

paneleiras, dos grupos sociais envolvidos no processo de produção das panelas de barro e para o desenvolvimento socioeconômico da região onde as paneleiras estão estabelecidas?

Nesse contexto, essa pesquisa foi norteadada pela hipótese de que o reconhecimento do ofício das paneleiras de Goiabeiras como um bem cultural de natureza imaterial pelo IPHAN, contribuiu para o reconhecimento e fortalecimento da tradição das paneleiras, dos grupos sociais envolvidos no processo de produção das panelas de barro e para o desenvolvimento socioeconômico da região onde as paneleiras estão estabelecidas.

O objetivo geral deste trabalho foi compreender como o reconhecimento pelo IPHAN do ofício das paneleiras como Bem Cultural de Natureza Imaterial contribuiu para o reconhecimento e fortalecimento da tradição das paneleiras, dos grupos sociais envolvidos no processo de produção das panelas de barro e para o desenvolvimento socioeconômico da região onde as paneleiras estão estabelecidas. Para tanto, alguns objetivos específicos foram necessários para se alcançar o objetivo geral:

- Identificar os grupos sociais envolvidos no processo de produção das panelas de barro em Goiabeiras;
- Analisar as relações sociais das paneleiras, antes e depois do reconhecimento do seu ofício como um bem cultural de natureza imaterial e designado como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro;
- Refletir, por meio da memória social das paneleiras, sua articulação com as representações sociais na construção dos sentidos das manifestações culturais do estado.

A relevância da pesquisa apoiou-se no fato de que o problema de pesquisa proposto é um assunto pouco explorado na literatura nacional, tanto no âmbito das políticas culturais brasileiras, especialmente na incorporação dos patrimônios imateriais, quanto na área escolhida para estudo: as paneleiras de Goiabeiras.

Assim, este trabalho pretende contribuir para o fortalecimento da comunidade das paneleiras de Goiabeiras valorizando sua memória, tradição e identidade e possibilitar o reconhecimento social das paneleiras nos cenários estadual, nacional e internacional, além de contribuir para a ampliação e aprofundamento do referencial teórico relativo à cultura imaterial no Brasil.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos, apresentados nesse tópico, foram utilizados no presente estudo em busca de respostas para o problema de pesquisa. A escolha da metodologia mais apropriada ao estudo é importante, pois por meio dela, busca-se os dados necessários para as respostas procuradas.

Com o objetivo de apresentar as opções adotadas para esta investigação, este capítulo descreve o método escolhido e o tipo de estudo adotado, a técnica de coleta de dados, os participantes da pesquisa e a técnica de análise dos dados. Assim, estabelece-se o direcionamento para nortear e sustentar toda a pesquisa.

1.1.1 *Método e Tipo de Estudo*

A pesquisa pode ser classificada conforme a natureza de seus objetivos e conforme a metodologia adotada (GODOY, 2007). Quanto aos objetivos, esta pesquisa tem um caráter exploratório e descritivo. Exploratório porque tem o propósito de aprofundar a compreensão do fenômeno e proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Descritivo, pois tem a preocupação com a descrição das características do fenômeno como um todo, na sua complexidade, com base na visão dos atores envolvidos na pesquisa (GODOY, 1995; GODOY, 2007; GIL, 2002).

O método selecionado para a pesquisa é de natureza qualitativa, por se adequar melhor à realidade a ser investigada. A metodologia qualitativa, em seu sentido mais amplo, refere-se à pesquisa que produz dados descritivos e que tem a preocupação com os significados que as pessoas atribuem à vida e ao mundo, construindo a realidade em interação com seus mundos sociais (TAYLOR; BOGDAN, 1997; MERRIAM, 2002). O método qualitativo interpreta as atividades e as realidades sociais de acordo com os agentes envolvidos no processo. O estudo qualitativo se justifica nesta pesquisa, uma vez que o objeto de estudo trata de um conjunto de representações cujos sentidos variam de acordo com os atores envolvidos e seus sistemas de valores sociais.

O desenvolvimento do estudo qualitativo geralmente envolve uma pesquisa de campo em que o pesquisador, em processo interativo, entra em contato direto com a situação estudada procurando compreender os fenômenos na visão e nas experiências dos sujeitos pesquisados. Seu objetivo principal é desvendar e interpretar os significados construídos pelas

pessoas (MERRIAM, 2002), reconhecendo assim a singularidade dos atores sociais, seus sentimentos, motivações, crenças e atitudes.

Segundo Godoy (1995), as características básicas da pesquisa qualitativa referem-se ao ambiente natural como fonte direta dos dados, ao pesquisador como elemento fundamental no processo de interação, aos dados descritivos e não quantificados devido à natureza descritiva da pesquisa, à preocupação com o significado que as pessoas atribuem ao fenômeno pesquisado. (MERRIAM, 1998). O estudo qualitativo básico tem o pesquisador como principal instrumento de coleta e análise de dados (MERRIAM, 2002).

1.1.2 Coleta de Dados

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador dispõe de diversos métodos para a coleta de materiais empíricos, como a entrevista, a observação direta, os métodos visuais e a análise de artefatos, documentos e registros culturais (DENZIN e LINCOLN, 2006). Merriam (2002) sugere a coleta de dados por meio de observação, entrevista e exame de documentos. Flick (2004) pontua dois grandes grupos de dados: informação verbal e informação visual, em que o primeiro origina-se de entrevistas e o segundo da observação.

Para obtenção dos dados deste estudo foi utilizada a observação direta, análise de documentos e registros culturais, além da entrevista em profundidade.

A observação direta buscou compreender o fenômeno pesquisado por meio de visitas ao galpão das paneleiras. As visitas foram realizadas sempre nas terças-feiras, ao longo de 30 dias, com o objetivo de conhecer melhor o local, as relações sociais existentes ali e conseguir maior aproximação com as paneleiras, para que no momento da entrevista elas estivessem familiarizadas com esta pesquisadora. Essa aproximação foi um desafio para a pesquisadora, pois as paneleiras a princípio não queriam conceder entrevistas, pois diziam estar cansadas de responder sempre as mesmas perguntas, já que muitas pessoas as procuravam para realizar entrevistas de escola ou para o jornal da cidade. Durante os primeiros 30 dias de contato informal com as paneleiras, foi utilizado um diário de campo para anotação dos dados observados e coletados informalmente.

A entrevista é um método capaz de produzir informação de grande profundidade ao empregar questões abertas para a compreensão do fenômeno pesquisado (KING, 1999). Taylor e Bogdan (1997) entendem a entrevista em profundidade como sendo encontros

pessoais, cara a cara entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, com o intuito de compreender sua perspectiva de vida e suas experiências, sendo essas expressadas na linguagem do próprio sujeito.

O propósito da entrevista em profundidade “é obter descrições sobre as experiências e vivências dos entrevistados, buscando captar os significados atribuídos por eles a respeito dos fenômenos descritos”. (GODOY, 2007, p. 362). É uma técnica flexível e dinâmica que permite uma compreensão profunda ao ouvir o que o indivíduo tem a dizer e a maneira como interpreta os aspectos do mundo.

As entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. A coleta de dados foi realizada no ambiente de trabalho, ou seja, no galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras e nos quintais das residências, em horário pré-estabelecido de forma a garantir o menor grau possível de interrupções. Foi respeitada a conveniência dos entrevistados, buscando o seu conforto, de modo que se sentissem à vontade para responder as perguntas do questionário de entrevista.

No início da entrevista foram asseguradas aos entrevistados as informações sobre a finalidade didática do trabalho. Por meio da entrevista foi possível coletar dados que não se encontram em fontes documentais, sites, e mídia impressa.

Tendo em vista o problema de pesquisa e seus objetivos, geral e específicos, foi elaborado um roteiro como parâmetro para a condução da entrevista, conferindo assim um caráter semiestruturado. As perguntas desse roteiro seguem abaixo:

- Qual seu nome completo?
- Qual a sua idade?
- Qual o tempo de atuação na confecção da panela de barro?
- Como foi o seu primeiro contato com a panela de barro?
- Quando o ofício da panela de barro se tornou profissão?
- Você é descendente de paneleira?
- Você tem filhos? Quantos?
- Seus filhos atuam no ofício da panela de barro?
- Eles têm outras profissões? Quais? Por que não quiseram trabalhar com a panela de barro? Como você se sente em relação a isso?

- Por que os jovens não querem trabalhar com o ofício da panela de barro?
- Há preocupação de extinção do ofício da panela de barro por falta de interesse da geração mais jovem pelo ofício? Como você se sente em relação a isso?
- Quais foram as melhorias obtidas após a criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras?
- Quais foram as melhorias obtidas após a construção do galpão?
- Quais foram as mudanças ocorridas no bairro de Goiabeiras após a construção do Galpão?
- Quais foram as mudanças ocorridas no bairro de Goiabeiras após o ofício das paneleiras ter sido registrado como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN?
- Vocês se sentem reconhecidas pelo trabalho que realizam? Por quem?
- Vocês se sentem valorizadas por fabricarem um símbolo importante da cultura capixaba? Por quem?
- Quem é mais valorizada, a panela ou a paneleira (criatura ou criador)?
- O que significa para você o registro do ofício da panela de barro no IPHAN?
- Qual é a importância do IPHAN para o trabalho de vocês?
- O que mudou depois do registro das paneleiras como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN?
- Vocês se sentem mais reconhecidas e valorizadas depois do registro do ofício no IPHAN?
- Há preconceito do homem na confecção da panela de barro?
- Houve resistência das mulheres à entrada dos homens na confecção da panela de barro?
- Quais são os sentimentos que você tem em relação a profissão?

Na entrevista semiestruturada, o roteiro a ser seguido serve de guia para estruturar os assuntos abordados, havendo flexibilidade de mudança de curso, caso seja necessário durante a entrevista (TAYLOR e BOGDAN, 1997). Dessa forma, o roteiro “não deve ser rígido de maneira a impedir que o sujeito se expresse em termos pessoais” (GODOY, 2007, p. 375), dando plena liberdade ao relato do sujeito e favorecendo a espontaneidade dos envolvidos (FLICK, 2004). Os tópicos previamente planejados asseguram um mínimo de homogeneização na coleta de informações entre os sujeitos (GODOY, 2007).

As entrevistas foram registradas por meio de gravações, após a autorização dos pesquisados. Taylor e Bogdan (1997) sugerem o uso de gravadores, uma vez que os dados de uma entrevista são provenientes das próprias palavras dos entrevistados e o gravador permite capturar a totalidade das informações, para que essas não fiquem dependentes da memória do pesquisador. Cabe ressaltar que em alguns momentos, alguns entrevistados pediram para parar a gravação para dizer alguma coisa que não queriam que entrasse no trabalho. Godoy (2007) também recomenda fazer anotações de aspectos como gestos, posturas, expressões faciais, entre outros que não aparecerão na gravação. Essas anotações foram feitas no diário de campo da pesquisadora.

Com a preocupação de manter o contexto original, as gravações foram posteriormente transcritas fidedignamente, em forma de texto, permitindo que as análises fossem feitas com maior profundidade. As páginas transcritas foram formatadas com as margens recuadas de maneira que possibilitasse, ao longo do processo de leitura flutuante e análise de dados, inserir à margem esquerda intuições, impressões, ou ainda, alguns pressupostos que ao longo do processo de análise poderiam se confirmar ou não. Na margem direita incluiu-se a identificação das unidades de registro, identificando os principais temas encontrados nas entrevistas, como subsídio ao processo de categorização.

1.1.3 Participantes da Pesquisa

Para definição dos sujeitos da pesquisa foi realizado um levantamento para identificar as paneleiras da Associação das Paneleiras de Goiabeiras. A escolha dos entrevistados obedeceu aos seguintes critérios: atuar no galpão, ter disponibilidade para conceder entrevista, pertencer a diferentes gerações de paneleiras, buscando assim maior riqueza de detalhes e percepções distintas acerca do mesmo fenômeno.

Os entrevistados foram informados do tema do estudo e seus objetivos. Foi solicitada autorização para gravação e posterior transcrição das entrevistas, que tiveram uma duração média de 1 hora e 30 minutos. Todas as entrevistas foram realizadas em data, hora e local da preferência dos entrevistados (residência, galpão ou até mesmo na calçada da rua) para que eles se sentissem à vontade no momento da realização da mesma.

Entre a sétima e a nona entrevista percebeu-se que os dados se repetiam, ou seja, o ponto de saturação tinha sido alcançado. Concluiu-se que a amostra era representativa e que

não havia necessidade de realizar mais entrevistas. Assim, foram realizadas 9 entrevistas, com 7 paneleiras e 2 artesãos.

Os nomes dos participantes foram alterados para preservar o anonimato e garantir confidencialidade. Assim, na análise dos dados utilizou-se nomes fictícios.

1.1.4 Análise dos Dados

A etapa de análise de dados refere-se ao processo de fazer sentido, a partir dos dados coletados. Para fazer com que os dados tenham sentido, é necessário consolidar, reduzir e interpretar o que as pessoas disseram e o que o pesquisador já viu e leu (MERRIAM, 1998). Segundo Merriam (2002, p. 38) “a análise dos dados envolve identificar padrões recorrentes (apresentados como categorias, fatores, variáveis e temas) nos dados obtidos”.

A análise dos dados deste estudo foi realizada pela técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo é um método de tratamento da informação semântica dos textos, tida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Segundo Flick (2004, p. 201), a análise de conteúdo “é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual [...]”. Um de seus aspectos essenciais é o emprego de categorias, obtidas, com frequência, de modelos teóricos”.

Os dados apreendidos por meio das entrevistas em profundidade foram exaustivamente manipulados buscando padrões, coerências e núcleos centrais de significados para que pudessem ser analisados, categorizados e interpretados na busca de respostas ao problema de pesquisa. Para a análise dos dados foi empregada a técnica de análise de conteúdo, do tipo categorização temática, seguindo a estrutura definida por Bardin (2006). A autora parte do pressuposto que, por trás do discurso aparente, esconde-se um sentido a ser desvendado. A análise de conteúdo é definida como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens por (BARDIN, 2006, p. 37).

Segundo Bardin (2006), a técnica de análise de conteúdo pressupõe algumas etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira etapa, a pré-análise, é a fase da organização propriamente dita. Nessa etapa foram desenvolvidas as operações preparatórias para a análise, em que se organizou o material coletado a ser analisado, com objetivo de sistematizar as ideias iniciais.

Bardin (2006) salienta que o objetivo da pesquisa pode determinar a escolha dos documentos que serão usados, ou a análise dos documentos disponíveis pode definir o objetivo da pesquisa. Nesse estudo, o objetivo da pesquisa determinou a escolha dos documentos que foram analisados, dando início a essa primeira fase da análise dos dados.

Para a escolha dos documentos a serem analisados Bardin (2006) sugere algumas regras, sendo as principais:

- exaustividade – não se deve deixar de fora nenhum elemento, sob nenhuma justificativa;
- representatividade – pode-se analisar apenas uma amostra do material, desde que isso seja possível, porém a amostra precisa ser uma parte representativa dos elementos do universo inicial;
- homogeneidade – os dados devem ser referentes a um mesmo tema, obedecendo os mesmos critérios para a escolha e não apresentarem muitas singularidades;
- pertinência – os documentos devem corresponder ao objetivo da análise.

Obedecendo às regras propostas por Bardin (2006), os documentos escolhidos foram as entrevistas transcritas e as anotações de campo. Esse conjunto de documentos submetido à análise constituiu o corpus da análise.

De posse desse material, foi feita a leitura flutuante, nome dado por Bardin (2006, p. 90) ao processo de “estabelecer contato com os documentos a analisar e conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações”. A leitura flutuante familiarizou essa pesquisadora com o material disponível para análise. Após a leitura flutuante foram identificados temas que se repetiram com frequência nas entrevistas, levando à construção de indicadores.

A segunda etapa, a exploração do material, é a fase em que são postas em prática as decisões tomadas na fase da pré-análise. É a etapa mais longa e de grande esforço para o

pesquisador. Segundo Bardin (2006) essa fase vai desde a identificação de unidades de contagem, definição das regras da contagem até a identificação das categorias.

O material, nessa fase, foi organizado em códigos, cujos dados brutos foram transformados e agregados em unidades de análise. A codificação corresponde à fase de recorte (escolha da unidade de registro), que deve atender aos objetivos da análise; enumeração (seleção de regras de contagem); e classificação e agregação dos elementos (escolha das categorias). A unidade de registro pode ser de natureza e tamanhos variáveis, mas corresponde sempre ao menor recorte de ordem semântica (tema) ou linguística (palavra, frase) que se liberta do texto para análise (BARDIN, 2006).

No presente trabalho, a unidade de registro usada foi o tema. Utilizar o tema como unidade de registro consiste em “descobrir ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (BARDIN, 2006 p. 99). Portanto, a unidade de registro, o tema, é o menor recorte de ordem semântica que se liberta do texto e que faz sentido para os objetivos do estudo.

À medida que a leitura das transcrições era efetuada, as análises eram feitas individualmente, entrevista por entrevista. As ideias, os conceitos e aspectos relevantes à pesquisa foram emergindo, sendo destacados e referenciados como códigos, de acordo com temas similares encontrados nos discursos.

Em seguida, utilizou-se uma planilha em Excel que facilitou a filtragem e o agrupamento dos dados em função dos temas encontrados, caracterizando assim um processo de redução dos dados, conhecida como categorização. Esse agrupamento em categorias permitiu a identificação de tendências e a formulação das primeiras conclusões.

A categorização é definida por Bardin (2006) como uma “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia)”. O processo de categorização engloba duas etapas: o inventário em que se isolam os elementos ou temas, e a classificação em que se separam os elementos ou temas e organizam-se as mensagens colhidas (passagem de dados brutos para dados ordenados). Como resultado, tem-se uma representação simplificada dos dados brutos.

A categorização veio logo depois da codificação inicial. As unidades de registro foram agrupadas formando as categorias a partir de características comuns.

Segundo Merriam (1998) essas categorias são nomeadas a partir de três fontes distintas: provenientes da literatura, dos relatos dos entrevistados e do próprio pesquisador. As categorias que emergiram nessa pesquisa foram nomeadas a partir dos relatos dos entrevistados.

O objetivo final desse processo é prover uma representação dos dados brutos por meio de agrupamento e simplificação das unidades de registro, facilitando a análise e interpretação do pesquisador.

Segundo Bardin (2006) um conjunto de boas categorias deve atender a alguns critérios, entre eles:

- a exclusão mútua – cada elemento deve ser classificado em apenas uma categoria;
- a homogeneidade – sua organização deve ter como fundamento um único critério ou princípio de classificação;
- a pertinência – a categoria deve estar relacionada com o conteúdo teórico definido, os objetivos da pesquisa, etc.;
- a objetividade e a fidelidade – as diferentes partes do material que apresentem as mesmas características devem ser codificados do mesmo modo;
- a produtividade – as categorias serão produtivas se os resultados forem férteis em inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.

A categorização desse estudo atendeu aos critérios propostos por Bardin (2006). As transcrições das nove entrevistas realizadas foram exaustivamente analisadas e permitiram estabelecer categorias que abordssem e indicassem as principais opiniões, percepções e visões de mundo dos entrevistados.

Houve sucessivos processos de recategorização buscando atender aos critérios definidos por Bardin (2006) para uma boa categorização. O processo de categorização foi desafiador para essa pesquisadora devido a necessidade de criar e destruir categorias pré-formuladas na tentativa de buscar uma representação significativa dos dados. Foram feitas três

recategorizações até serem obtidas as categorias finais de análise. No final do processo o trabalho revelou doze categorias:

1. As paneleiras de Goiabeiras e suas diferentes gerações;
2. As primeiras experiências com a panela de barro;
3. Continuidade do ofício pelos descendentes das paneleiras;
4. Risco de extinção da tradição secular da panela de barro;
5. Orgulho de ser Paneleira;
6. Paixão pela panela de barro;
7. Reconhecimento e valorização das paneleiras de Goiabeiras;
8. Valorização e reconhecimento da criatura ou do criador?;
9. Criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras e construção do galpão;
10. Desenvolvimento do bairro de Goiabeiras;
11. A percepção das paneleiras de Goiabeiras sobre o papel e a função do IPHAN após o registro das paneleiras como Patrimônio Cultural Imaterial ;
12. Participação masculina no ofício da panela de barro.

Uma vez estabelecidas as categorias, a etapa seguinte correspondeu ao tratamento dos dados, inferência e interpretação.

Na terceira e última etapa, tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foi realizado o tratamento dos resultados brutos para que se tornassem “falantes” e válidos, de modo que o material resultante das fases anteriores fosse significativo e válido para o estudo (BARDIN, 2006). Nessa etapa o corpo da pesquisa e as categorias formuladas foram submetidos a um estudo mais profundo, orientados pelo referencial teórico e pelos objetivos do estudo, permitindo propor inferências e interpretações.

A inferência é definida por Bardin (2006) como a interpretação controlada dos dados em uma análise de conteúdo e a interpretação é o entendimento do pesquisador sobre a visão dos participantes a respeito do fenômeno pesquisado (MERRIAM, 2002).

A inferência e a interpretação permitiram estabelecer as semelhanças e as diferenças entre as análises obtidas construindo raciocínios que permitiram o alcance dos objetivos propostos, resultados de uma extensa exploração do material coletado. A relação que se

buscou entre os dados levantados e o constructo teórico foi o que proveu sentido à interpretação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

O Estado Brasileiro criou, no final da década de 1930, em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº. 378, o Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Esse órgão sofreu diversas modificações e reformulações ao longo dos anos, sendo denominado Dphan – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1946 e Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1970. Em 1979 surge no lugar do Iphan a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e a Fundação Nacional Pró-Memória e passam a ser chamados de Sphan-Pró-Memória. Em 1990 esses dois órgãos são extintos e surge o IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Com a Medida Provisória nº 752, de 1994, o IBPC sofre reformulações e volta a ser denominado Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Hoje, o Iphan é considerado uma das mais antigas instituições culturais estatais do Brasil e é responsável pelas políticas de patrimônio cultural. O Iphan é um órgão ligado ao Ministério da Cultura, atendendo a uma política cultural com o intuito de preservar a cultura brasileira, resguardando os bens materiais e protegendo os monumentos históricos. Com isso, assegurou-se a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, assim como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis. Inicialmente eram contemplados apenas os bens móveis. O imaterial, relacionado ao processo simbólico, “não era considerado nas políticas de preservação de patrimônio, até porque, de certa forma, não representava a grandiosidade do poder do Estado, mas a ‘simplicidade’ do local, o que causava um desinteresse das classes dominantes”. (CORÁ, 2011, p. 85). Mais tarde, dada a visão incorporada pela Constituição Federal de 1988, a atuação do IPHAN foi ampliada incorporando os patrimônios imateriais. Isso levou à expansão da compreensão do patrimônio, que antes era entendido somente como bens de natureza material, focado em monumentos e obras de arte, e agora passa a incorporar os bens culturais de natureza imaterial na constituição do patrimônio cultural brasileiro, incorporando relações sociais e simbólicas, rituais e manifestações culturais, saberes e práticas, modos de fazer e viver, formas de expressão e criações artísticas. De acordo com o Artigo 216, ficou constituído o patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro com os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

Com isso, ampliou-se o entendimento de patrimônio cultural cujo interesse é a permanência e a preservação da identidade da cultura de um povo. Assim, as tradições e culturas populares, repassadas de geração a geração no âmbito familiar e comunitário, relacionadas quase sempre às pessoas mais simples, pobres e iletradas passam a ter legitimidade no campo dos patrimônios.

Nesse sentido, a tarefa do IPHAN é identificar, documentar, fiscalizar, proteger, restaurar, preservar, promover e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro, seja ele material ou imaterial. Segundo o Iphan (2006b, p. 18) “[...] a identificação dos bens culturais imateriais passíveis de integrar o patrimônio cultural brasileiro reconhecido pelo poder público deve ter como requisito [...] sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira”. Além disso, a sua continuidade histórica, a capacidade de se tornar referência cultural para a comunidade e a capacidade de serem transmitidas no tempo, de geração a geração, é outro requisito para identificação e registro do bem cultural de natureza imaterial. Os instrumentos utilizados pelo Iphan para isso são:

- Os mapeamentos e inventários de referências culturais;
- O Registro, conforme Decreto 3.551/2000;
- Os planos e ações de salvaguarda.

O bem imaterial, quando registrado no Iphan, torna-se um Patrimônio Cultural do Brasil o que o torna representante cultural da nação.

2.1.1 IPHAN: Missão, visão e estrutura

A missão do Iphan é “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país”. (IPHAN, sítio eletrônico). Nota-se, a partir dessa missão, que a preocupação do Iphan não se restringe à preservação, mas preocupa-se também com as políticas de desenvolvimento socioeconômico, “[...] determinando a necessidade do uso dos bens culturais como fonte de recursos para a melhoria da qualidade de vida e a oportunidade de geração de trabalho e renda”. (CORÁ, 2011, p. 149). O patrimônio cultural imaterial tem uma dinâmica econômica, especialmente quando analisado na perspectiva do objeto desse trabalho, as paneleiras de Goiabeiras, artesãs que confeccionam as painéis de barro capixabas. Este ofício, fabricação da painel de barro, registrado como patrimônio cultural imaterial, além de proporcionar trabalho e renda para as diferentes gerações de paneleiras, representa um enorme mercado consumidor no estado do Espírito Santo, no Brasil e no mundo.

No sítio eletrônico do Iphan¹ está disponibilizada a Visão da instituição. Como Visão o IPHAN estabelece que deseja:

[...] ser instituição coordenadora da política e do sistema nacional do patrimônio cultural, capaz de identificar, produzir e difundir referências para a preservação do patrimônio cultural no plano nacional e internacional, dotada de carreira de estado, qualificação técnica e estrutura funcional para atender as demandas da sociedade. (IPHAN, sítio eletrônico).

Tanto a Missão como a Visão do Iphan estão atreladas à manutenção de valores que englobam:

- a) a qualidade de vida;
- b) as memórias e identidades;
- c) o acesso ao patrimônio cultural;
- d) a valorização da diversidade;
- e) ao desenvolvimento sustentável;
- f) a cidadania cultural;
- g) a descentralização, regionalização e desconcentração;

¹ IPHAN. Sítio institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314>

h) a inclusão social.

Esses valores visam manter a tradição, a memória e a cultura de um povo preservada, dando a esse povo sustentabilidade e continuidade.

O Iphan tem como atribuições, segundo o Art. 2º do Decreto 6.844 de 2009:

- I. coordenar a implementação e a avaliação da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura;
- II. promover a identificação, a documentação, o reconhecimento, o cadastramento, o tombamento e o registro o patrimônio cultural brasileiro;
- III. promover a salvaguarda, a conservação, a restauração e a revitalização do patrimônio cultural protegido pela União;
- IV. elaborar normas e procedimentos para a regulamentação das ações de preservação do patrimônio cultural protegido pela União, orientando as partes envolvidas na sua preservação;
- V. promover e estimular a difusão do patrimônio cultural brasileiro, visando a sua preservação e apropriação social;
- VI. fiscalizar o patrimônio cultural protegido pela União, com vistas a garantir a sua preservação, uso e fruição;
- VII. exercer o poder de polícia administrativa, aplicando as sanções previstas em lei, visando a preservação do patrimônio protegido pela União;
- VIII. desenvolver modelos de gestão da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais; e
- IX. promover e apoiar a formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural.

Compõe a estrutura do Iphan seis órgãos de assessoria abaixo da Presidência, sendo eles:

- Conselho Consultivo;
- Comitê Gestor;
- Gabinete da Presidência;

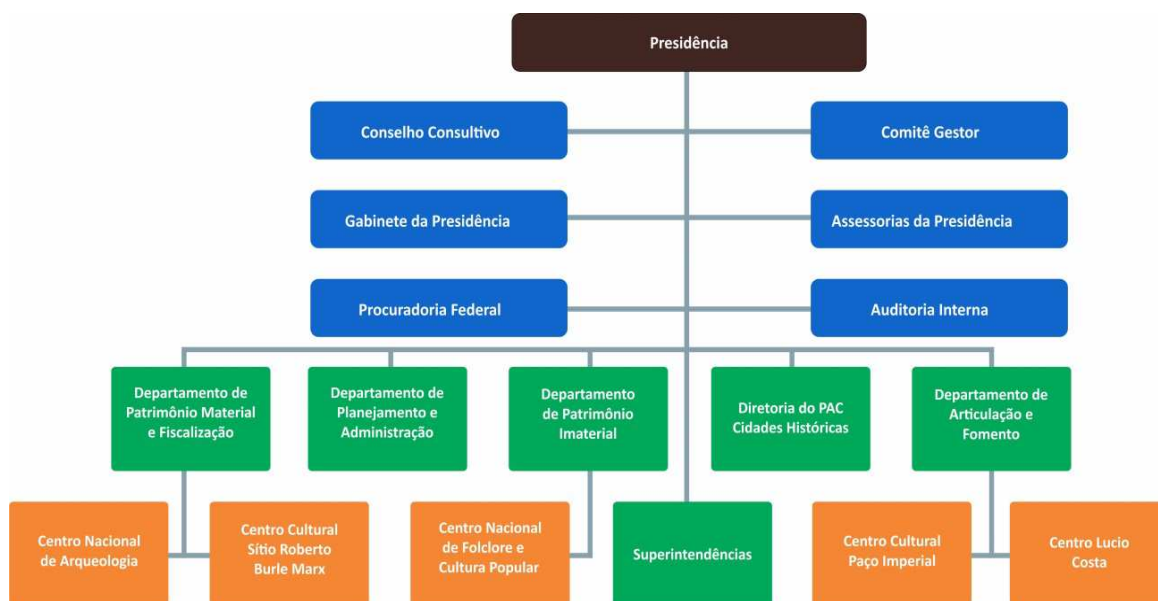
- Assessorias da Presidência;
- Procuradoria Federal;
- Auditoria Interna.

Como unidades administrativas, conta com cinco departamentos:

- Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização;
- Departamento de Planejamento e Administração;
- Departamento de Patrimônio Imaterial;
- Diretoria do PAC Cidades Históricas;
- Departamento de Articulação e Fomento.

A sua estrutura técnica-administrativa pode ser visualizada no organograma abaixo:

Figura 3 - Organograma IPHAN



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/214>
Acesso em 20/10/2017

O Iphan dispõe ainda de uma Superintendência em cada Unidade Federativa, totalizando 27 Superintendências que respondem pela coordenação, planejamento, operacionalização e execução das ações do Instituto, em âmbito estadual. As superintendências conseguem uma maior aproximação com as comunidades dos bens de natureza imaterial registrados, pois descentraliza as ações do PNPI (Programa Nacional do Patrimônio Imaterial), facilita o contato com as bases, atendendo de forma mais efetiva as

demandas locais. As Superintendências acompanham as ações de salvaguarda, bem como realizam levantamentos para identificar possíveis novos bens culturais a serem inventariados e registrados. As Superintendências estão vinculadas diretamente à Presidência do Iphan e são responsáveis pela articulação entre as esferas de poder local, organismos e instituições da sociedade civil ou empresas, para estabelecer as parcerias necessárias ao cumprimento dos planos e políticas de gestão e promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Como o objeto desta tese são as panelleiras de Goiabeiras, registradas no Livro de Saberes do IPHAN como bem cultural de natureza imaterial do Brasil, torna-se necessário então conhecer as atribuições, finalidade e atuação do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI). Segundo informações do sítio eletrônico do IPHAN, cabe ao Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) zelar pela preservação e difusão dos saberes, das celebrações, das formas de expressão e lugares portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Desta forma, é o DPI que propõe diretrizes e critérios para o cumprimento da sua missão e, em conjunto com as Superintendências Estaduais, gerencia programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de registro, acompanhamento e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro de natureza imaterial. Cabe ainda ao DPI gerenciar e executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, além de supervisionar e orientar as atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. O DPI é também responsável por implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário Nacional de Referências Culturais, tendo em vista o reconhecimento de novos bens por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Compete ao Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), segundo o Decreto 6.844, Art. 18 de 2009:

- I. propor diretrizes e critérios e, em conjunto com as Superintendências Estaduais, gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de registro, acompanhamento e valorização do patrimônio de natureza imaterial;
- II. implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário Nacional de Referências Culturais, tendo em vista o reconhecimento de novos bens por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
- III. acompanhar a instrução técnica e apreciar as propostas de registro de bens culturais de natureza imaterial;

- IV. desenvolver, fomentar e promover estudos e pesquisas, assim como metodologias de inventário, que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial;
- V. propor, gerir e fomentar ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial e tornar disponíveis as informações produzidas sobre estes bens;
- VI. planejar, desenvolver, fomentar e apoiar, por intermédio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, programas, projetos e ações de estudo, pesquisa, documentação e difusão das expressões das culturas populares, em nível nacional;
- VII. gerenciar e executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial;
- VIII. supervisionar e orientar as atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

Dentre as responsabilidades do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), destacam-se a difusão da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o registro dos bens culturais de natureza imaterial e a execução do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), que serão discutidos com mais detalhes neste trabalho.

2.1.2 Patrimônio Cultural Material e Imaterial

É considerado um patrimônio cultural todo bem cultural que for reconhecido pelo grupo social como referência de sua cultura, de sua história, presente na memória daquele povo e que faz parte do cotidiano do mesmo (IPHAN, 2007).

Os bens culturais podem ser de natureza material ou imaterial. São considerados bens culturais materiais, também chamados de tangíveis: paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos, conjuntos históricos urbanos e documentos. Já os bens culturais imateriais, também chamados de intangíveis são: os saberes, as habilidades, crenças, práticas, os ofícios e modos de fazer, as celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas, contos, lendas, danças, técnicas artesanais, receitas culinárias e os lugares como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. O Iphan (2007) destaca como bens culturais imateriais

os ofícios e saberes artesanais, as maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir

moradias, as danças e as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares que revelam os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade. (Iphan, 2007, p. 16).

De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Paris – França, no ano de 2003, Patrimônio Cultural Imaterial é entendido como:

práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. [...]. O patrimônio cultural imaterial [...] se manifesta nos seguintes campos: tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; expressões artísticas; práticas sociais, rituais e atos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo; técnicas artesanais tradicionais. (UNESCO, 2003, p. 03).

As manifestações culturais tradicionalmente populares, os saberes coletivos transmitidos de geração a geração, as tradições culturais das comunidades e grupos são reconhecidos como patrimônio imaterial do Brasil.

O patrimônio imaterial é considerado uma cultura em transformação, um processo “vivo” em que o passado vive o presente e a tradição e os costumes são valorizados e reconhecidos como legado (CORÁ e JUNQUEIRA, 2012). Segundo Corá (2011), o patrimônio imaterial ganha força, quanto mais a tradição e os costumes forem valorizados e reconhecidos como legado. É um processo em constante mudança e transformação, e não estático, como os patrimônios materiais. Há uma preocupação com a transmissão do saber e com a manutenção da identidade, dos significados e das formas de produção das manifestações culturais, para que haja sua continuidade.

2.1.3 PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

O Decreto nº. 3.551, de 04/08/2000, fruto de estudos coordenados pelo IPHAN criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial por meio da metodologia de Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), criado em 2000, tem a finalidade de ampliar a ação do Iphan junto aos patrimônios culturais de natureza imaterial

(CORÁ et al, 2011). Este programa viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do Patrimônio Cultural Brasileiro, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse bem. Com o PNPI, o Estado, além de preservar a cultura popular, passa a valorizá-la como forma legítima de representação da cultura brasileira.

A Constituição Federal de 1988 definiu que os patrimônios culturais brasileiros contemplariam os patrimônios materiais e imateriais, porém foi com o PNPI, doze anos depois, no ano 2000, que os patrimônios imateriais foram contemplados nas políticas culturais voltadas aos patrimônios brasileiros, trazendo a cultura popular para o campo do patrimônio (CORÁ e JUNQUEIRA, 2012). Com isso, “foi preciso renovar o corpo técnico da organização para incorporar entre seus técnicos novas competências, como especialistas em antropologia, etnografia, musicologia, entre outros”. (CORÁ, 2011). Ainda segundo Corá (2011), outro desafio para implementar as políticas do PNPI foi a necessidade de instrumentalizar novas metodologias de trabalho para as particularidades dos bens imateriais, como a aplicação da metodologia de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e os processos de registro e elaboração de planos de salvaguarda.

O PNPI é um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento. O PNPI tem como atribuições a elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Tem como objetivos:

implementar uma política nacional de inventário, registro, salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial; contribuir para a preservação da diversidade cultural do país e para a divulgação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro para toda a sociedade. O programa tem ainda os objetivos de captar recursos; promover a constituição de uma rede de parceiros; incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade. (IPHAN, 2007, p. 10).

Para alcançar tais objetivos, Corá (2011, p. 165) sustenta que foram traçadas algumas diretrizes pela equipe gestora do Programa para nortear a realização das ações, como:

- Reconhecimento da diversidade ética e cultural do país;

- Descentralização das ações institucionais para regiões pouco atendidas pela ação estatal;
- Ampliação do uso social dos bens culturais e a democratização do acesso aos benefícios gerados pelo seu reconhecimento como patrimônio;
- Sustentabilidade das ações de preservação, por meio da promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades portadoras e mantenedoras do patrimônio.
- Defesa de bens culturais em situação de risco, e dos direitos relacionados às expressões reconhecidas como patrimônio cultural.
- Nas diretrizes da política de apoio e fomento do PNPI estão previstas:
- a promoção da inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial;
- medidas que ampliem a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio.

O PNPI além de definir os objetivos e as diretrizes de fomento do Programa, define também suas quatro linhas de ação:

1. Pesquisa, documentação e informação: Realização de pesquisas, levantamentos, mapeamentos e inventários. Apoio à instrução de processos de Registro. Sistematização de informações, constituição e implantação de bancos de dados. Apoio à produção e conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre o patrimônio cultural imaterial.
2. Sustentabilidade: Formulação e implementação de ações de salvaguarda para bens culturais inventariados e planos de salvaguarda para aqueles registrados. Estímulo e apoio à transmissão de conhecimentos entre produtores de bens e de manifestações culturais de natureza imaterial. Incentivo às ações de reconhecimento e valorização de detentores de conhecimentos e formas de expressão tradicionais e apoio às condições sociais e materiais de continuidade desses conhecimentos. Apoio às ações que visem a organização comunitária e gerencial de produtores ou detentores de bens culturais. Apoio às ações de melhoria das condições de produção e circulação de bens culturais imateriais, em uma perspectiva de preservação do meio ambiente e de proteção de contextos culturais específicos. Apoio aos programas de desenvolvimento social e econômico que incluam e valorizem o patrimônio cultural imaterial das populações envolvidas. Elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.
3. Promoção: Divulgação de ações exemplares de identificação, registro e salvaguarda, visando a promoção do entendimento da população acerca dos objetivos e do sentido do PNPI. Desenvolvimento de programas educativos

com vistas à democratização e difusão do conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro, em especial o de natureza imaterial. Ações de sensibilização da população para a importância do patrimônio cultural imaterial na formação da sociedade brasileira. Ações de divulgação e promoção de bens culturais imateriais registrados ou inventariados.

4. Capacitação: Formação e capacitação de agentes para identificação, reconhecimento e apoio à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Apoio às instituições e centros de formação para a realização de ações de capacitação e de desenvolvimento metodológico no campo da preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais. (IPHAN, 2008).

Dessa forma, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) financia, apoia e estimula, prioritariamente, projetos de pesquisa, documentação e informação; realiza pesquisas, levantamentos, mapeamentos e inventários; apoia a instrução de processos de registro; promove a sistematização de informações, constituição e implantação de bancos de dados; e apoia a produção e conservação de acervos documentais e etnográficos, considerados fontes fundamentais de informação sobre o patrimônio cultural imaterial. Essas linhas de ação são orientadas pela busca de sustentabilidade, de organização comunitária, de promoção e capacitação.

2.1.4 Mapeamento e Inventários

O primeiro passo para preservar um bem cultural, é conhecê-lo. Para conhecer com profundidade o bem cultural de natureza imaterial a ser registrado pelo Iphan, é necessário utilizar um instrumento que possibilite uma coleta ampla e sistematizada de informações e dados para produção de conhecimento, que “materializa” o imaterial, resgatando o histórico, a memória e as práticas do bem cultural. Essa pesquisa sobre as referências culturais “ocorre no âmbito individual e da comunidade, apresentando suas matrizes culturais, seus modos de reprodução, sua representatividade e significado junto aos detentores desse bem cultural”. (CORÁ, 2011, p. 191).

Para isso, o Iphan utiliza de uma metodologia específica, criada para esse fim, chamada INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais. Essa é a primeira etapa do processo de registro de um bem cultural. Além de conhecer e documentar os bens culturais, essa metodologia permite conhecer o valor atribuído pelos grupos sociais a esses bens.

Para produzir conhecimento acerca do bem cultural a ser registrado, utiliza-se de entrevistas, produção de textos, registros de fotografias, desenhos e filmagens, entre outros. Forma-se então um banco de dados com informações do bem cultural em questão, permitindo

mapeá-lo e identificá-lo. Como resultado desse trabalho, tem-se um dossiê do bem cultural, contendo documentação fotográfica, fonográfica, audiovisual, narração de processos de produção, preparação, distribuição, circulação ou comercialização, transmissão, organização, necessários à compreensão da manifestação (CORÁ, 2011).

Essa metodologia, para levantamento de dados e informações, é uma metodologia investigativa que prevê três etapas:

- Levantamento preliminar: utiliza-se de fontes primárias e secundárias de pesquisa para reunir e sistematizar dados e informações sobre o objeto pesquisado, resultando em um mapeamento cultural que pode ter caráter tanto territorial, temático ou geopolítico.
- Identificação: refere-se à descrição sistemática e tipificação das referências culturais, ao mapeamento das relações entre essas referências e outros bens e práticas, e indicação dos aspectos básicos dos seus processos de formação, produção, reprodução e transmissão.
- Documentação: refere-se à sistematização e análise dos dados e informações coletadas, elaboração de relatório final e produção de documentação audiovisual ou outra documentação mais adequada à natureza do bem cultural em questão.

Na operacionalização da metodologia do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais é de fundamental importância o envolvimento e a participação ativa dos detentores dos bens culturais, pois eles, além de fornecerem informações, são intérpretes importantes dos sentidos e valores atribuídos ao bem cultural em questão.

2.1.5 Registro dos bens culturais imateriais

Para que seja considerado um bem cultural de natureza imaterial, este precisa ser registrado, e não tombado. Para o imaterial, o registro equivale ao tombamento do bem material. O registro, segundo o Iphan (2006b, p. 22) tem três características que os distinguem do tombamento:

- O caráter coletivo do pedido;
- O caráter descentralizado da instrução do processo;

- O caráter transitório da inscrição. (IPHAN, 2006b, p. 22)

O registro é o instrumento jurídico do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) para proteção do patrimônio imaterial. É necessário obter o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, para que se torne um Patrimônio Cultural do Brasil e representante cultural da nação.

O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Com o registro, torna-se possível a identificação e a produção de conhecimento sobre o bem cultural ao documentar o passado e o presente da manifestação cultural, permitindo que essas informações sejam divulgadas e estejam acessíveis ao público (CORÁ, 2011). Diferente dos bens materiais que buscam mecanismos para sua conservação, os bens imateriais buscam mecanismos dinâmicos para sua salvaguarda e continuidade de suas práticas culturais.

O registro é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto como um instrumento legal, um instrumento jurídico de proteção do patrimônio imaterial. Esse registro se efetiva por meio da inscrição em um dos quatro Livros de Registro. Cada livro classifica os bens de acordo com as características específicas dos patrimônios imateriais, conforme retrata o Iphan (2007):

I - Livro de Registro dos Saberes, em que são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Os Saberes são conhecimentos tradicionais associados às atividades desenvolvidas por atores sociais reconhecidos como grandes conhecedores de técnicas, ofícios e matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais. Trata-se da apreensão dos saberes e dos modos de fazer relacionados à cultura, memória e identidade de grupos sociais.

II - Livro de Registro das Celebrações, em que são inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, que são consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade, e acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras.

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, em que são inscritas performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, artísticas, plásticas, cênicas e lúdicas, consideradas importantes para a sua

cultura, memória e identidade. Formas de Expressão são formas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas e padrões de qualidade.

IV - Livro de Registro dos Lugares, em que são inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Lugares são aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local, onde são realizadas práticas e atividades de naturezas variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculos quanto oficiais. Podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade, cujos atributos são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas, participando da construção dos sentidos de pertencimento, memória e identidade dos grupos sociais. (IPHAN, 2007).

Ao longo do processo de inventário e de produção de conhecimento do bem cultural a ser registrado, observa-se as características particulares do bem em análise e a partir dessa observação e das informações que vão sendo sistematizadas durante a pesquisa, enquadra-se o bem em um dos livros de registro de acordo com as suas particularidades – Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Formas de Expressão e Livro dos Lugares.

Para ser registrado, o bem cultural precisa ser considerado relevante e ter continuidade histórica, sendo transmitido de geração a geração. Deve ser avaliado quanto a sua pertinência para a comunidade detentora, e quanto a relevância para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira. O bem tem que ser vigente, e não estar apenas na memória.

Ao serem inscritos em um ou mais desses Livros de Registro do IPHAN, o bem cultural recebe o título de Patrimônio Cultural do Brasil. Receber esse título vai além de uma simples homenagem, pois junto com o título vem a compromisso do poder público de instituir o registro, documentar, produzir conhecimento, apoiar e acompanhar a dinâmica dos bens culturais registrados e divulgar amplamente esse bem, além do apoio à sua salvaguarda por parte de instituições públicas e privadas em nível federal, estadual e municipal, de organismos internacionais e, sobretudo, de cada cidadão, a fim de apoiar a sua continuidade (IPHAN, 2007).

O pedido de registro deve obedecer às regras descritas nos artigos 2 a 4 da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006, publicada no DOU de 23 de março de 2007:

Art. 2º - O requerimento para instauração do processo administrativo de Registro poderá ser apresentado pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e por associações da sociedade civil.

Art. 3º - O requerimento para instauração do processo administrativo de Registro será sempre dirigido ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, podendo ser encaminhado diretamente a este ou por intermédio das demais Unidades da instituição.

Art. 4º - O requerimento será apresentado em documento original, datado e assinado, acompanhado das seguintes informações e documentos:

I. identificação do proponente (nome, endereço, telefone, e-mail etc.);

II. justificativa do pedido;

III. denominação e descrição sumária do bem proposto para Registro, com indicação da participação e/ou atuação dos grupos sociais envolvidos, de onde ocorre ou se situa, do período e da forma em que ocorre;

IV. informações históricas básicas sobre o bem;

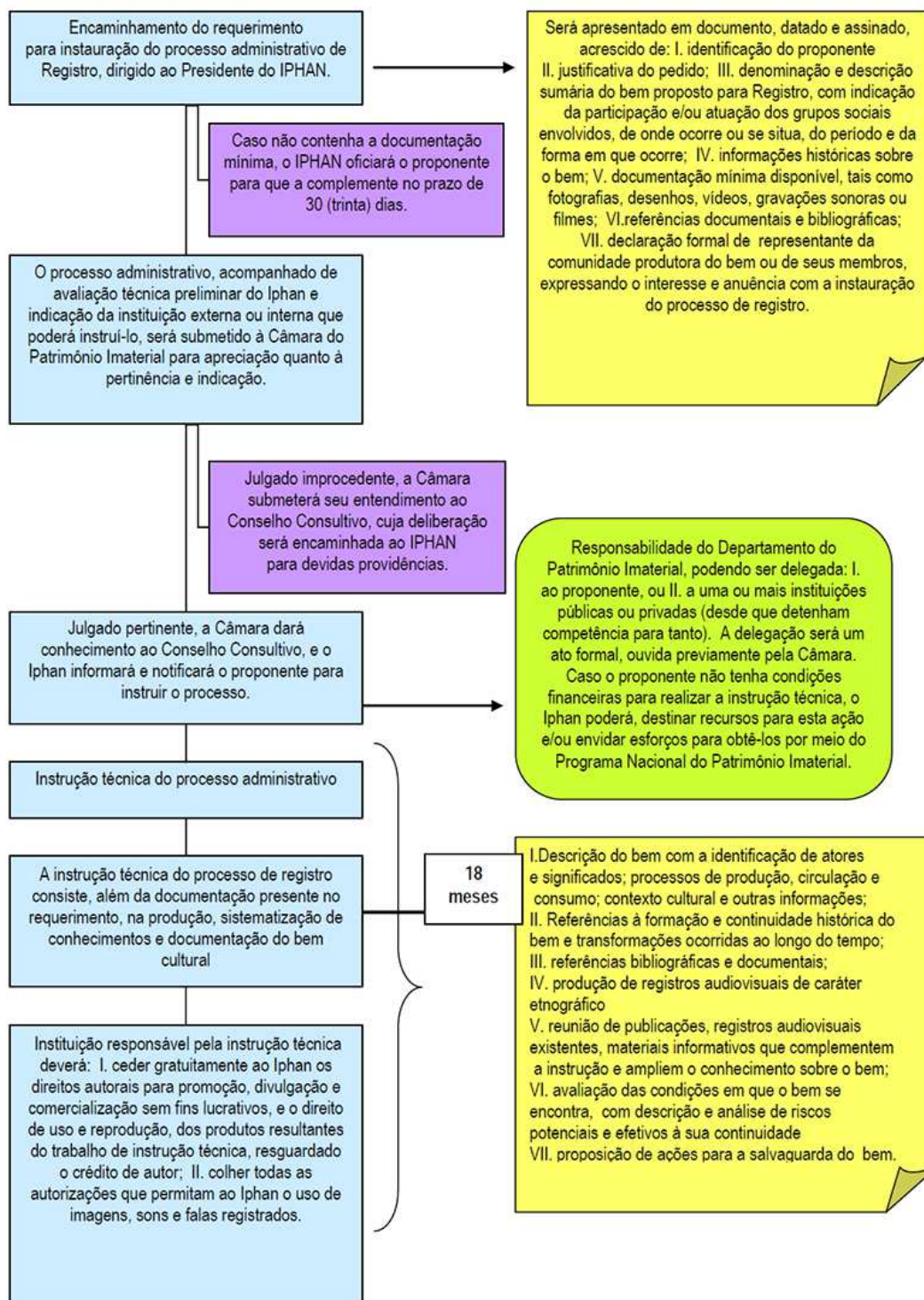
V. documentação mínima disponível, adequada à natureza do bem, tais como fotografias, desenhos, vídeos, gravações sonoras ou filmes;

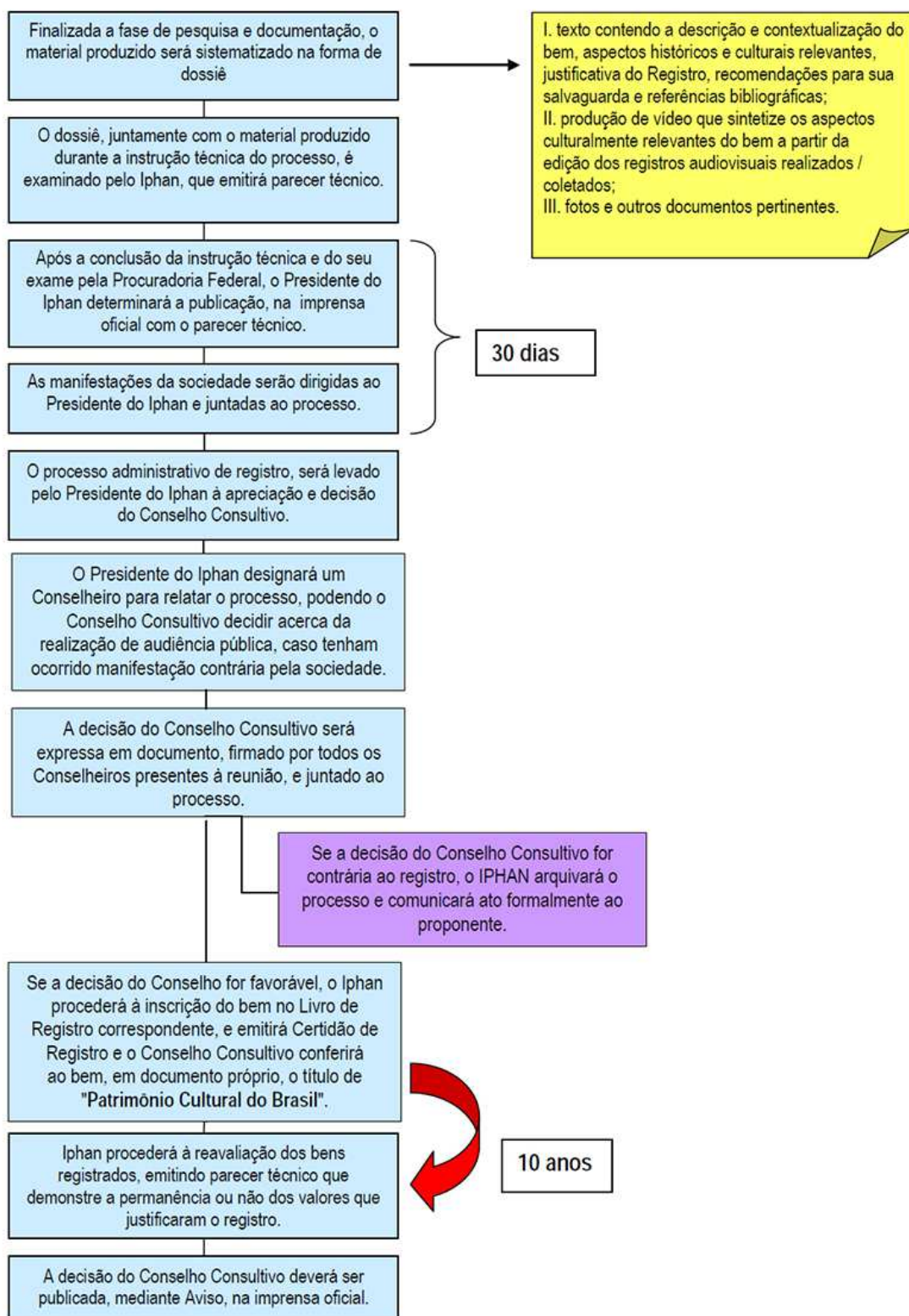
VI. referências documentais e bibliográficas disponíveis;

VII. declaração formal de representante da comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de Registro. (Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006).

O fluxograma abaixo, elaborado por Corá (2011), mostra o fluxo do processo de registro por meio de uma representação gráfica da legislação, de acordo com a Resolução nº 1 de 2006.

Figura 4 - Fluxograma do processo de registro







Fonte: Elaborado por Corá (2011) a partir da Resolução nº 1 de 2006

O processo é longo, demorado e percorre várias instâncias até o seu registro no Iphan. Devido à sua complexidade, ao tamanho do bem cultural, às pesquisas a serem realizadas, não há definição de prazo exato para a finalização do processo de registro. A legislação fala no prazo de 18 meses para o processo de registro, porém esse prazo não tem sido suficiente, dada a complexidade encontrada para registrar o bem cultural. Segundo Corá (2011, p. 187), “cada processo depende da situação em que o bem cultural se encontra, a dimensão territorial do registro, a mobilização da base social e os recursos financeiros e humanos para dar andamento às pesquisas e ao inventário”.

Para Corá (2011), as dificuldades encontradas no processo de registro estão ligadas ao levantamento das informações e sistematização das pesquisas realizadas, aos atrasos nos repasses de recursos financeiros, às trocas de equipe técnica e pesquisadores, dentre outros.

Diferente dos patrimônios materiais, no registro dos patrimônios imateriais há a necessidade de participação e envolvimento da comunidade detentora do bem nos processos de registro. As propostas de registro devem partir do coletivo, envolvendo a representação dos detentores dos bens em questão. Há um trabalho de parceria com os atores envolvidos em todas as etapas do processo. A abertura do processo de registro depende da legitimação dos detentores dos bens culturais necessitando de um abaixo-assinado anexado ao pedido de registro, uma vez que o patrimônio imaterial pertence aos grupos e às comunidades. Esse

envolvimento muitas vezes não acontece pela falta de compreensão dos detentores dos bens culturais acerca dos benefícios e dos impactos do registro do bem cultural como Patrimônio Cultural do Brasil.

Desde o Decreto nº. 3.551, de 04/08/2000, que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, até março de 2018, foram registrados quarenta e um Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil, conforme mostrado no quadro abaixo, em ordem cronológica de registro.

Quadro 1 - Listagem dos Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil por ordem cronológica

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro	Data
1	Ofício das paneleiras de Goiabeiras	Saberes	20/12/2002
2	Arte Kusiwa - pintura corporal e arte gráfica Wajãpi	Formas de Expressão	20/12/2002
3	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Formas de Expressão	05/10/2004
4	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebrações	05/10/2004
5	Modo de Fazer Viola-de-Cocho	Saberes	14/01/2005
6	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	14/01/2005
7	Jongo no Sudeste	Formas de Expressão	15/12/2005
8	Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri	Lugares	10/08/2006
9	Feira de Caruaru	Lugares	20/12/2006
10	Frevo	Formas de Expressão	28/02/2007
11	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	Formas de Expressão	20/11/2007
12	Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de Expressão	20/11/2007
13	Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/ Alto Paranaíba	Saberes	13/06/2008
14	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	21/10/2008
15	Roda de Capoeira	Formas de Expressão	21/10/2008
16	Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como referência este ofício em Divina Pastora/SE	Saberes	28/01/2009
17	Ofício de Sineiro	Saberes	03/12/2009
18	Toque dos Sinos em Minas Gerais tendo como referência São João del Rey e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes.	Formas de Expressão	03/12/2009
19	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	13/05/2010
20	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	Saberes	05/11/2010
21	Ritual Yaokwa do povo indígena Enawene Nawe	Celebrações	05/11/2010
22	Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	10/12/2010
23	Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão	Celebrações	30/08/2011
24	Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer	Saberes	25/01/2012

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro	Data
	Bonecas Karajá		
25	Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	25/01/2012
26	Fandango Caiçara	Formas de Expressão	29/11/2012
27	Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebrações	03/04/2013
28	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebrações	05/06/2013
29	Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebrações	27/11/2013
30	Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí estadual	Saberes	15/05/2014
31	Carimbó	Formas de Expressão	11/09/2014
32	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	03/12/2014
33	Maracatu Nação	Formas de Expressão	03/12/2014
34	Maracatu Baque Solto	Formas de Expressão	03/12/2014
35	Cavalo-Marinho	Formas de Expressão	03/12/2014
36	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste _ Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de Expressão	04/03/2015
37	Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	11/06/2015
38	Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha / CE	Celebrações	17/09/2015
39	Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	15/09/2016
40	Caboclinho pernambucano	Formas de Expressão	24/11/2016
41	Feira de Campina Grande	Lugares	27/09/2017

Fonte: Iphan – registros dos bens culturais

Dos 41 registros realizados pelo IPHAN, 10 estão registrados no Livro de Celebrações, 16 no livro de Formas de Expressão, 04 no Livro de Lugares e 11 no livro de Saberes, conforme mostra o quadro abaixo, ordenado para mostrar os bens culturais de natureza imaterial por livro registrado. O livro Formas de Expressão é o livro que mais possui registros, com 16 dos 41 bens culturais imateriais registrados pelo Iphan.

Quadro 2 - Listagem dos Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil por ordem de livro de registro

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro	Data
1	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebrações	05/10/2004
2	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	13/05/2010
3	Ritual Yaokwa do povo indígena Enawene Nawe	Celebrações	05/11/2010
4	Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	10/12/2010
5	Complexo Cultural do Bumba-meu-boi do Maranhão	Celebrações	30/08/2011
6	Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebrações	03/04/2013
7	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebrações	05/06/2013
8	Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebrações	27/11/2013

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro	Data
9	Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha / CE	Celebrações	17/09/2015
10	Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	15/09/2016
11	Arte Kusiwa - pintura corporal e arte gráfica Wajãpi	Formas de Expressão	20/12/2002
12	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Formas de Expressão	05/10/2004
13	Jongo no Sudeste	Formas de Expressão	15/12/2005
14	Frevo	Formas de Expressão	28/02/2007
15	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: Partido Alto, Samba de Terreiro e Samba-Enredo	Formas de Expressão	20/11/2007
16	Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de Expressão	20/11/2007
17	Roda de Capoeira	Formas de Expressão	21/10/2008
18	Toque dos Sinos em Minas Gerais tendo como referência São João del Rey e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes.	Formas de Expressão	03/12/2009
19	Ritxókò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	25/01/2012
20	Fandango Caiçara	Formas de Expressão	29/11/2012
21	Carimbó	Formas de Expressão	11/09/2014
22	Cavalo-Marinho	Formas de Expressão	03/12/2014
23	Maracatu Baque Solto	Formas de Expressão	03/12/2014
24	Maracatu Nação	Formas de Expressão	03/12/2014
25	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste _ Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de Expressão	04/03/2015
26	Caboclinho pernambucano	Formas de Expressão	24/11/2016
27	Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uapés e Papuri	Lugares	10/08/2006
28	Feira de Caruaru	Lugares	20/12/2006
29	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	03/12/2014
30	Feira de Campina Grande	Lugares	27/09/2017
31	Ofício das paneleiras de Goiabeiras	Saberes	20/12/2002
32	Modo de Fazer Viola-de-Cocho	Saberes	14/01/2005
33	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	14/01/2005
34	Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro e das serras da Canastra e do Salitre/ Alto Paranaíba	Saberes	13/06/2008
35	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	21/10/2008
36	Modo de Fazer Renda Irlandesa, tendo como	Saberes	28/01/2009

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro	Data
	referência este ofício em Divina Pastora/SE		
37	Ofício de Sineiro	Saberes	03/12/2009
38	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro	Saberes	05/11/2010
39	Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá	Saberes	25/01/2012
40	Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí estadual	Saberes	15/05/2014
41	Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	11/06/2015

Fonte: Iphan – registros dos bens culturais

No quadro abaixo, é possível observar a distribuição dos bens culturais imateriais registrados no IPHAN em cada estado brasileiro.

Quadro 3 - Listagem dos Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil por estado.

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro de Registro	UF
1	Roda de Capoeira	Formas de Expressão	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO
2	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	AC, AL, AP, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, RO, RR, SC, SP, SE, TO
3	Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Lugar	AM
4	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/ AM	Saberes	AM
5	Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi	Formas de Expressão	AP
6	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebração	BA
7	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Forma de Expressão	BA
8	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	BA
9	Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha / CE	Celebrações	CE
10	Ofício das paneleiras de Goiabeiras	Saberes	ES
11	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	GO
12	Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	GO
13	Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi	Celebrações	MA

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro de Registro	UF
	do Maranhão		
14	Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de Expressão	MA
15	Toque dos Sinos em Minas Gerais	Formas de Expressão	MG
16	Modo artesanal de fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/ Alto Paranaíba	Saberes	MG
17	Ofício de Sineiro	Saberes	MG
18	Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	MT
19	Modo de fazer Viola-de Cocho	Saberes	MT e MS
20	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebração	PA
21	Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebração	PA
22	Carimbó	Formas de Expressão	PA
23	Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	PA
24	Feira de Campina Grande	Lugares	PB
25	Caboclinho pernambucano	Formas de Expressão	PE
26	Cavalo-Marinho	Formas de Expressão	PE
27	Frevo	Formas de Expressão	PE
28	Maracatu Baque Solto	Formas de Expressão	PE
29	Maracatu Nação	Formas de Expressão	PE
30	Feira de Caruaru	Lugar	PE
31	Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí estadual	Saberes	PI
32	Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebração	RJ
33	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo	Formas de Expressão	RJ
34	Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	RN
35	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste – Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de Expressão	RN, PE, PB, CE, DF
36	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	RS
37	Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE	Saberes	SE
38	Fandango Caiçara	Formas de Expressão	SP, PR
39	Jongo no Sudeste	Forma de Expressão	SP, RJ, ES, MG
40	Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	TO

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro de Registro	UF
41	Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá TO	Saberes	TO

Fonte: Iphan – registros dos bens culturais

O estado com o maior número de bens imateriais registrados é o estado de Pernambuco, com 09 registros. Os estados com o menor número de registros, 02 registros cada, são: Acre, Alagoas, Rondônia, Roraima, e Santa Catarina.

Quadro 4 - Número de registro por estado

Estado	Número de Registros
AC	02
AL	02
AP	03
AM	04
BA	05
CE	04
DF	03
ES	04
GO	04
MA	04
MT	04
MS	03
MG	06
PA	06
PB	04
PR	03
PE	09
PI	03
RJ	05
RN	04
RS	03
RO	02
RR	02
SC	02
SP	04
SE	03
TO	04

Fonte: Iphan – registros dos bens culturais

Em relação à abrangência dos 41 bens culturais imateriais registrados no Iphan, 12 tem abrangência estadual, 23 tem abrangência local, 02 tem abrangência nacional e 04 tem abrangência regional.

Quadro 5 - Listagem dos Patrimônios Culturais Imateriais do Brasil por abrangência – Estadual, Local, Nacional e Regional.

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro de Registro	Abrangência
1	Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão	Celebrações	Estadual
2	Samba de Roda do Recôncavo Baiano	Forma de Expressão	Estadual
3	Carimbó	Formas de Expressão	Estadual
4	Cavalo-Marinho	Formas de Expressão	Estadual
5	Frevo	Formas de Expressão	Estadual
6	Maracatu Baque Solto	Formas de Expressão	Estadual
7	Maracatu Nação	Formas de Expressão	Estadual
8	Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba enredo	Formas de Expressão	Estadual
9	Tambor de Crioula do Maranhão	Formas de Expressão	Estadual
10	Toque dos Sinos em Minas Gerais	Formas de Expressão	Estadual
11	Ofício de Sineiro	Saberes	Estadual
12	Produção Tradicional e práticas socioculturais associadas a Cajuína no Piauí estadual	Saberes	Estadual
13	Círio de Nossa Senhora de Nazaré	Celebração	Local
14	Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebração	Local
15	Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebração	Local
16	Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebração	Local
17	Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	Local
18	Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	Local
19	Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha / CE	Celebrações	Local
20	Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	Local
21	Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	Local
22	Arte Kusiwa - Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajápi	Formas de Expressão	Local
23	Caboclinho pernambucano	Formas de Expressão	Local
24	Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá	Formas de Expressão	Local
25	Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri	Lugares	Local
26	Feira de Campina Grande	Lugares	Local
27	Feira de Caruaru	Lugares	Local
28	Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani	Lugares	Local
29	Modo artesanal de fazer Queijo de Minas nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/ Alto Paranaíba	Saberes	Local

Ord.	Bem Cultural de Natureza Imaterial Registrado	Livro de Registro	Abrangência
30	Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE	Saberes	Local
31	Modos de Fazer Cuias do Baixo Amazonas	Saberes	Local
32	Ofício das Baianas de Acarajé	Saberes	Local
33	Ofício das paneleiras de Goiabeiras	Saberes	Local
34	Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá TO	Saberes	Local
35	Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/AM	Saberes	Local
36	Roda de Capoeira	Formas de Expressão	Nacional
37	Ofício dos Mestres de Capoeira	Saberes	Nacional
38	Jongo no Sudeste	Forma de Expressão	Regional
39	Fandango Caiçara	Formas de Expressão	Regional
40	Teatro de Bonecos Popular do Nordeste _ Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco	Formas de Expressão	Regional
41	Modo de fazer Viola-de Cocho	Saberes	Regional

Fonte: Iphan – registros dos bens culturais

Encontra-se em processo de Registro 36 bens culturais, conforme listados no quadro abaixo:

Quadro 6 - Listagem dos Bens em Processo de Registro

Ord.	<u>Bem Cultural de Natureza Imaterial em Processo de Registro</u>
1	Areruya
2	Banho de São João
3	Bembé do Mercado
4	Bico e Renda Singeleza
5	Cantos Sagrados de Milho Verde
6	Centenária Procissão do Senhor dos Passos
7	Choro
8	Ciranda do estado de Pernambuco
9	Circo de Tradição Familiar
10	Cocos do Nordeste
11	Congadas de Minas
12	Cultura do Boi-Bumbá de Parintins
13	Feira de São Joaquim – Salvador

Ord.	<u>Bem Cultural de Natureza Imaterial em Processo de Registro</u>
14	Festa de São Benedito de Aparecida
15	Festa do Divino da Comunidade de Marmelada
16	Festa do Divino Espírito Santo do Vale do Guaporé
17	Festa do Padroeiro dos Garimpeiros de Lençóis – Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos
18	Kenê Kui, Grafismos do Povo Indígena Hani Kui (Kaxinawá)
19	Literatura de Cordel
20	Marabaixo
21	Marujada de São Benedito
22	Matrizes do Forró
23	Modo de Fazer Arte Santeira do Piauí
24	Modo de Saber Fazer do Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e Rio Grande do Sul
25	Ofício das Quitandeiras de Minas Gerais
26	Ofício de Raizeiras e Raizeiros no Cerrado
27	Ofício de Tacacazeira na Região Norte
28	Ourivesaria da Cidade de Natividade
29	Pesca com Arpão do Pirarucu
30	Processos e Práticas Culturais Referentes à Canoa Caiçara
31	Produção de Doces Tradicionais Pelotenses
32	Repente
33	Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil
34	Samba de Bumbo ou Samba Rural Paulista
35	Sistema Agrícola de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira
36	Usos Rituais da Ayahuasca

Fonte: Iphan

Cabe ressaltar que as paneleiras de Goiabeiras, objeto de estudo deste trabalho, foi o primeiro bem cultural de natureza imaterial registrado no Iphan em 20/12/2002.

Após o registro, o bem cultural permanece no Livro de Registro por dez anos, devendo, após esse período, ser revisado para renovação do título, cabendo essa tarefa ao Iphan. Essa revisão se faz necessária, uma vez que o bem registrado é um bem “vivo”, dinâmico, em constante movimento, transmitido entre gerações. Dessa forma, torna-se necessária uma avaliação para verificar se essa prática cultural ainda faz sentido para os seus detentores (CORÁ, 2011). Caso o bem imaterial registrado tenha sofrido alterações e transformações a ponto de romper com sua continuidade histórica, ou tenha modificado seus elementos essenciais, o bem cultural perde o título e o registro é mantido somente como referência histórica.

2.1.6 *Salvaguarda do bem cultural imaterial*

Como já foi dito anteriormente, um bem cultural de natureza imaterial é registrado no Iphan, e não tombado, como os bens culturais de natureza material. Isso porque o tombamento, segundo Iphan (2006b, p. 17) “só pode ser aplicado a bens cuja manifestação material apresenta relativa autonomia em relação ao processo de sua produção pelo homem [...], como edificações, objetos, etc. – e a sítios naturais”. Para preservação dos bens culturais de natureza material, é necessário procedimentos de conservação e restauração. Já os bens culturais de natureza imaterial, segundo Iphan (2006b, p. 17), “sua manifestação à percepção de nossos sentidos é inseparável da ação humana, e sua continuidade depende da existência, e da atuação reiterada [...] de sujeitos desejosos e capazes de produzir e/ou reproduzir esses bens”. Dessa forma, a salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial depende

da busca de instrumentos e medidas de salvaguarda que viabilizem as condições de sua produção e reprodução, tais como: a documentação do bem, com vistas a preservar sua memória; a transmissão de conhecimentos e competências; o acesso às matérias-primas e demais insumos necessários à sua produção; o apoio e fomento à produção e ao consumo; a sua valorização e difusão junto à sociedade; e, principalmente, esforços no sentido de que os detentores desses bens assumam a posição de protagonistas na preservação de seu patrimônio cultural. (IPHAN, 2006b, p. 18).

Assim, salvaguardar um bem cultural de natureza imaterial é apoiar sua continuidade de modo sustentável. Está relacionado a desenvolver ações que promovam e valorizem a continuidade do bem cultural imaterial, o “bem vivo” que vai se transformando, sem perder a sua autenticidade. Entende-se por salvaguarda as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, como a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão e revitalização desse patrimônio, tendo como pressuposto a sua continuidade.

Cada plano de salvaguarda é único, ainda que haja algumas linhas de ações comuns, uma vez que os bens culturais imateriais são diferentes entre si, cada um com a sua particularidade. Além disso, cada plano vai depender da situação em que se encontra cada bem cultural imaterial registrado.

Os Planos de Salvaguarda integram o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). O PNPI orienta que haja consenso e participação da base social detentora dos bens culturais imateriais para a tomada de decisão das ações propostas no plano de salvaguarda.

São princípios norteadores da política de salvaguarda desenvolvida pelo Iphan (IPHAN 2006b, p. 19):

- a. entendimento amplo da noção de “patrimônio cultural” de modo a abarcar suas múltiplas dimensões e a diversidade cultural do Brasil;
- b. adequação dos instrumentos de salvaguarda à especificidade dos bens culturais de natureza processual e dinâmica;
- c. participação da sociedade e, particularmente, dos grupos interessados, na formulação e implementação das ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- d. apoio ao reconhecimento e à defesa dos direitos de imagem e de propriedade intelectual, individual ou coletiva, associados a esse patrimônio;
- e. articulação com outras políticas públicas de modo a viabilizar a sustentabilidade das condições ambientais e sociais de produção, reprodução e transmissão dos bens culturais imateriais;
- f. ampliação do acesso ao patrimônio cultural como direito de cidadania e base para o desenvolvimento sustentável do país.

Segundo o Iphan, a promoção da salvaguarda de bens culturais imateriais deve ocorrer por meio:

- do apoio e melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução do bem imaterial que possibilitam sua existência;
- da ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação;
- da criação de mecanismos de proteção efetiva dos bens culturais imateriais em situação de risco.

O conhecimento gerado durante os processos de inventário e registro é o que permite identificar de modo bastante preciso as formas mais adequadas de salvaguarda, que indicará como o Estado e a sociedade deverão agir para preservar as condições de continuidade do bem cultural registrado. No processo de inventário e registro aparecem as orientações, questões e problemas que servirão de base para a elaboração do plano de salvaguarda. As formas de salvaguarda podem variar da ajuda financeira aos detentores de saberes específicos

para a transmissão, organização comunitária ou para a facilitação de acesso às matérias-primas.

Corá (2011) aponta o papel do Estado nas políticas voltadas para os patrimônios, fazendo referência ao Artigo 13 da Convenção da UNESCO (2003), dizendo que para assegurar a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial, cada Estado Parte empreenderá esforços para:

1. adotar uma política geral, visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade e integrar sua salvaguarda em programas de planejamento;
2. designar ou criar um ou vários organismos competentes para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território;
3. fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa, para a salvaguarda eficaz do patrimônio cultural imaterial, e em particular do patrimônio cultural imaterial que se encontre em perigo;
4. adotar as medidas de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira adequadas para:
 - fornecer a criação ou o fortalecimento de instituições de formação em gestão do patrimônio cultural imaterial, bem como a transmissão desse patrimônio nos foros e lugares destinados à sua manifestação e expressão;
 - garantir o acesso ao patrimônio cultural imaterial, respeitando ao mesmo tempo os costumes que regem o acesso a determinados aspectos do referido patrimônio;
 - criar instituições de documentação sobre o patrimônio cultural imaterial e facilitar o acesso a elas.

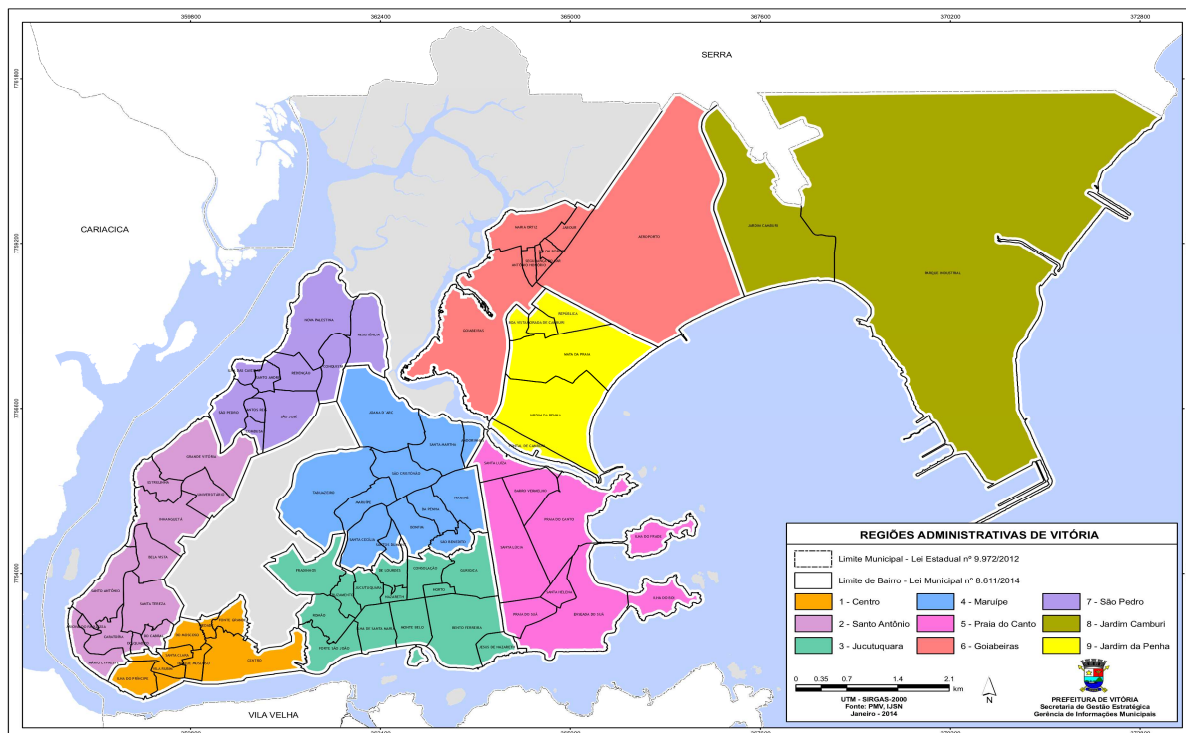
A partir das recomendações do UNESCO a salvaguarda do patrimônio imaterial passa a ser responsabilidade dos Estados.

2.2 BAIRRO DE GOIABEIRAS

Até o ano de 2014 o município de Vitória – ES era organizado em 7 Regiões Administrativas. A Lei Municipal nº 8.611/2014 criou mais duas Regiões Administrativas:

Região 8 (Jardim Camburi) e Região 09 (Jardim da Penha). Atualmente o município é organizado em 09 Regiões Administrativas e 80 bairros, conforme mostra a Figura 05.

Figura 5 - Regiões Administrativas de Vitória

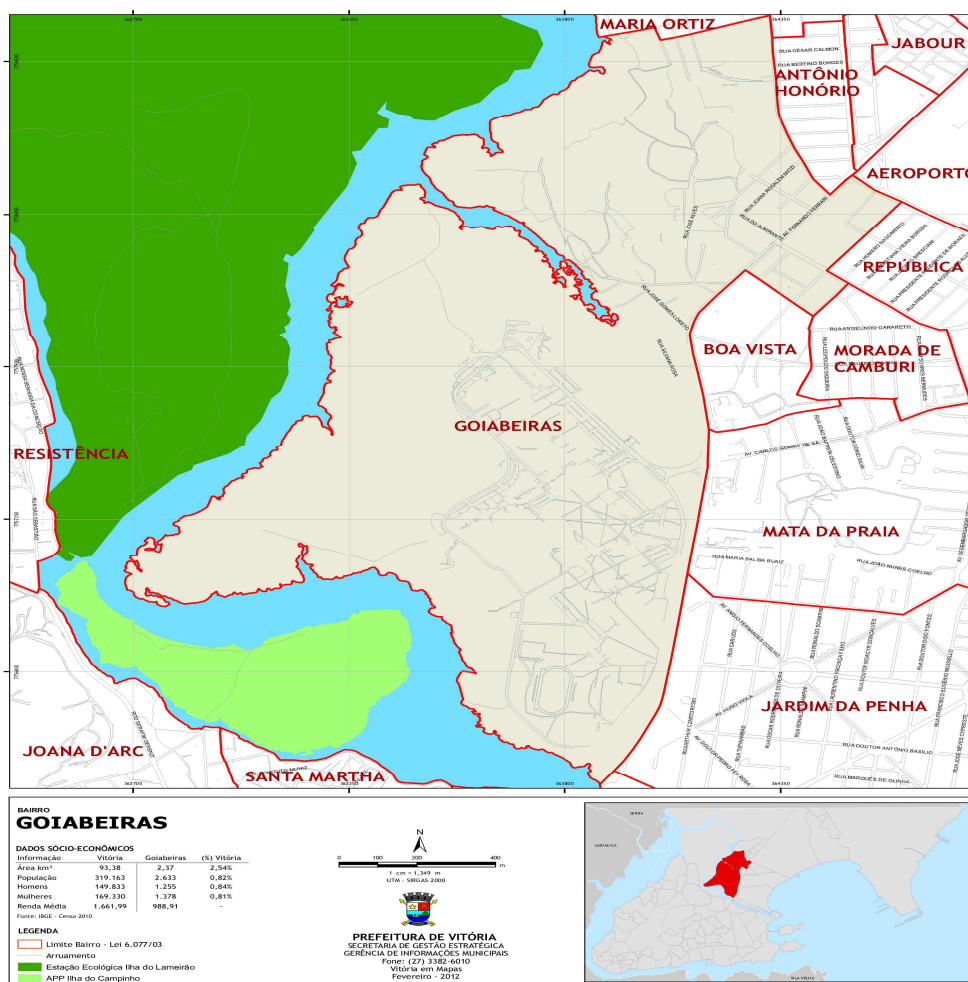


Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

A Região Administrativa 06 (Goiabeiras) onde está localizado o bairro de Goiabeiras, objeto deste estudo, é uma das três Regiões que ficam na parte continental do município, localizada ao norte da baía de Vitória.

O bairro de Goiabeiras, que pode ser visualizado na Figura 06, constituído de baixadas cobertas de manguezais, teve sua ocupação como área de periferia urbana há mais de 80 anos. A partir da década de 1960 a ocupação da área foi sendo intensificada devido ao crescimento desordenado da cidade, na incorporação de terras rurais para construção de conjuntos habitacionais pela COHAB (Cooperativa Habitacional Brasileira), atendendo à população de baixa renda.

Figura 6 - Localização do bairro de Goiabeiras



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

O despejo do lixo em áreas de mangue pelo próprio poder público também determinou a ocupação do local, uma vez que em decorrência dos lixões, surgiram aterros sanitários, criando assim espaço para ocupação irregular da área. Muitos proprietários de casas dos conjuntos habitacionais tiveram dificuldades para manter os compromissos assumidos com a compra de suas casas, e acabaram se fixando em barracos e palafitas sobre o mangue.

Com as contínuas ocupações irregulares e após a construção do Aeroporto Eurico de Aguiar Salles, nas proximidades desta área de manguezais, a região se expandiu e necessitou de intervenções urbanas. Entre os projetos executados pela Prefeitura Municipal de Vitória, na tentativa de reverter esse quadro de ocupações irregulares, destaca-se nas décadas de 1980 e 1990 o projeto parcialmente executado que cria uma via de contorno do mangue de modo a conter a crescente ocupação em área de preservação ambiental.

2.2.1 *Segregação socioespacial*

Os estudos da segregação residencial tiveram origem na sociologia americana, derivada da Escola de Chicago, nos Estados Unidos na década de 1910, com Park e Mackenzie, onde compreendiam a segregação como fenômeno natural da urbanização em que os lugares de moradia eram escolhidos pela população de acordo com suas preferências pessoais. Partiam da crença de que os habitantes de uma metrópole são diferentes e interdependentes e justamente o fato de serem diferentes e interdependentes o fazem determinar que espaço consideram desejáveis e até que ponto é possível obtê-lo. Assim, a segregação se dá a partir da concentração de pessoas com características semelhantes em uma mesma área residencial. Cabe ressaltar que os autores da Escola de Chicago não tratam de classes e sim de pessoas ou de indivíduos.

Castells (1983) e Lefebvre (1974) analisam o espaço urbano considerando-o como produto social, e com isso surge um consenso quanto ao reconhecimento de que o significado essencial do fenômeno da segregação se dá sob a lógica da produção social do espaço urbano (NEGRI, 2010). Lefebvre (1974) salienta que o espaço urbano não pode ser concebido como algo passivo, vazio, como tendo apenas o sentido, como os outros “produtos.” Diz ainda que enquanto produto, o espaço intervém na própria produção. Villaça (2009) corrobora, salientando que a segregação é socialmente produzida, ou seja, não é dada pela natureza, mas é produto produzido pelo trabalho humano.

Nesse sentido, analisar o processo de segregação numa perspectiva interdisciplinar é básico para que possamos analisar a estrutura espacial intra-urbana das cidades, na medida em que a questão envolve variáveis econômicas, políticas, ideológicas e sociais.

Na atualidade, com o crescimento cada vez mais desordenado das cidades, um dos fenômenos mais preocupantes mundiais, tanto do ponto de vista político, econômico, quanto social, é o da segregação socioespacial. No Brasil, essa tem se mostrado um problema recorrente historicamente, com o inchaço das metrópoles e a atual crise econômica e social, que se apresenta pelos índices crescentes de desemprego, que por sua vez se reflete na desigualdade socioespacial, segregação e marginalização, uma vez que a

[...] lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora da cidade ilegal, demandatária de serviços públicos. Seu desconhecimento se impõe, com exceção de ações pontuais definidas em barganhas políticas ou períodos

pré-eleitorais. Essa situação constitui, portanto, uma inesgotável fonte para o clientelismo político. (MARICATO, 2003, p. 157).

Em suas pesquisas sobre estratificação espacial, Castells (1983) afirma que as características sociais, quanto mais próximas, tanto mais tendem a reagrupar as pessoas espacialmente. Além disso, segundo o autor, o que influencia a distribuição das residências no espaço é o prestígio social, cuja exteriorização positiva é a preferência social, por vizinhos semelhantes, e a negativa é a distância social, que resulta numa rejeição aos atores sociais que não possuem as características positivas ao grupo. Outra variável ressaltada pelo autor, que determina a acessibilidade ao espaço residencial desejado, é a distribuição diferencial da renda.

A distribuição das residências no espaço, segundo Castells (1983), produz sua diferenciação social e especifica a paisagem urbana de acordo com as características das moradias e de sua população. A distribuição dos locais residenciais opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, de suas rendas, de seus status profissionais, de seus níveis de instrução, etc. Assim se dá uma estratificação urbana, correspondendo segundo o autor, ao sistema de estratificação social, e nos casos em que a distância social é acentuada, se dá a segregação urbana.

Com isso, Castells (1983) compreende o processo de segregação socioespacial como reflexo da distribuição espacial das diversas classes sociais, de acordo com o nível social dos indivíduos, tendo determinações tanto ideológicas, econômicas quanto políticas. Assim, ele a define como a “[...] tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, entendendo-se essa disparidade não só em termos de diferença como também de hierarquia”. (CASTELLS, 1983, p. 210).

A segregação espacial dos bairros residenciais cria sítios sociais muito particulares, o que faz com que essa seja uma das características mais marcantes da metrópole brasileira (Villaça, 2009). Nesse sentido, a segregação residencial corresponde aos contrastes encontrados entre os residentes das distintas zonas de uma mesma localidade e reproduz as desigualdades socioeconômicas e reforça as condições de exclusão de parte da população. Segundo Villaça (2009, p. 141) “[...] o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais”.

Assim, pessoas com maiores recursos econômicos tendem a se instalar em áreas com acesso à infraestrutura urbana adequada, e por isso com maior valorização imobiliária. Desse modo, pessoas com baixos rendimentos são levadas a se afastar cada vez mais dos espaços que oferecem melhores condições de moradia e a se fixarem em áreas periféricas, sem infraestrutura de transporte, lazer, saneamento, cultura, dentre outros.

Uma vez que os espaços públicos são cada vez mais abandonados pelo Estado, há um esvaziamento dos mesmos, que acabam se transformando em lugar de tráfico de drogas, prostituição e de moradores de rua. Essa condição agrava o processo de segregação, pois a classe economicamente dominante se afasta do espaço público e cria espaços privados onde só poucos têm acesso.

Assim, a classe dominante controla e domina a produção e o consumo do espaço urbano, por meio não só da produção de suas áreas residenciais nas áreas mais agradáveis e bem localizadas, mas principalmente atuando sobre toda a estrutura urbana de acordo com seus interesses, o que leva ao conceito de segregação como “[...] uma determinada geografia, produzida pela classe dominante e através da qual essa classe cerceia as demais”. (VILLAÇA, 1999, p. 229). Dessa forma, temos como efeito o espaço produzido sobre o social, e não o que é o esperado, o social produzindo o espaço.

Segundo Villaça (1999), o controle da produção e consumo do espaço urbano exercido pela classe dominante, se dá em três esferas:

1. Na esfera econômica, destaca-se o controle do mercado imobiliário que produz os bairros da classe dominante no local onde esta deseja.
2. Na esfera política, ocorre o controle do Estado, que, no tocante ao espaço urbano, se manifesta de três maneiras a saber: controle da localização da infraestrutura urbana; controle da localização dos aparelhos do Estado; controle da legislação de uso e ocupação do solo.
3. Finalmente, a classe dominante desenvolve toda uma ideologia a respeito do espaço urbano. Essa ideologia – como toda ideologia – visa auxiliar a dominação e torna-la aceitável pelos dominados. (VILLAÇA, 1999, p. 229).

Em relação à esfera econômica, o controle do mercado imobiliário se dá pela classe dominante a partir das transformações do centro principal das metrópoles brasileiras que crescem e se deslocam em direção aos bairros de alta renda, fazendo surgir os “novos centros” e levando a decadência dos centros principais. As camadas de alta renda abandonam o centro principal e produzem um novo centro, tornando o centro principal acessível às camadas populares, de baixa renda.

Na esfera política, o controle do Estado se dá por meio da localização da infraestrutura urbana, principalmente o sistema viário, que privilegia as áreas dominadas pela classe alta, por meio de aterros, túneis, elevados, priorizando cada vez mais sistemas viários voltados para o automóvel. Outro mecanismo que revela o controle da classe dominante sobre o Estado é a localização dos aparelhos do Estado, onde cada vez mais os órgãos públicos transferem-se para a região das camadas dominantes. O terceiro mecanismo controlado pela classe dominante é a legislação urbanística, que visa predominantemente atender aos requisitos urbanísticos desejados e viáveis pelas e para as camadas de mais alta renda.

Em relação à ideologia, a classe dominante, subliminarmente, inculca nas mentes da maioria sua versão da realidade social tendo em vista facilitar a dominação, tornando-a aceitável pelos dominados. As condições sociais de exploração e dominação são legitimadas por meio da ideologia, fazendo com que elas pareçam verdadeiras e justas. Villaça (1999) cita dois exemplos de ideologia do espaço urbano: naturalização dos processos sociais e universalização do particular. Como exemplo da naturalização dos processos sociais tem-se o envelhecimento dos centros das metrópoles justificado pela sua deterioração natural, inevitável, decorrente do envelhecimento e não do seu abandono pela classe dominante. Como exemplo da universalização do particular tem-se o centro da cidade, que na visão da ideologia dominante está de deslocando ou mudando de local, fazendo com que a cidade se identifique com aquela parte que é de interesse ou é ocupada pela classe dominante.

As ideologias criadas pela classe dominante facilitam a ação do Estado, pois ao investir na área dominada, o Estado está investindo na cidade, assim como ao proteger aquela área por meio da legislação urbanística, está protegendo a cidade. Quando o Estado transfere seus aparelhos para o novo centro criado pela classe dominante, está transferindo para o novo centro da cidade (VILLAÇA, 1999).

Na medida em que o local de residência do indivíduo determina parte de suas oportunidades, assim como o acesso aos serviços públicos, saúde, educação, infraestrutura e trabalho, a exclusão social vai se configurando, já que são nas áreas desvalorizadas e com pouco investimento do Estado que a população pobre vai se instalar, ocupando as periferias das cidades em áreas menos desejadas, explicitando a forma desigual com o que o espaço é apropriado pelas diferentes classes sociais. A segregação é, então, “um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”. (VILLAÇA, 2009, p. 150).

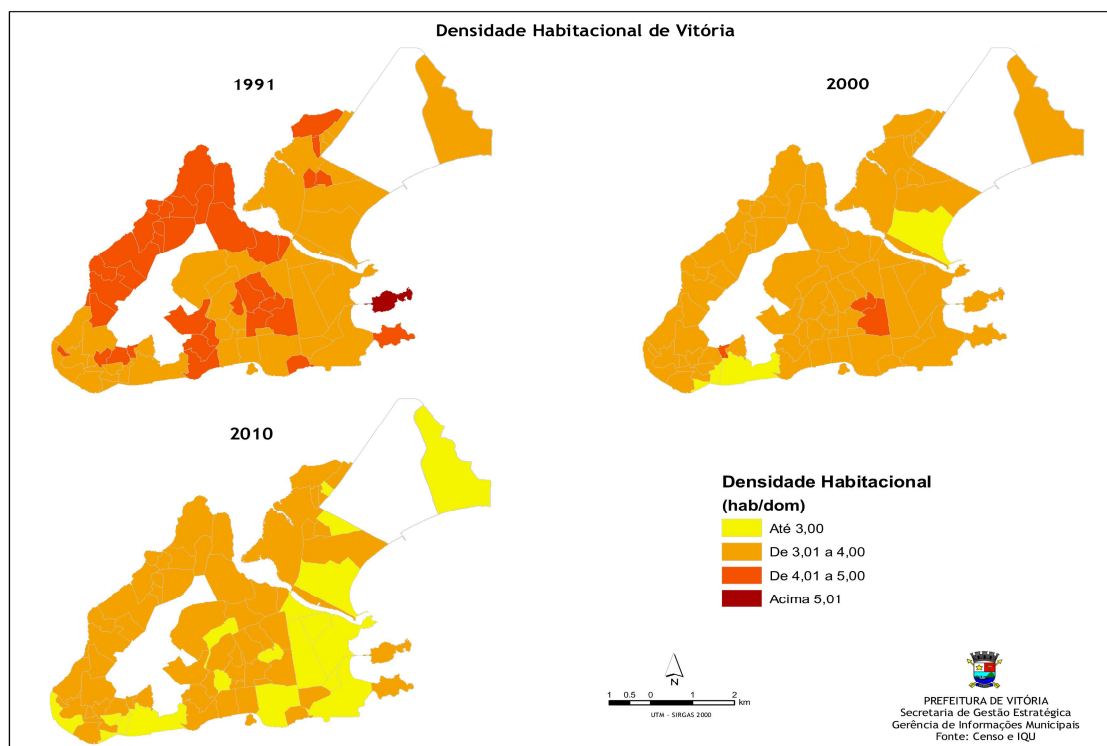
Esse processo também se verifica no Espírito Santo, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória, e no bairro de Goiabeiras, objeto desse trabalho, analisado a seguir.

2.2.1.1 *Análise da Segregação Socioespacial na Região do Bairro de Goiabeiras*

Para analisar a segregação socioespacial da cidade de Vitória foram utilizados mapas da cidade, elaborados pela Prefeitura Municipal de Vitória, buscando retratar a segregação socioespacial no município, com base em indicadores intra-urbanos. Esses indicadores evidenciaram as áreas de maior riqueza e sua distribuição espacial no município. As figuras que seguem abaixo permitem entender a dinâmica da segregação espacial no município de Vitória, especialmente na região do bairro de Goiabeiras.

No ranking de bairro por densidade habitacional de Vitória (Figura 14 e Tabela 01), o bairro de Goiabeiras aparece no ano de 2000 na posição 43, caindo para a posição 60 no ano de 2010. O total de domicílios do bairro em 2000 era de 671, aumentando para 876 domicílios no ano de 2010. Apesar do aumento no número de domicílios, verifica-se uma diminuição na densidade habitacional na região, que caiu de 3,50 em 2000 para 3,01 em 2010.

Figura 7 - Densidade Habitacional de Vitória



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

Tabela 1 - Ranking de Bairro por Densidade Habitacional de Vitória - 2000 e 2010.

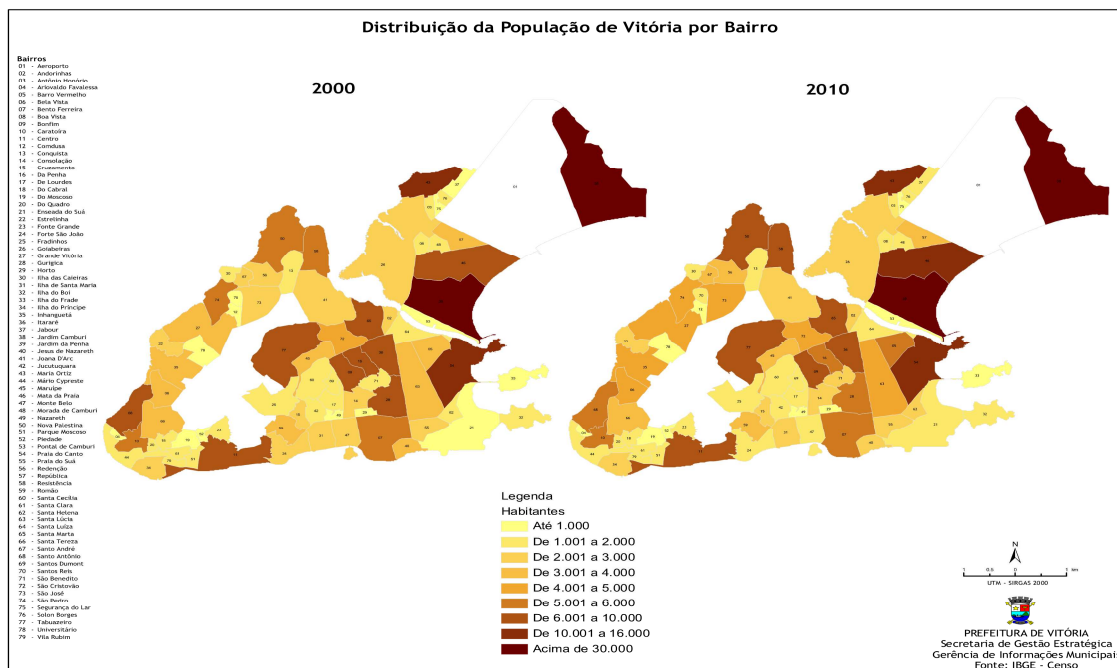
1	São Benedito	331	4,12
2	Piedade	152	4,02
3	Gurigica	1.702	4,02
4	Jesus de Nazareth	845	3,99
5	Ilha do Frade	89	3,97
6	Nova Palestina	1.418	3,97
7	Comdusa	188	3,96
8	Do Moscoso	216	3,95
9	Ilha do Boi	302	3,89
10	Cruzamento	618	3,86
11	Romão	838	3,82
12	Resistência	1.503	3,82
13	Fonte Grande	383	3,81
14	São Pedro	1.420	3,81
15	Ilha das Caieiras	357	3,80
16	Da Penha	1.754	3,79
17	Santo André	688	3,79
18	Grande Vitória	1.049	3,78
19	Conquista	437	3,78
20	Estrelinha	550	3,77
21	Inhanguetá	820	3,75
22	Do Quadro	292	3,74
23	Bonfim	2.300	3,74
24	Santos Reis	261	3,69
25	Do Cabral	460	3,67
26	Bela Vista	1.073	3,67
27	Redenção	713	3,67
28	São José	549	3,64
29	Antônio Honório	367	3,63
30	Caratoira	1.527	3,62
31	Santa Martha	1.915	3,61
32	Morada de Camburi	306	3,60
33	Itararé	2.111	3,59
34	Ariovaldo Favalessa	222	3,58
35	Tabuazeiro	1.761	3,58
36	Santos Dumont	543	3,57
37	Forte São João	598	3,54
38	Santo Antônio	1.884	3,54
39	Santa Tereza	887	3,53
40	Maria Ortiz	3.280	3,52
41	Mário Cypreste	364	3,51
42	Fradinhos	496	3,50
43	Goiabeiras	671	3,50
44	Aeroporto	21	3,48
45	Joana D'Arc	717	3,47
46	Jabour	284	3,46
47	Solon Borges	430	3,43
48	São Cristóvão	1.187	3,42
49	Andorinhas	620	3,41
50	Maruípe	1.148	3,41
51	República	1.139	3,41
52	Boa Vista	322	3,41
53	Pontal de Camburi	291	3,41
54	De Lourdes	571	3,40
55	Praia do Suá	874	3,40
56	Segurança do Lar	125	3,39
57	Ilha de Santa Maria	743	3,35
58	Nazareth	194	3,33
59	Enseada do Suá	222	3,31
60	Ilha do Príncipe	852	3,30
61	Mata da Praia	2.829	3,29
62	Universitário	174	3,28
63	Santa Luiza	309	3,25
64	Vila Rubim	449	3,20
65	Santa Cecília	426	3,20
66	Horto	51	3,18
67	Consolação	634	3,17
68	Bento Ferreira	1.700	3,16
69	Ilha de Monte Belo	720	3,10
70	Santa Lúcia	1.228	3,10
71	Barro Vermelho	1.221	3,09
72	Santa Clara	467	3,06
73	Jucutuquara	437	3,06
74	Jardim Camburi	7.877	3,03
75	Santa Helena	576	3,02
76	Praia do Canto	4.225	3,01
77	Jardim da Penha	8.270	2,98
78	Centro	3.321	2,78
79	Parque Moscoso	623	2,74
	Demais Setores		
Total		83.517	3,38

1	Piedade	85	3,80
2	Horto	27	3,63
3	Ilha do Frade	116	3,60
4	Gurigica	1.666	3,58
5	São José	1.260	3,55
6	Romão	872	3,54
7	São Benedito	789	3,53
8	Cruzamento	685	3,51
9	Conquista	547	3,50
10	Fonte Grande	353	3,49
11	Do Moscoso	228	3,49
12	Nova Palestina	1.858	3,48
13	Jesus de Nazareth	739	3,47
14	Ilha das Caieiras	536	3,44
15	Da Penha	1.641	3,41
16	Inhanguetá	1.230	3,38
17	Estrelinha	709	3,36
18	Bonfim	2.116	3,35
19	Santo André	914	3,34
20	Resistência	1.983	3,34
21	Forte São João	466	3,33
22	São Pedro	1.295	3,32
23	Do Quadro	314	3,32
24	Caratoira	1.556	3,31
25	Santos Reis	318	3,30
26	Bela Vista	1.317	3,30
27	Grande Vitória	1.339	3,29
28	Ilha do Boi	340	3,27
29	Ariovaldo Favalessa	241	3,27
30	Redenção	960	3,25
31	Universitário	283	3,24
32	Consolação	855	3,23
33	Santos Dumont	573	3,23
34	Santa Tereza	1.034	3,23
35	Joana D'Arc	888	3,21
36	Do Cabral	507	3,20
37	Praia do Suá	899	3,18
38	Pontal de Camburi	280	3,18
39	Antônio Honório	426	3,16
40	Comdusa	283	3,16
41	Itararé	2.495	3,16
42	Morada de Camburi	370	3,15
43	Santo Antônio	1.881	3,14
44	Boa Vista	378	3,13
45	Ilha do Príncipe	836	3,13
46	Tabuazeiro	2.082	3,12
47	São Cristóvão	1.319	3,12
48	Ilha de Monte Belo	604	3,12
49	Andorinhas	652	3,11
50	Maria Ortiz	4.242	3,11
51	Santa Martha	2.747	3,08
52	Segurança do Lar	179	3,07
53	Nazareth	188	3,07
54	Mata da Praia	3.460	3,06
55	Santa Cecília	413	3,06
56	Fradinhos	575	3,05
57	Jabour	339	3,04
58	Vila Rubim	472	3,03
59	De Lourdes	630	3,02
60	Goiabeiras	876	3,01
61	Santa Luiza	418	2,98
62	Mário Cypreste	385	2,97
63	Ilha de Santa Maria	771	2,95
64	Maruípe	1.294	2,95
65	República	1.274	2,95
66	Santa Clara	548	2,92
67	Solon Borges	520	2,92
68	Enseada do Suá	371	2,86
69	Jucutuquara	532	2,85
70	Bento Ferreira	1.970	2,82
71	Barro Vermelho	2.008	2,80
72	Santa Lúcia	1.460	2,79
73	Jardim Camburi	14.451	2,70
74	Praia do Canto	5.630	2,69
75	Jardim da Penha	11.445	2,67
76	Parque Moscoso	663	2,66
77	Santa Helena	891	2,66
78	Centro	3.767	2,60
79	Aeroporto	0	0,00
	Demais Setores	29	4,55
Total		105.693	3,01

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

As regiões administrativas de Vitória com maior população, em número de habitantes (Figura 15), estão localizadas na Região 09 (Jardim da Penha), Região 08 (Jardim Camburi), Região 05 (Praia do Canto) e Região 04 (Maruípe). Verifica-se que na região do bairro de Goiabeiras não houve alteração significativa no número de população entre os anos de 2000 e 2010.

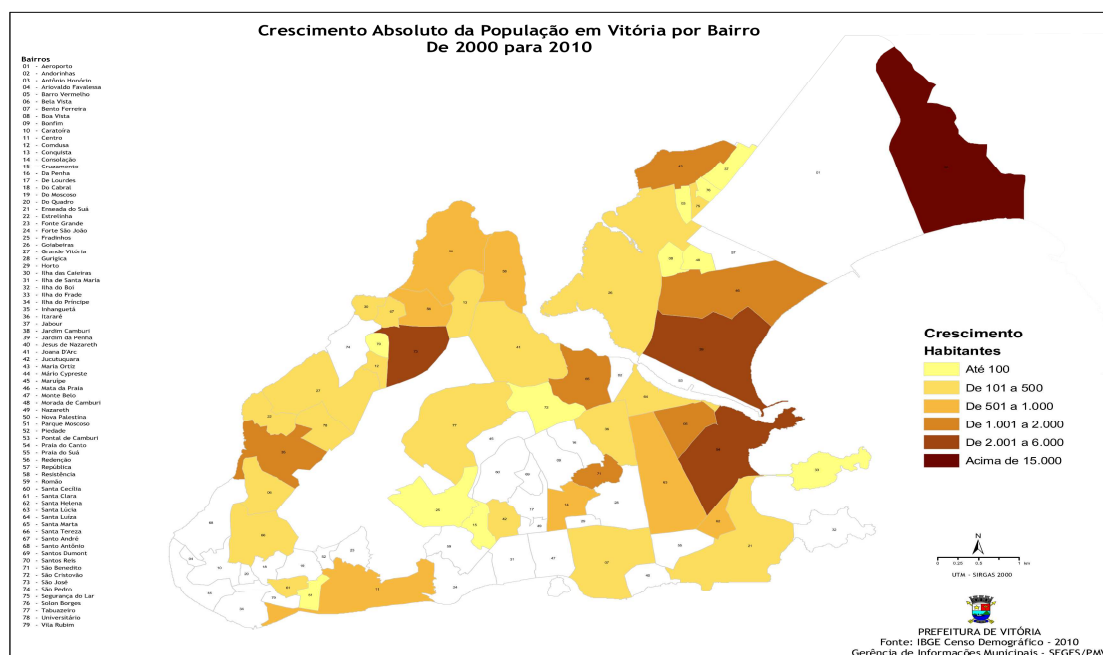
Figura 8 - Distribuição da População de Vitória por Bairro



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

As regiões administrativas de Vitória com maior crescimento de habitantes entre os anos 2000 e 2010 estão localizadas na Região 09 (Jardim da Penha), Região 08 (Jardim Camburi) e Região 05 (Praia do Canto), regiões mais ricas do município, conforme pode ser visualizado na figura 16. O crescimento absoluto da população no bairro de Goiabeiras foi na faixa de 100 a 500, conforme mostra a figura abaixo, sendo uma das regiões com menor crescimento em número de habitantes.

Figura 9 - Crescimento Absoluto da População em Vitória por Bairro

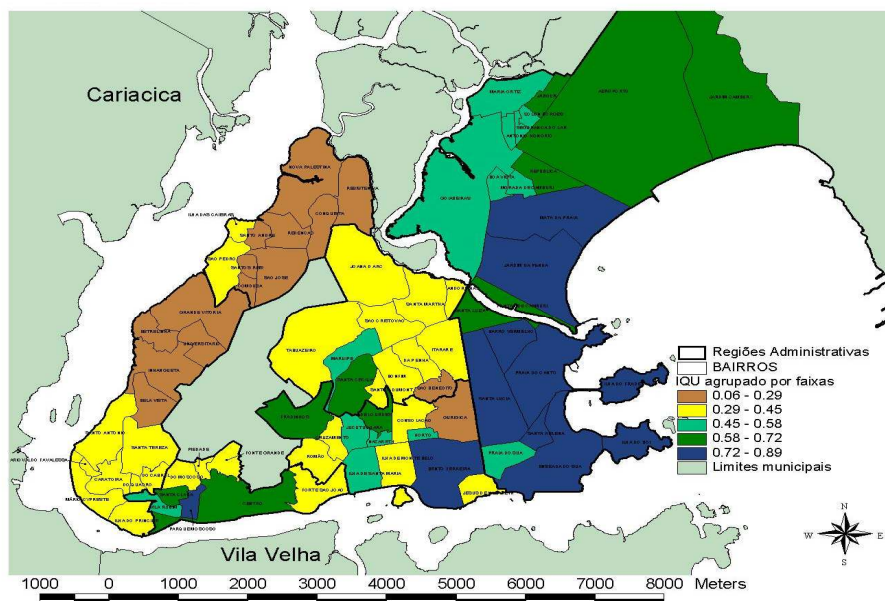


Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

O IQU é um índice composto por quatro dimensões: ambiental, habitacional, educacional e renda. A classificação do Índice de Qualidade Urbana (IQU) é feita em uma escala de zero a um, sendo valores crescentes de qualidade de vida, com melhores condições os mais próximos de um. O IQU médio da cidade em 2000 correspondeu a 0,59. Cerca de vinte e seis bairros encontraram-se acima dessa média (IQU acima do valor de 0,64), quarenta e três bairros apresentaram um IQU abaixo dessa média (abaixo de 0,54) e dez bairros ficaram próximo dessa média (com IQU na faixa entre 0,54 e 0,64). O bairro de Goiabeiras apresentou IQU de 0,52 tanto no ano de 1991 quanto em 2000, ficando abaixo da média da cidade em 2000.

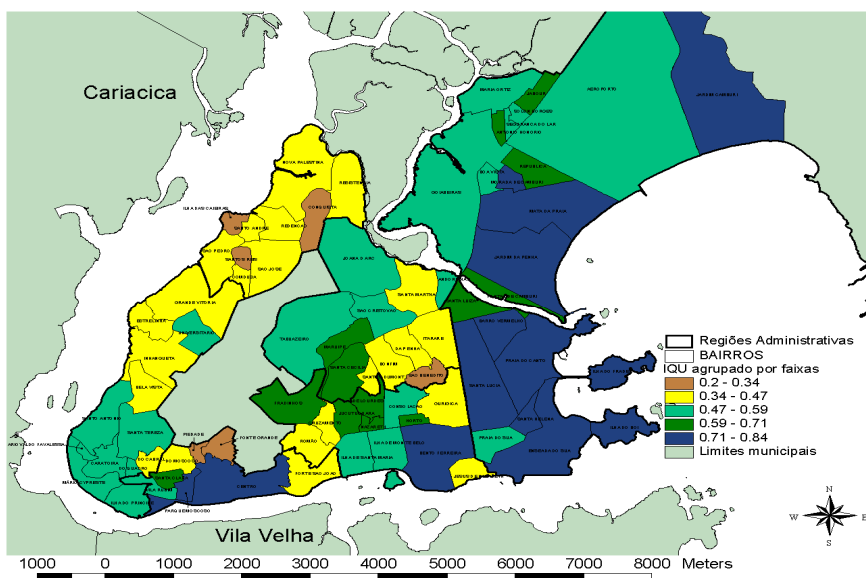
Verifica-se mudanças no comportamento do IQU no interstício 1991 – 2000, onde é possível visualizar por meio das figuras 17 e 18 a evolução do IQU médio das regiões de Vitória. Em 1991 as áreas com IQU mais elevados concentravam-se nas regiões administrativas 05 (Praia do Canto) e 09 (Jardim da Penha), sendo essas as áreas de poder aquisitivo mais elevado do município. Esse padrão se repete no ano 2000, com essas mesmas regiões apresentando índices mais elevados de IQU. Já nas regiões 02 (Santo Antônio), 07 (São Pedro), 01 (Centro), 04 (Maruípe), 08 (Jardim Camburi) e 03 (Jucutuquara) verifica-se crescimento na média do IQU entre os anos de 1991 e 2000. A região do bairro de Goiabeiras (Região 06) permanece na mesma média nos dois mapas, não apresentando evolução do IQU.

Figura 10 - IQU Médio 1991



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

Figura 11 - IQU Médio 2000



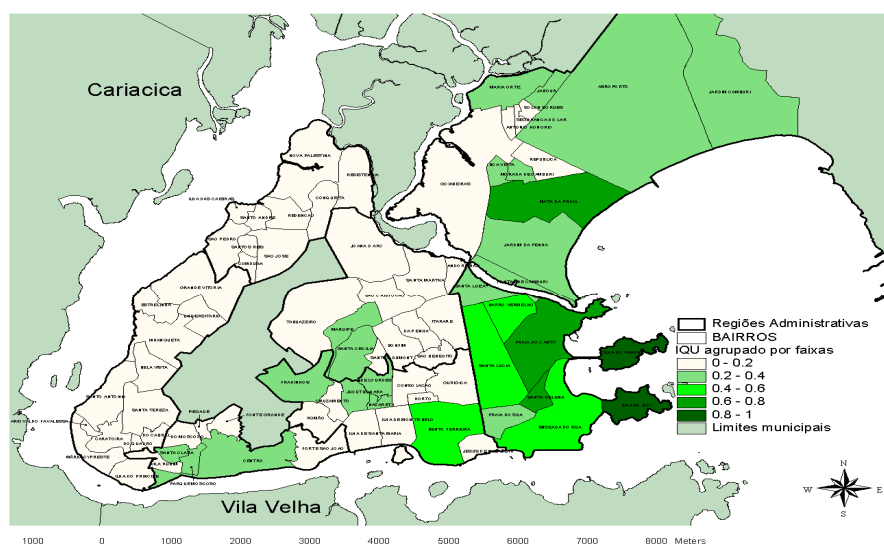
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

Analisando a dimensão renda do IQU é possível verificar as condições de vida, em relação ao poder aquisitivo das famílias nas diferentes regiões administrativas de Vitória. A dimensão renda inclui o rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio e a distribuição da renda, que pode ser compreendida como uma medida de desigualdade de renda. Assim, é possível identificar os focos de pobreza e da desigualdade de renda das regiões administrativas da cidade.

Observando os mapas de distribuição territorial de classes sociais no município de Vitória, verifica-se a segregação das camadas de mais alta renda. No ano de 1991 os maiores rendimentos médios dos responsáveis pelos domicílios estavam concentrados nas regiões 05 (Praia do Canto) e 09 (Jardim da Penha). Esse padrão se repetiu no ano 2000, onde os maiores rendimentos médios encontravam-se nas mesmas regiões, conforme pode ser visualizado nas figuras 19 e 20, confirmando a segregação dos bairros residenciais das camadas de mais alta renda nessas áreas.

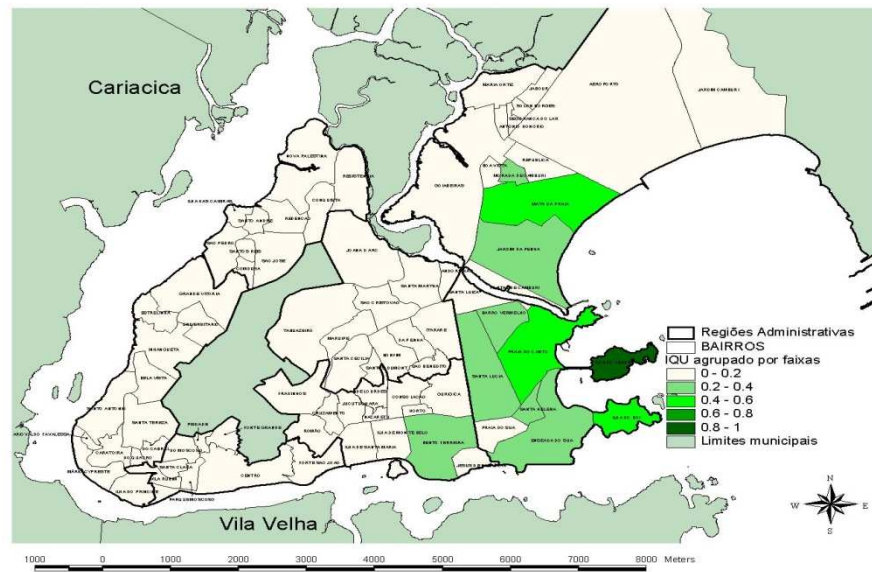
Observando os resultados do interstício 1991 e 2000, verifica-se que a tendência permanece similar, com os bairros situados nas regiões mais ricas apresentando as maiores taxas de crescimento de renda.

Figura 12 - IQU rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos 1991



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

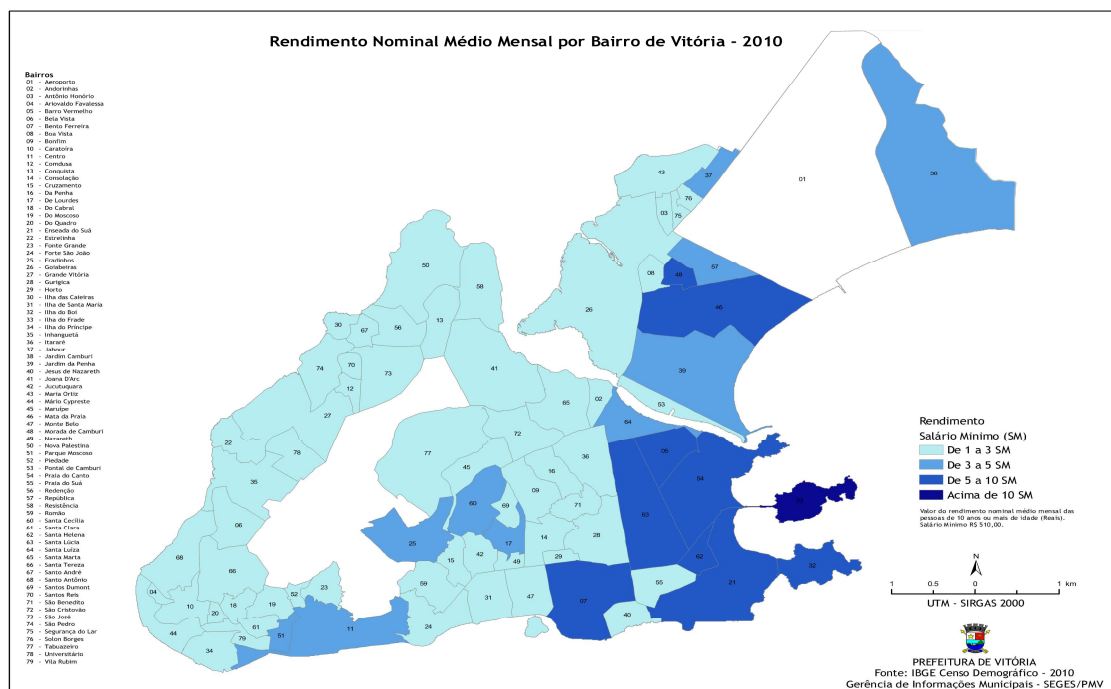
Figura 13 - IQU rendimento médio dos responsáveis pelo domicílio em salários mínimos 2000



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

Ao analisar as regiões administrativas da Grande Vitória com maior rendimento nominal médio mensal no ano de 2010, verifica-se que as regiões 05 (Praia do Canto) e 09 (Jardim da Penha) possuem os maiores rendimentos do município. A região 06 (Goiabeiras) é uma das regiões com menor rendimento nominal médio mensal de Vitória (Figura 21)

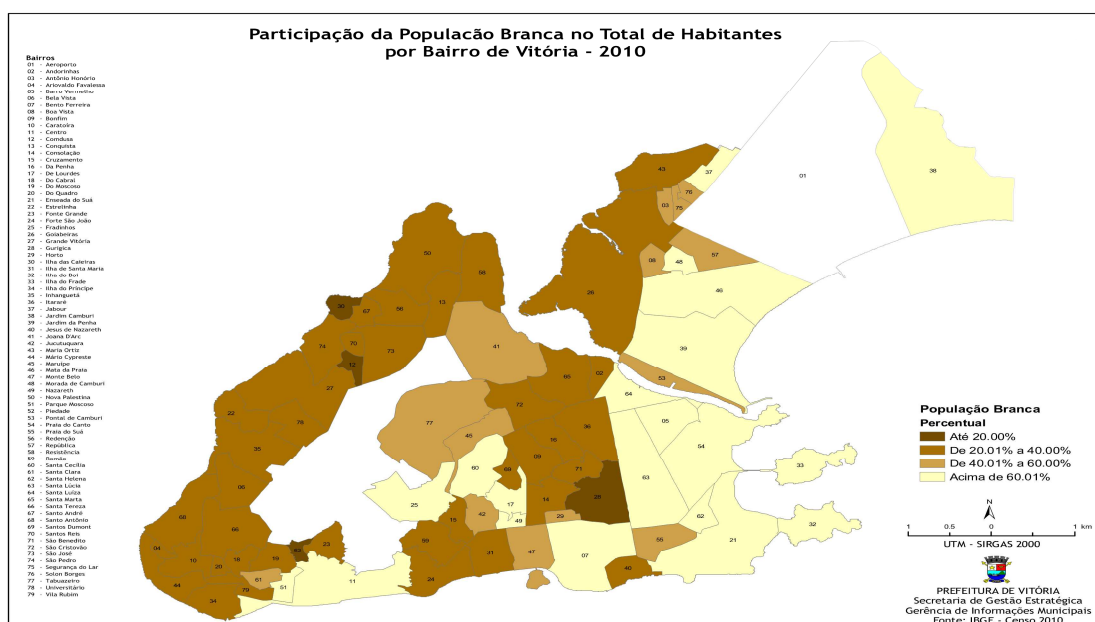
Figura 14 - Rendimento Nominal Médio Mensal por Bairro de Vitória 2010



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

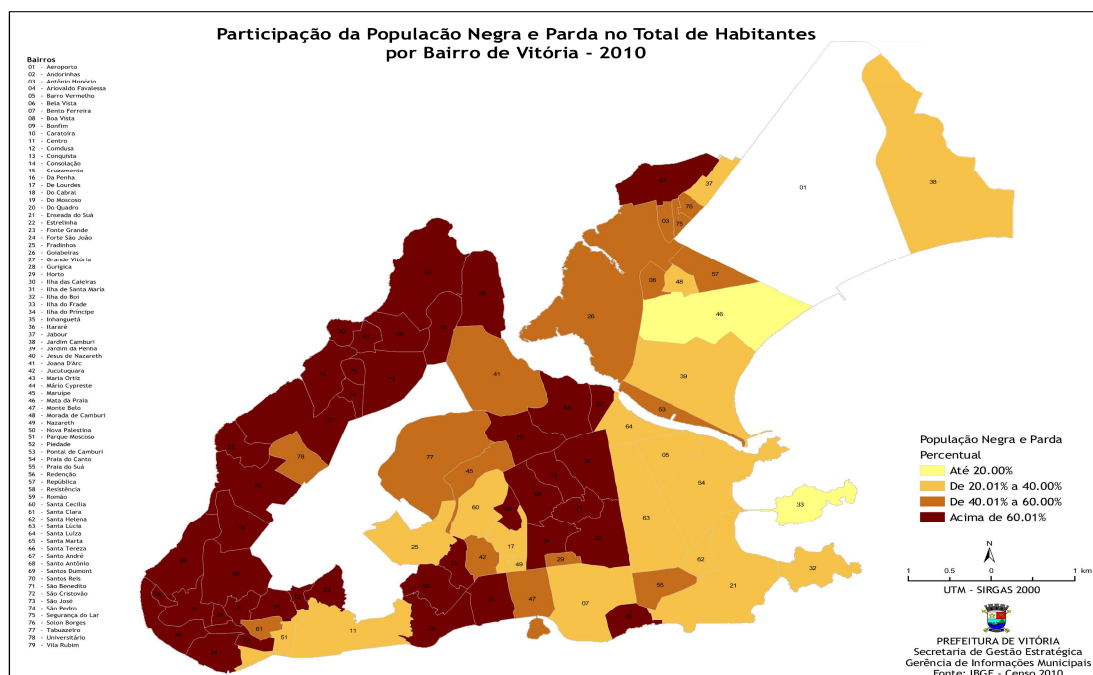
As regiões mais ricas são as regiões com maior participação da população branca no total de habitantes. Conforme pode ser observado na Figura 22, as regiões 05 (Praia do Canto), 09 (Jardim da Penha) e 08 (Jardim Camburi) possuem percentual acima de 60% de população branca. A população negra e parda está localizada em grande número nas regiões mais pobres de Vitória, quais sejam: 02 (Santo Antônio), 03 (Jucutuquara), 04 (Maruípe) e 07 (Soa Pedro), conforme pode ser visualizado na figura 23. Na região de Goiabeiras, o percentual de população branca é de 20 a 40% e o percentual da população negra e parda é de 40 a 60%, predominando a população negra e parda nesta área.

Figura 15 - Participação da População Branca no Total de Habitantes por Bairro de Vitória em 2010



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

Figura 16 - Participação da População Negra e Parda no Total de Habitantes por Bairro de Vitória em 2010



Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

O crescimento desordenado da cidade de Vitória é marcado por movimentos populacionais, em que o fluxo e a mobilidade da população de baixa renda, assalariada ou desempregada ocorreram em direção às periferias, morros e manguezais. Assim, o espaço urbano de Vitória se desenvolveu de forma desordenada, sendo esse um dos principais motivos de grande desorganização espacial e social, refletindo no isolamento espacial dos pobres em relação aos ricos. O resultado desse crescimento desordenado, que não foi acompanhado de políticas públicas eficientes, é a segregação urbana e social demonstrada. Isso levou a um crescente processo de vulnerabilidade tanto econômica quanto social na cidade.

Ao analisar a distribuição das classes sociais no espaço, verifica-se na cidade de Vitória uma região, formada por vários bairros, onde ocorre uma grande concentração das classes de mais alta renda. Segundo Villaça (2009) desde meados do século XIX, as classes acima da média vêm tendendo a se deslocar territorialmente segundo uma única direção. Essa constatação se confirma na cidade de Vitória – ES, onde há concentração da população de mais alta renda nas regiões 05 (Praia do Canto) e 09 (Jardim da Penha). Apesar de ser uma pequena ilha, o município de Vitória demonstra uma grande proximidade física entre as áreas geográficas, porém uma distância social entre ricos e pobres de grandes proporções.

Observa-se que o aumento no índice de qualidade urbana ocorreu ao longo dos anos, apontando para uma melhoria na qualidade de vida da população do município, porém, as áreas de vulnerabilidade social e pobreza permaneceram as mesmas.

O bairro de Goiabeiras, apresentou-se como uma das regiões com menor crescimento em número de habitantes no município. Constatou-se que com o passar dos anos, se manteve como área fortemente submetida ao processo de segregação imposta na cidade de Vitória, mesmo depois do registro das panelerias de Goiabeiras como um bem cultural de natureza imaterial pelo IPHAN. As transformações ocorridas no bairro de Goiabeiras ao longo dos anos não foram capazes de retirá-lo da zona de segregação socioespacial do município de Vitória. O bairro permanece apresentando grande desigualdade social, poucos investimentos em infraestrutura e baixo índice de qualidade urbana. A região de Goiabeiras caracteriza-se por produzir situações de exclusão social, colocando-se como desafio a redução da desigualdade nesta região.

2.3 PANELEIRAS DE GOIABEIRAS

Conforme descrito no capítulo anterior, a cidade de Vitória cresceu e alcançou Goiabeiras, que se transformou em um bairro urbanizado de Vitória. Neste local, moram e trabalham as panelerias de Goiabeiras, artesãs da panela de barro, símbolo da cultura capixaba.

Apesar da urbanização e do adensamento populacional que envolveu o bairro de Goiabeiras, as panelas de barro, produto de cerâmica de origem indígena, reconhecida como legado cultural Tupi-Guarani e Uma, continuam sendo fabricadas de forma artesanal, manual e rústica, a partir de argila sempre da mesma procedência. A técnica preserva a modelagem manual da panela, com o auxílio de ferramentas rudimentares, tendo como principal ferramenta as mãos das panelerias. Enquanto a cidade crescia, as panelerias iam progressivamente se profissionalizando e fazendo do seu ofício a mais visível atividade cultural e econômica do lugar.

São registradas na Associação das Panelerias de Goiabeiras 86 famílias que confeccionam a legítima panela de barro capixaba. Cada família tem um número variado de integrantes que estão ligados a algum processo da confecção da panela, seja tirando o barro, alisando, queimando, modelando a panela, ou em alguma outra etapa do processo de

fabricação. Segundo a presidente da Associação das Paneleiras de Goiabeiras, a produção mensal média das famílias associadas é de 3.000 (três mil) panelas por mês, sendo essas panelas de tamanhos variados.

Figura 17 - Processo de fabricação da panela de barro



Fonte: <http://www.paneleasdebarro.com/Historia.html>

Acesso em 05/10/2017

A panela de barro é um ícone da identidade cultural capixaba, a materialização de um saber. Nesse recipiente é feito um dos mais tradicionais pratos da culinária do Espírito Santo: a moqueca capixaba. Além da moqueca, outra iguaria é feita na panela de barro: a torta capixaba, tradicionalmente consumida na Semana Santa no estado do Espírito Santo.

A fabricação artesanal da panela de barro, ofício das pateleiras de Goiabeiras, registrado no Iphan como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, é uma atividade eminentemente feminina, tradicionalmente repassada através de gerações, às filhas, netas e sobrinhas, no convívio doméstico e comunitário no bairro de Goiabeiras, localizado em Vitória na capital do Espírito Santo. É um “ofício familiar, doméstico e profundamente enraizado no cotidiano e no modo de ser da comunidade de Goiabeiras Velha”. (DOSSIÊ IPHAN 3, 2006, p. 13).

Apesar de ser considerada uma atividade tipicamente feminina, há uma crescente participação masculina na fabricação da panela. Os homens já participavam anteriormente nas atividades mais árduas como a retirada do barro e a queima da panela, porém hoje, alguns trabalham também na modelagem das mesmas.

A técnica para a confecção da panela de barro tem origem indígena e é “caracterizada por modelagem manual, queima a céu aberto e aplicação de tintura de tanino”. (DOSSIÊ IPHAN 3, 2006, p. 13).

O processo de produção das panelas de barro “conserva todas as características que a identificam com a prática dos grupos nativos das Américas, antes da chegada de europeus e africanos”. (IPHAN, 2006a, p. 15). Segundo o Dossiê Iphan 3 (2006) os colonos e descendentes de escravos africanos que vieram a ocupar a margem do manguezal em Goiabeiras Velha, situada na parte continental norte do município de Vitória, apropriaram dos índios o saber da fabricação da panela de barro. A técnica empregada, o processo de produção e a matéria-prima utilizada são seculares, permanecem inalteradas após quatro séculos de tradições indígenas familiares, sendo transmitida de geração a geração, fiando o ofício salvaguardado dentro do grupo de paneleiras (SANT’ANNA e CAMILETTI, 2008).

Figura 18 - Modelagem manual da panela de barro



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>

Acesso em 05/10/2017

Figura 19 - Queima da panela de barro a céu aberto



Fonte: <http://seculodiario.com.br>
Acesso em 05/10/2017

O processo produtivo das panelas de barro compreende várias etapas: extração da argila, extração do tanino, modelagem manual, alisamento, secagem, queima e açoite. A “simetria, a qualidade de seu acabamento e sua eficiência como artefato devem-se às peculiaridades do barro utilizado e ao conhecimento técnico e habilidade das paneleiras, praticantes desse saber há várias gerações”. (IPHAN, 2006a, p. 15).

As panelas de barro são produzidas a partir de matérias-primas provenientes do meio natural. A argila empregada, ou barro como é chamado pelas paneleiras, é extraída de jazida, comumente conhecido como barreiro, no Vale do Mulembá, em Vitória – ES.

Figura 20 - Extração da argila



Fonte: <https://www.gazetaonline.com.br>
Acesso em 05/10/2017

A argila de boa qualidade é elemento fundamental para a confecção da autêntica panela de barro e influencia diretamente na qualidade do produto, por isso a fonte da matéria-prima permanece a mesma utilizada por suas antecessoras, que já retiravam o barro daquela localidade. Segundo o Dossiê Iphan 3 (2006, p. 31) “análises de granulometria do barro indicaram a seguinte composição média: 40% de argila, 26% de silte, 13% de areia fina, 13% de areia média e 8% de areia grossa”. É essa composição que permite o modo de fazer, sem torno nem forno, maior rapidez do processo de secagem, menor ocorrência de rachaduras e boa resistência ao fogo. Já o barro de qualidade inferior, dificulta a modelagem da panela de barro além de não resistir ao processo de queima (NICOLE et al., 2012).

Outro elemento de fonte natural, importante na fabricação da panela de barro é o tanino, nome popular dado à casca da *Rhizophlora mangle*, também conhecido como Mangue-Vermelho, proveniente de árvores do manguezal que margeia a localidade de Goiabeiras. A tintura de tanino é utilizada no açoitamento da panela de barro, aplicada após a sua queima. A extração da casca do Mangue-Vermelho (*Rhizophlora mangle*) só pode ser feita quando esta estiver madura e da metade da árvore para cima, devido à preocupação com a preservação do manguezal (NICOLE et al., 2012).

Figura 21 - Extração do Tanino para tintura da panela de barro



Fonte: <https://www.gazetaonline.com.br>
Acesso em 05/10/2017

Após a extração da casca do Mangue-Vermelho, essas são socadas, maceradas e postas de molho na água por alguns dias até que se transformem em tintura de tanino, uma tinta vermelha que será aplicada nas panelas após a queima (DOSSIÊ IPHAN 3, 2006).

Figura 22 - Açoite da panela de barro



Fonte: <https://setur.es.gov.br>
Acesso em 05/10/2017

Da natureza também são retirados outros dois instrumentos para a confecção da panela de barro, que são a cuia e a vassourinha de muxinga, feitos a partir de espécies vegetais encontradas nas proximidades de Goiabeiras.

A partir de 1987 os interesses das panelleiras de Goiabeiras passaram a ser representados por uma entidade de classe denominada Associação das Panelleiras de Goiabeiras. Essa Associação foi constituída em 25 de março de 1987 e teve seu estatuto lavrado em Cartório de Registro Civil, em 07 de julho do mesmo ano. Seu estatuto a constituiu como uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. A criação da Associação foi motivada pelo aumento da demanda de panelas de barro. Nessa época não havia estrutura física adequada para a produção das panelas de barro e essas eram produzidas de forma pouco profissional, porém conservadas as tradições indígenas no processo de produção manual e artesanal. A produção era feita nos quintais das casas das panelleiras, comercializadas no próprio local de fabricação ou vendida aos compradores locais em feiras e mercados da região.

A Associação foi criada e registrada por iniciativa de cinco panelleiras, auxiliadas por Etta de Assis, vereadora do Partido Democrático Trabalhista (PDT) do município de Vitória, com a finalidade de:

mobilizar, integrar e conscientizar as panelleiras para o exercício de seus direitos; buscar melhores condições de trabalho; construir sede própria, com galpão para o funcionamento da administração, depósito, produção e

comercialização e promover e contribuir para o desenvolvimento da comunidades em que está inserida, através da sensibilização, mobilização e integração de esforços da população local e poderes públicos. (DIAS, 2006, p. 205).

A aceitação da Associação pela comunidade de paneleiras não foi de imediato, houve resistência, porém quando perceberam os benefícios advindos da Associação, como a construção de um galpão para a produção e comercialização das panelas de barro, a resistência foi diminuindo e as paneleiras, muitas autônomas, passaram a se dedicar exclusivamente ao ofício de produzir panelas de barro, exercendo a atividade mais profissionalmente (SANT'ANNA e CAMILETTI, 2008).

O galpão, espaço de trabalho coletivo das paneleiras, atendeu às necessidades de grande parte das paneleiras que já não tinham mais espaço suficiente e adequado em suas casas para produzirem a panela de barro, o que levava muitas delas a buscarem outras atividades profissionais para garantir o sustento de suas famílias. Segundo Dias (2006, p. 206) a construção do galpão, “espaço físico que demarca a existência do corpo social, contribuiu para fortalecer o grupo e a autonomia, tanto coletiva quanto individual”.

Construído pela Prefeitura Municipal de Vitória, o galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras foi uma conquista importante para a organização das paneleiras e valorização do ofício da confecção da panela de barro, o que deu visibilidade ao produto e ao trabalho artesanal. O galpão conta com uma área para guardar e preparar as matérias-primas, local com mesas de trabalho para a modelagem, secagem e o polimento das panelas, além de depósitos e bancadas para os produtos acabados, prontos para serem comercializados. A queima das panelas é realizada em um terreiro ao lado do galpão (DOSSIÊ IPHAN 3, 2006). Hoje o galpão é um ponto de referência para turistas e consumidores que querem adquirir a panela de barro. Apesar de haver pontos de comercialização das autênticas panelas de barro produzidas pelas paneleiras de Goiabeiras, a maior parte da comercialização é realizada no galpão ou ainda nos quintais de suas casas.

Figura 23 - Galpão da Associação das Paneleiras de Goiabeiras



Fonte: <http://www.rotascapixabas.com/>
Acesso em 05/10/2017

Segundo Dossiê Iphan 3 (2006, p. 27) a Associação das Paneleiras de Goiabeiras tem sido o “principal canal de negociação das paneleiras junto ao poder público e à iniciativa privada, na busca de apoio para fabricação e promoção de seus produtos”. Elas têm conseguido novos espaços para divulgação e venda das panelas de barro como feiras de artesanatos locais, nacionais e internacionais, além de novos patrocinadores e material promocional para divulgação do produto.

Um dos maiores benefícios obtidos pela Associação das Paneleiras de Goiabeiras foi a manutenção da propriedade do “barreiro”, localizado no Vale do Mulembá, e a garantia de acesso assegurada ao local de retirada da matéria-prima. O local do Barreiro tinha sido desapropriado pelo Governo do Estado para a construção de uma estação de tratamento de esgotos, porém a manutenção do Barreiro, fonte de matéria-prima para a panela de barro, significava a continuidade da existência do produto fabricado pelas paneleiras.

Com a atuação da Associação, as relações entre o poder público e as paneleiras se estreitaram e a “manutenção do local de extração do barro foi garantida por meio de acordo entre a entidade e o poder público”. (SANT’ANNA e CAMILETTI, 2008, p. 10). Além disso, o transporte do barro retirado do barreiro é feito pela Prefeitura Municipal de Vitória e foi criado um selo de qualidade, pela Prefeitura, que confere às panelas de barro, produzidas pelas paneleiras de Goiabeiras, a autenticidade de serem as verdadeiras panelas de barro capixabas.

No dia 20 de dezembro de 2002 o IPHAN registrou o ofício das paneleiras de Goiabeiras como bem cultural de natureza imaterial. O Livro de Registro dos Saberes, volume primeiro, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, registrou em sua primeira folha: “Registro número hum; Bem cultural: Ofício das paneleiras de Goiabeiras.” Esse registro conferiu ao ofício das paneleiras de Goiabeiras o título de Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Esse registro inaugurou o Livro de Registro dos Saberes assim como o instrumento legal de reconhecimento e preservação dos bens culturais imateriais.

Anterior ao registro foi produzido e sistematizado conhecimento acerca do ofício das paneleiras de Goiabeiras, buscando conhecer o saber e o fazer dessas mulheres produtoras de panela de barro, utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais. As tradicionais panelas de barro já eram conhecidas em todo o estado do Espírito Santo e até mesmo em diversos pontos do Brasil, porém as paneleiras, responsáveis por sua confecção, apesar de terem o domínio de seu fazer, não eram conhecidas e valorizadas por seu ofício. O conhecimento, sistematizado e produzido acerca da confecção da panela de barro, constituiu a instrução técnica do processo de Registro desse ofício, concluído em dezembro de 2002.

Desde o registro no Livro dos Saberes, o Iphan vem acompanhando o trabalho e as questões relativas à continuidade do ofício das paneleiras de Goiabeiras. Isso se dá por meio da “elaboração e implantação do Plano de Salvaguarda, que prevê o apoio e o fomento de ações que favoreçam a valorização das paneleiras e a manutenção das condições objetivas para a prática de sua atividade”. (IPHAN, 2006a, p. 11)

Após o ofício ter sido registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, “a panela passa a ser reconhecida como produto de um trabalho singular, que produz um bem que simboliza uma identidade e um valor cultural regional” (DIAS, 2006, p. 204), sendo inserida no quadro político cultural capixaba, ganhando espaço nas ruas, nas cidades, nos diferentes estados brasileiros e internacionalmente. As paneleiras passam a ser reconhecidas como as detentoras desse bem cultural e produtoras de um símbolo do artesanato capixaba, se destacando pelo conteúdo cultural de seu trabalho (DIAS, 2006). O trabalho deixou de ser informal e passou a ser considerado parte do patrimônio da cidade, do estado do Espírito Santo e do Brasil.

2.4 CULTURA CAPIXABA

Considerando os objetivos apresentados neste trabalho, optamos por utilizar a abordagem proposta por Ortiz (2002, p. 28), que discute a cultura “como se constituísse um espaço de convergência de movimentos e ritmos diferenciados: economia, relações sociais, tecnologia, etc.”.

Essa opção teórica vem ao encontro das análises realizadas nesta pesquisa, principalmente no que tange ao aspecto político que a cultura assume na realidade capixaba, pois “[...] conceber a esfera da cultura como um lugar de poder significa dizer que a produção e a reprodução da sociedade passa necessariamente por sua compreensão”. (ORTIZ, 2002, p. 29).

Outra particularidade levantada pelo autor diz respeito ao processo de globalização e de mundialização da cultura. Segundo ele,

os conceitos de cultura e civilização, tal como foram classicamente concebidos pela Antropologia e pela História, dificilmente se aplicariam na íntegra ao mundo contemporâneo. Portanto, noções como “território”, “fronteiras”, “local”, “nacional”, devem ser revistas. Isso não significa a superação do espaço, o seu fim, como às vezes apressadamente concluem alguns pensadores. Não é necessário imaginarmos a história como uma sucessão de desaparecimentos definitivos. Importa qualificarmos a situação presente e compreendê-la dentro de uma outra perspectiva. Nesse sentido, categorias como cultura popular e cultura nacional precisam ser, para utilizar uma expressão na moda, desconstruídas e, eu acrescentaria, reconstruídas, diante da nova realidade. (ORTIZ, 2002, p. 29).

Mario Vargas Llosa (2013), em seu livro “A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura”, faz uma revisão de algumas abordagens sobre a cultura nas últimas décadas, que apesar de diferentes dão uma amostra dos diferentes enfoques sobre a cultura. Porém,

apesar de muito diferentes entre si e de constituírem apenas uma pequena amostra da abundante floração de ideias e teses que esse tema inspirou, todos tem um denominador, pois concordam que a cultura está atravessando uma crise profunda e entrou em decadência. (LLOSA, 2013, p. 12).

Os autores citados vão de T. S. Eliot, George Steiner, Freud, Karl Marx, Guy Debord, Lipovetsky, entre outros. Segundo o autor, apesar dos diversos significados e matizes assumidos pela cultura ao longo da história,

[...] até nossa época cultura sempre significou uma soma de fatores e disciplinas que, segundo amplo consenso social, a constituíam e eram por ela implicados: reivindicação de um patrimônio de ideias, valores e obras de arte, de conhecimentos históricos, religiosos, filosóficos e científicos em constante evolução, fomento da exploração de novas formas artísticas e literárias e da investigação em todos os campos do saber. (LLOSA, 2013, p. 59).

Em sua análise, Llosa, faz uma crítica severa à civilização do espetáculo, em que a informação assume um papel central nesse sentido, valorizando a frivolidade, escândalos, perversidade, deslealdade, violação da privacidade, morbidade, entre outras variáveis. Ao falar dos países latino-americanos, a corrupção entra em pauta, com fortes vínculos ao narcotráfico. E a cultura contemporânea midiática, na sua falta de criticidade faz com que as sociedades aceitem e assumam esses fenômenos e

[...] que tudo isso seja percebido e vivido pelo grande público com a resignação e o fatalismo com que aceitam os fenômenos naturais – terremotos e tsunamis – e como uma representação teatral que, embora trágica e sangrenta, produz emoções fortes e agita a vida cotidiana. (LLOSA, 2013, p. 126).

A partir do exposto, podemos constatar a banalização da cultura, e a inversão de seu papel, que funcionava como uma liga da realidade e se transformou num espetáculo para atender aos interesses políticos e econômicos, em detrimento do social, e com isso contribui para o processo de segregação e marginalização social.

O estado do Espírito Santo - ES, apesar de fazer parte da região Sudeste, desde a colonização brasileira apresenta peculiaridades que refletiram e refletem no seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural. O estado luta para enfrentar diversos obstáculos para se afirmar como um estado forte e representativo na região Sudeste, região mais rica do Brasil.

Situado entre a Bahia ao norte (primeira capital da colônia), o Rio de Janeiro ao sul (segunda capital), a leste com as Minas Gerais (maior produtor de ouro e pedras preciosas do Império) e a oeste com o oceano atlântico, seu desenvolvimento para o interior foi impedido pelo império, criando o famoso cinturão verde de forma a impedir o contrabando das riquezas extraídas das Minas Gerais pelo porto de Vitória. Com isso, até o início do século XX, Vitória, capital do estado, era uma cidade com características extremamente provincianas, sendo Cachoeiro de Itapemirim, ao sul do estado, e Colatina ao noroeste, as duas principais economias estaduais. (MATTOS, 2013).

Apesar dessa política remontar ao império, suas consequências são sentidas na atualidade. Alguns ditados, extremamente pejorativos, reforçam essa situação como: "O Espírito Santo é a estrada do Rio para a Bahia" ou "O Espírito Santo é a praia de Minas Gerais".

Além disso, quando dizemos que somos de Vitória - ES, a primeira pergunta é "Vitória da Conquista", ou "Onde fica o Espírito Santo?". Muitos acham que fazemos parte da Região Nordeste. Também é comum o próprio capixaba dizer que tem uma "cabeça de burro enterrada em Vitória, pois nada aqui vai pra frente". Essas questões atestam o caráter subalterno comumente associado ao estado do Espírito Santo.

Esses fatos, contribuíram, e contribuem, para a baixa autoestima do capixaba, o que resulta numa desvalorização de quase tudo que é culturalmente produzido no estado. Isso se dá na música, literatura, teatro e artesanato. Valoriza-se, independente da qualidade o que vem de fora. Nossos teatros vivem às moscas, exceto quando vem alguma peça global (na grande maioria de qualidade questionável) e cantores produzidos pelas grandes gravadoras nacionais. É a civilização do espetáculo, segundo Llosa.

Isso, aliado à falta de políticas públicas que contemplem de forma efetiva e sistemática a cultura capixaba, contribuem para o esvaziamento da mesma e para a segregação de culturas seculares, como a das paneleiras de Goiabeiras, que correm o risco de extinção.

Paixão x Desapego; Orgulho x Vergonha; Gratidão x Insatisfação, são sentimentos ambíguos que caracterizam as relações dos envolvidos no ofício das paneleiras de Goiabeiras, apresentados a seguir.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Flick (2004), o cerne da pesquisa qualitativa é a interpretação. Flores (1994) retrata a comparação como uma das principais ferramentas intelectuais na busca de conclusões, pois esta ferramenta permite identificar semelhanças e diferenças entre as unidades das diversas categorias.

Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com 9 paneleiras/artesãos. Desses, 6 entrevistadas do sexo feminino, 2 entrevistados do sexo masculino e 1 transexual. Cabe ressaltar que os homens que trabalham no ofício da panela de barro não gostam de ser chamados de paneleiros. Preferem ser chamados de artesões. Percebe-se um preconceito velado no ofício, por este ter sido durante séculos um ofício tipicamente feminino. Dessa forma, para eles, paneleira é a mulher, e artesão, o homem que trabalha no ofício da panela de barro.

Com o intuito de preservar a identidade dos participantes, foram criados nomes fictícios para os entrevistados da pesquisa. Das 9 entrevistas realizadas, somente duas entrevistadas não são descendentes de paneleiras (aprenderam o ofício com as vizinhas). Porém, uma dessas deu início à tradição da panela de barro em sua família, pois duas de suas filhas deram continuidade ao seu trabalho.

Pode-se perceber uma relação muito estreita e próxima entre os membros da comunidade das paneleiras de Goiabeiras. Muitos têm grau de parentesco, e os que não têm, desenvolveram relações fortes de amizade e companheirismo por terem nascido e sido criados naquela comunidade. Existe grau de parentesco entre alguns dos entrevistados (Joana é irmã de Augusta, Alice é bisneta de Belmira e Madalena é irmã da Giu).

As entrevistas mostram que há diversidade nos relatos, porém há muita semelhança nos discursos das paneleiras/artesãos entrevistados. As similaridades são explicadas por Halbwachs (1990) que afirma que a memória consiste num fenômeno eminentemente coletivo que se dá a partir das relações entre indivíduos e grupos. Ainda segundo este autor, as memórias individuais se constituem a partir de quadros fornecidos pelo meio social, chamados por ele de “quadros sociais da memória”, que funcionam como pontos de referência para a construção e organização da memória dos grupos, conferindo estabilidade e coerência às representações coletivas. Assim, é no contexto das relações sociais que as lembranças das

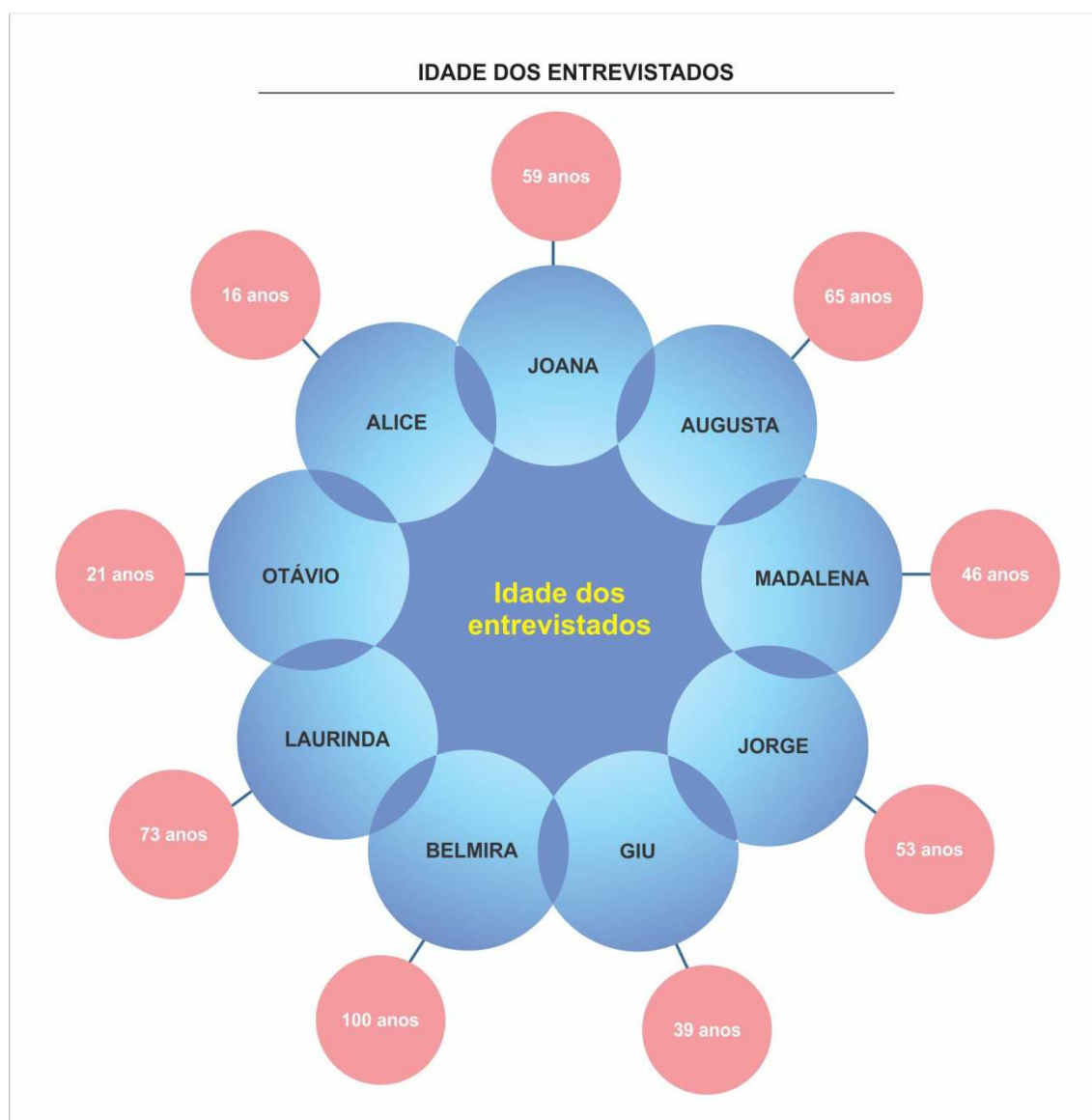
paneleiras/artesãos são construídas, na transmissão da tradição, de geração a geração. As memórias que os entrevistados conseguem evocar quando querem, estão dentro do domínio comum, no sentido em que é facilmente acessível, familiar. Segundo Halbwachs (1990, p. 49) “essas lembranças estão para ‘todo o mundo’ dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los”. Já a diversidade dos discursos é explicada por Halbwachs (1990, p. 51) ao salientar que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.

Percebe-se nas falas dos entrevistados que não é possível separar a história da panela de barro da história de suas vidas, tendo a panela um lugar importante na vida dessas pessoas, a ponto de fundir o trabalho com a própria vida. Isso porque a história das paneleiras de Goiabeiras é uma história viva, que se perpetua e se renova através do tempo.

3.1 AS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS E SUAS DIFERENTES GERAÇÕES

Os 09 entrevistados têm entre 16 e 100 anos de idade e pertencem à diferentes gerações de paneleiras. A escolha dos participantes da pesquisa com idades tão distintas foi proposital, para compreender as diferenças de percepção acerca de temas que envolvem a comunidade das paneleiras.

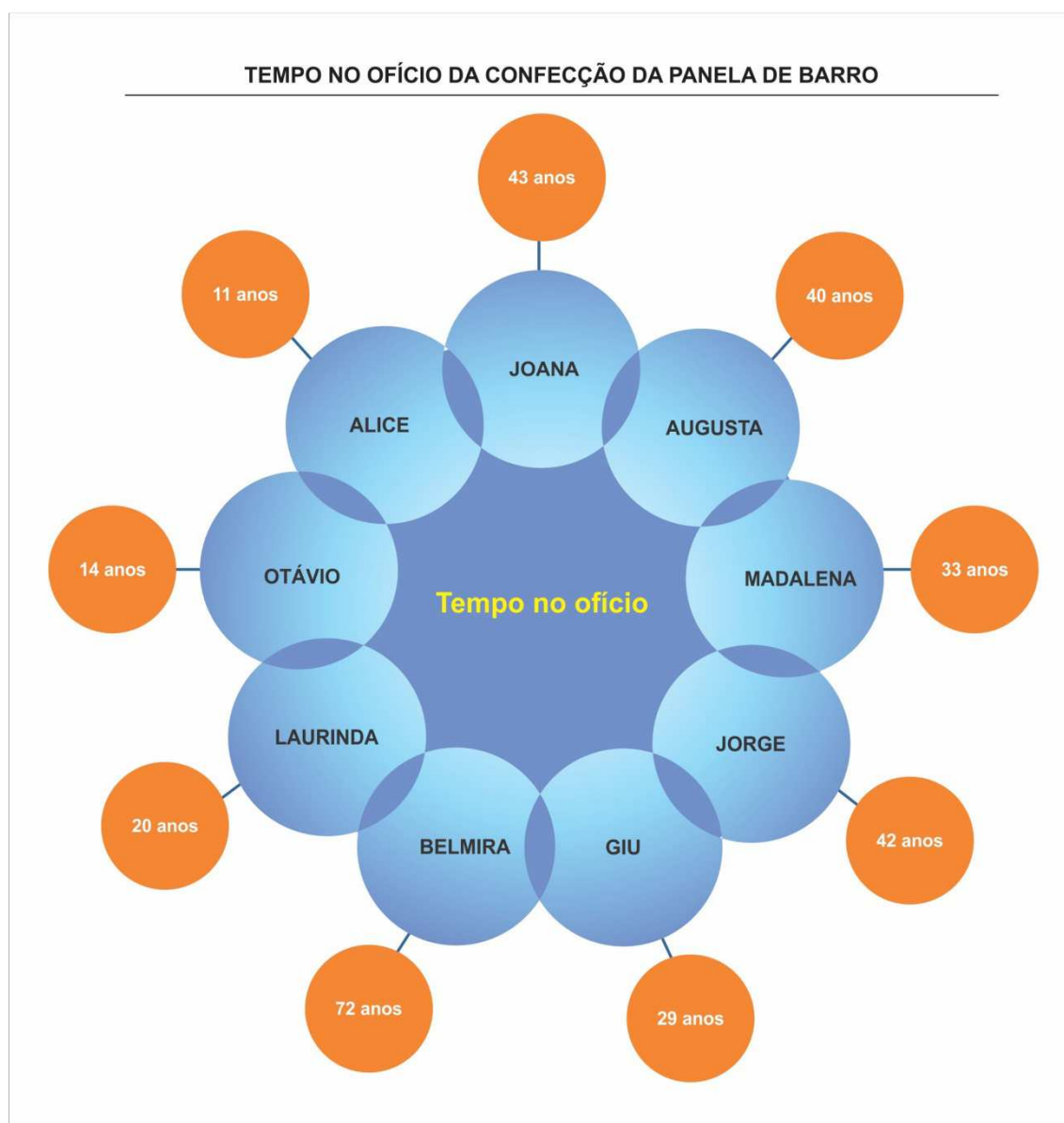
Figura 24- Idade dos Entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Os entrevistados têm entre 11 e 72 anos de profissão no ofício da panela de barro. Alice, a mais jovem entrevistada, trabalha na confecção da panela há 11 anos, e Belmira, a mais antiga paneleira viva da comunidade, trabalhou 72 anos no ofício.

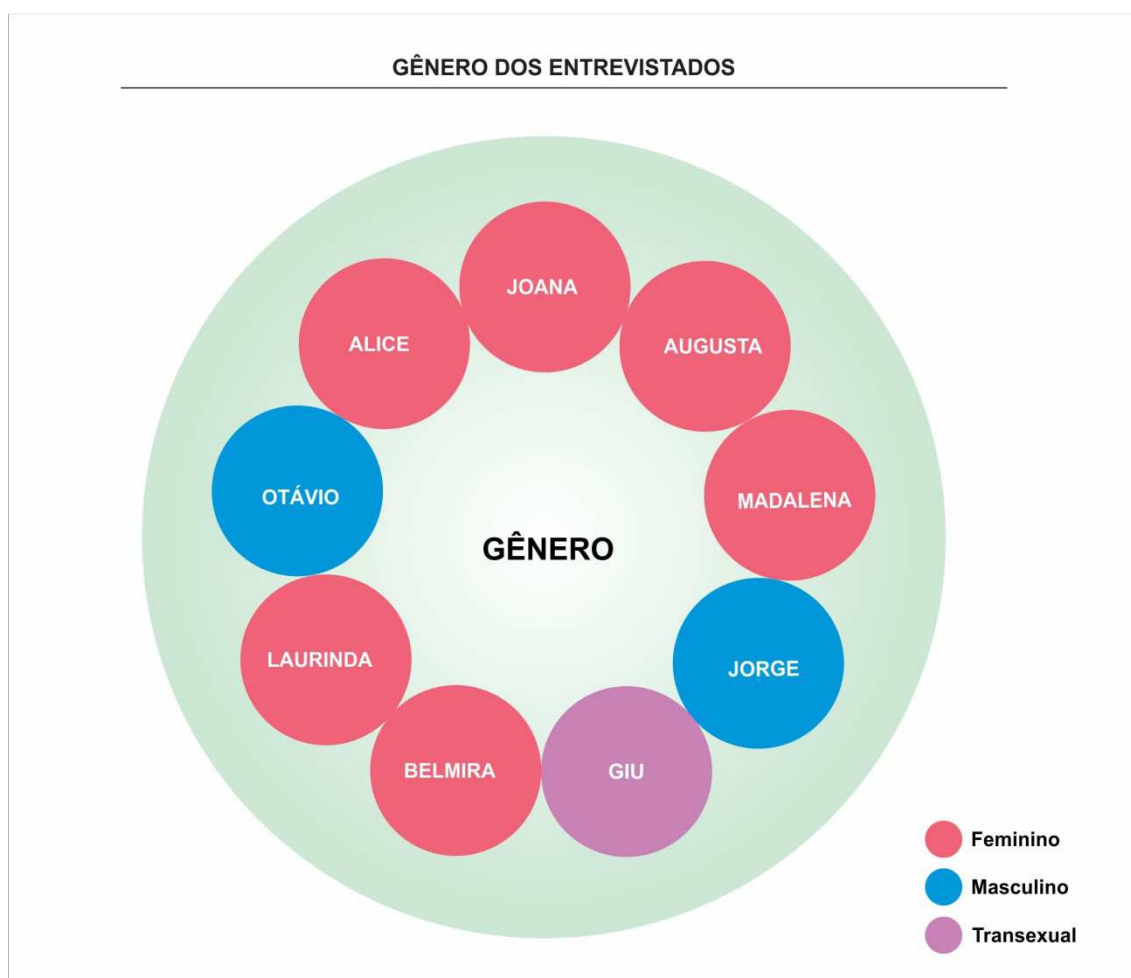
Figura 25 - Tempo no ofício da confecção da panela de barro



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Dos 09 entrevistados, 06 são do sexo feminino, 02 são do sexo masculino e 01 é transexual.

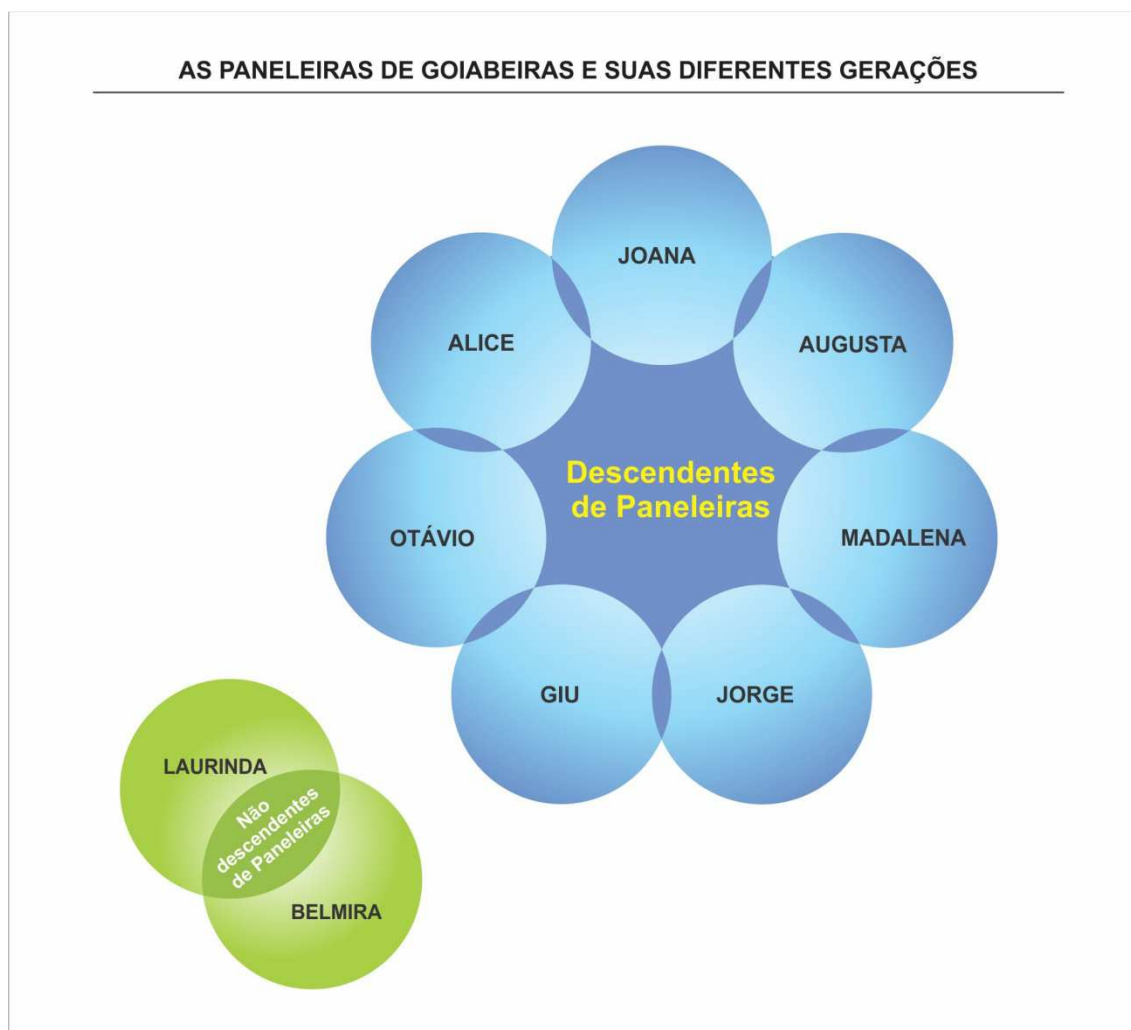
Figura 26 - Gênero dos Entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Sete dos nove entrevistados são descendentes de paneleiras, com famílias tradicionais no ofício da panela de barro. Somente duas entrevistadas não são descendentes de paneleiras e aprenderam o ofício da panela de barro com as vizinhas paneleiras.

Figura 27 - As panelleiras de Goiabeiras e suas diferentes gerações



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Percebe-se nos discursos dos entrevistados que todos eles conhecem e orgulham-se de suas raízes e de suas histórias. Eles atribuem grande importância às gerações anteriores na perpetuação dos conhecimentos e práticas da confecção da panela de barro e sentem-se especiais por fazerem parte de uma geração de panelleiras. Percebe-se nas falas desses entrevistados o sentimento de pertencimento e o apego à cultura da panela de barro. Eles valorizam as gerações anteriores que herdaram dos índios o saber da confecção da panela de barro e repassaram às gerações seguintes não só o ofício, mas a paixão pela panela.

Joana e Augusta, ambas do sexo feminino, são irmãs. Joana tem 59 anos e é panelleira há 43 anos. Augusta tem 65 anos e é panelleira há quase 40 anos. Elas vêm de uma geração de panelleiras, onde a tradição se dá desde a bisavó. Joana lista em sua fala os membros da família envolvidos com a panela de barro: “Minha bisavó, minha avó, minha mãe, eu, meus irmãos. Somos em 2 irmãos e 4 irmãs que fazem panelas”. Todos os irmãos trabalham no

galpão, com panela de barro, assim como tios sobrinhos e primos, que também estão engajados no ofício. Augusta contou que o pai também trabalhava no ofício da panela de barro, tirando barro do barreiro: “Meu pai tirava barro, meu pai tirava tinta. Meu pai morreu num barreiro tirando barro para as minhas tias, porque minha mãe já tinha morrido. Morreu do coração de repente”.

Madalena é do sexo feminino, tem 46 anos e é paneleira há 33 anos. Assim como Joana e Augusta, ela também vem de uma geração de paneleiras: “Uma família inteira de paneleiras. Minha mãe é paneleira, minha avó, minhas tias, meus primos, meus irmãos. Eu e mais dois irmãos trabalhamos no galpão”. Ela trouxe a nora para o ofício da panela de barro e o marido, que é pedreiro, quando está sem serviço ajuda a alisar, socar a tinta, catar o barro e queimar as panelas.

Giu é transexual, biologicamente do sexo masculino, mas se identifica com o gênero feminino. Tem 39 anos, é paneleira há 29 anos e é irmã da Madalena. Ela relata que nasceu no meio do barro, pois é descendente de paneleiras, com praticamente todas as mulheres da família no ofício da panela de barro: “Já nasci no meio das panelas. Porque minha mãe, minha vó, minhas primas, minhas tias, minhas irmãs, a maioria fazem. O barro sempre fez parte da minha vida. Eu sempre gostei”.

Belmira é do sexo feminino, tem 100 anos, atuou 72 anos como Paneleira, porém não é descendente de paneleiras. Chegou ao bairro de Goiabeiras em 1946 e aprendeu a fazer panela de barro com as vizinhas. Tornou-se paneleira e hoje é a mais antiga paneleira da região, com 100 anos de idade. Dos seus oito filhos, somente duas filhas seguiram os passos da mãe e se tornaram paneleiras. Os demais ajudavam a alisar as panelas quando pequenos, mas seguiram outras profissões depois de adultos. O marido ajudava a tirar o barro e a levar a panela pronta para vender no mercado da cidade.

Alice é do sexo feminino, tem 16 anos e alisa panela há 11 anos. Ela faz parte de uma extensa geração de paneleiras. Sua bisavó (Belmira) era paneleira, assim como sua mãe e suas tias. Sua avó, que não era paneleira, já trabalhou alisando as panelas de barro. Alice tem um irmão que também alisa panelas. Seu pai está engajado no ofício na função de escolher o barro e tirar a tinta do mangue. Ela relata com muito orgulho e satisfação a trajetória e a história da família: “Toda uma geração de paneleiras. Meus pais fazem isso há muitos anos, desde novos”.

Laurinda é do sexo feminino, tem 73 anos, atua como paneleira há 20 anos, mas, assim como Belmira, não é descendente de paneleiras. Ela foi criada no bairro de Goiabeiras e aprendeu a fazer panela de barro com a vizinha. É mãe de 8 filhos e nenhum deles quis seguir seus passos: “Eles aprenderam a fazer, mas não quiseram trabalhar com panela de barro. Arranjaram serviço e estão trabalhando fora. Da minha família só eu”.

Jorge é do sexo masculino, tem 53 anos e é artesão há 42 anos. Jorge não gosta de ser chamado de paneleiro, e sim de artesão. Segundo ele, os homens que trabalham no galpão não gostam que se refiram a eles como paneleiros, por preconceito, pois o ofício da panela de barro ainda é tido como um ofício feminino. Ele também vem de uma geração de paneleiras. Conta que faz parte da quarta geração de uma família de paneleiras: “Venho de uma geração de paneleiras. A minha bisavó, avó, mãe e eu. Quarta geração. Teve outros da família também que faziam. É bonita essa história da geração”.

Otavio é do sexo masculino, tem 21 anos e alisa panela há 14 anos. Ele é neto e sobrinho de paneleiras. Sua mãe não trabalha com panela de barro. Ele relata que a avó, já falecida, foi uma das paneleiras mais antigas da região de Goiabeiras.

Com base nas entrevistas realizadas, é possível inferir que as paneleiras/artesãos além de terem conhecimento de suas próprias raízes, compartilham de memórias coletivas relevantes, que fortalecem a comunidade das paneleiras, ao valorizarem suas origens, suas descendências, suas histórias. Esse envolvimento emocional com suas origens evita que essas memórias adormeçam ou sejam esquecidas. O saber da panela de barro é secular, repassado de geração a geração, e a memória dos entrevistados é em parte herdada, ou seja, não se refere apenas à vida física do indivíduo (POLLAK, 1992), inclui uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente (HALBWACHS, 1990).

3.2 AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM A PANELA DE BARRO

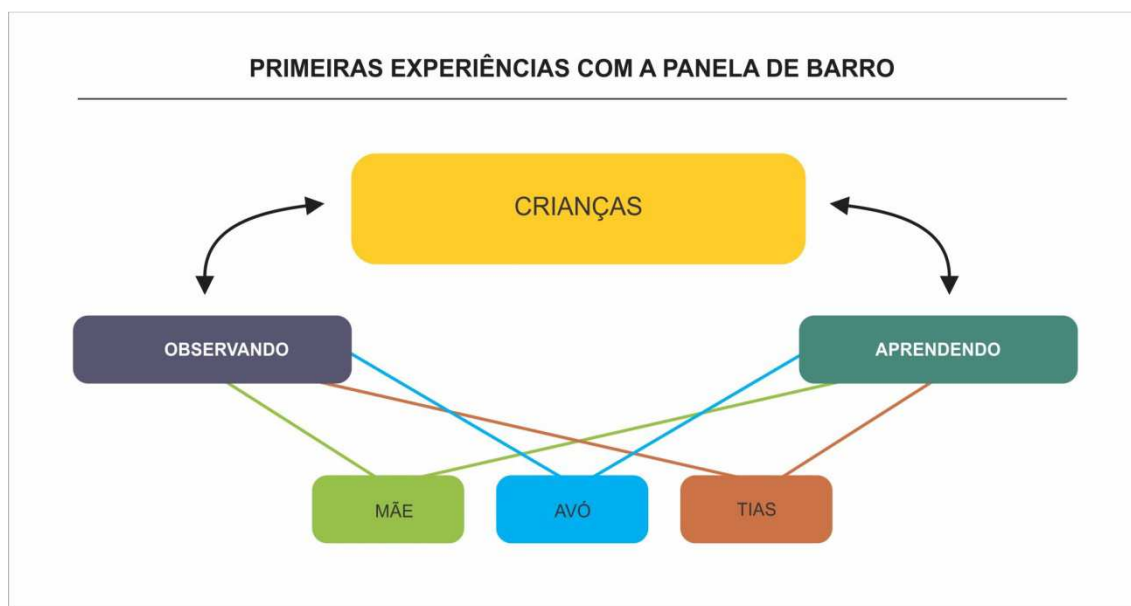
Todos os 7 entrevistados que vieram de gerações de paneleiras iniciaram suas trajetórias no ofício da panela de barro muito cedo, ainda quando crianças. As histórias narradas por eles são muito similares e evocam as primeiras lembranças da infância. A constituição da memória do indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais participa e sofre influência, incluindo a família. Os relatos dos entrevistados são similares, uma vez que as lembranças que parecem ser apenas do indivíduo, são na verdade

memórias de grupo, uma vez que, segundo Halbwachs (1990) a memória individual só existe na medida em que o indivíduo é um produto de um grupo.

Halbwachs (1990, p. 39) diz que “é no quadro da família que a imagem se situa”. Essas imagens e lembranças de família estão muito presentes nas memórias das paneleiras. Quando os entrevistados eram crianças, suas mães, tias ou avós faziam a panela de barro nos quintais de suas casas. Eles relatam que cresceram brincando no quintal, no meio das panelas de barro. As brincadeiras muitas vezes estavam ligadas a fazer panelinhas ou brinquedos com o barro. Segundo Bosi (1994), muitas recordações que o indivíduo incorpora ao passado, não é dele, ou seja, são lembranças de situações que foram relatadas por parentes. Assim, a constituição da memória não envolve apenas as experiências vividas, mas também as experiências herdadas, aprendidas e transmitidas aos indivíduos pelos grupos através do processo de socialização.

De acordo com Halbwachs (1990), quanto maior importância o indivíduo der ao grupo, quanto mais engajado estiver naquele grupo, e quanto mais sentimento estiver envolvido, maiores serão as suas recordações, inclusive as da infância. As memórias mais comuns desta época estão ligadas ao barro, quando os entrevistados ajudavam as mães, tias e avós nas etapas da confecção da panela, especialmente na etapa de alisar. Ao relatar as histórias da infância, envolvendo a família, e ao evocar essas lembranças, os entrevistados fortalecem o sentimento de pertencimento ao grupo e à história da panela de barro daquela comunidade.

Figura 28 - Primeiras experiências com a panela de barro



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Percebe-se nos discursos dos entrevistados, ao recordarem as histórias familiares, uma clara memória afetiva que envolve todo o grupo. O apego às raízes, à tradição, aos valores e princípios, enraizados naquele grupo, é perceptível nas falas dos pesquisados. Tanto a casa, o quintal, os objetos, os espaços compartilhados pela família, quanto os locais de sociabilidade da comunidade são apontados como espaços de lembrança pelos entrevistados.

Joana conta que já nasceu dentro da panela de barro e que sua história se mistura com a história das panelas: “Filha de paneleira já nasce sendo paneleira. Desde a gestação da mãe que está ali fazendo panela. A mãe da gente fazia panela, queimava panela, e a gente tava ali participando”. Como a família era pobre, as crianças faziam brinquedos com o barro para brincar. “Desde pequenininho a gente mexe com o barro. Os pais não tinham condições de comprar presente no Natal, a gente fazia panela para brincar. A gente já nasceu dentro de uma panela de barro”.

Joana relata que no quintal de casa manuseava o barro pra brincar e quando se deu conta, já estava envolvida com as panelas e com o ofício das paneleiras: “Quando eu me vi, já tava envolvida no meio das panelas. Mesmo que a gente não soubesse fazer a panela direito mesmo, mas a gente estava ali ajudando”. Com o barro, ela fazia peças tanto para brincar quanto para vender: “Comecei a fazer primeiro as pequenininhas para brincar. Depois de 8 anos eu fazia jarro e porquinho de barro para vender, que era mais difícil que a panela. Depois parti para a panela. E da panela não sai mais”.

Assim como Joana, Augusta conta que começou a fazer panela de barro brincando no quintal de casa:

eu quando era menina, minha mãe fazia panela em casa. Minhas tias também faziam panela em casa porque não tinham local de trabalhar. E quando elas faziam em casa a gente pegava um pouquinho de barro e ia fazendo aquelas panelinhas pequenininha, miudinhas. A gente alisava. E aí nisso fomos aprendendo. Minha vida foi essa. (Augusta).

Augusta diz que não consegue distinguir a sua história da história da panela de barro, pois já nasceu inserida no ofício, cercada por paneleiras atuantes: “A gente já tem esse ofício desde criança. Já vem de berço mesmo”.

Augusta relata que não planejou ser paneleira e contou as dificuldades que encontrava ao alisar a panela de barro, pois era muito nova e o ofício muito pesado:

nem imaginava que eu seria uma paneleira. Nem imaginava que ia ter Associação assim registrada. Porque trabalhava em casa, era dentro de casa mesmo. Minha mãe fazia na cozinha, sentada no chão. Fazia panela ali. Quando secava desse jeito aqui nós ia alisar. Tinha vez que nós ia alisar chorando. Chorando mesmo. Porque a panela ficava muito seca e cansava. A gente queria saber de brincar. As coisas de primeiro era mais difícil. Agora melhorou. (Augusta).

Assim como Joana e Augusta, Madalena começou a manusear o barro para fazer panela desde criança, com a ajuda da mãe e da avó, ambas paneleiras. No início ela brincava com o barro e para ajudar a família alisava as panelas. Depois dos 15 anos começou a fazer panelas para vender e aos 19 garantia o sustento da família com a panela de barro:

peguei no barro desde quando minha avó fazia no fundo de quintal. Minha mãe fazia panela também. A gente alisava panela. A gente brincava com o barro. Começou na brincadeira. Comecei fazendo caldinho. Todo tortinho. Mamãe ia lá e consertava. Vovó acertava pra gente. Depois fui fazendo direitinho, sozinha. Quando firmei mesmo fazendo foi com 15 anos. Fui fazer para mim vender [...] Comecei a fazer para ganhar dinheiro, por profissão. Logo depois eu casei com 17 anos. Aos 19 eu tive o primeiro filho. Já estava fazendo panela para sustentar a família. (Madalena).

Giu, assim como Joana, Augusta e Madalena também brincava com o barro. Foi a partir desse contato despretenso na infância que surgiu a curiosidade e o interesse pelo ofício da panela de barro. Ela conta que quando chegava da escola, sua mãe a levava para o local onde fazia as panelas: “Saia da escola e vinha para cá, que eu era de menor. Com 10 anos de idade eu comecei a fazer panela. Desde criança eu trabalho, desde os 10, 11 anos eu trabalho”. No início, ela observava a avó e a mãe modelando e queimando as panelas de barro

no quintal de casa e ajudava alisando: “Eu lembro que queimava as panelas no fundo de quintal. Minha avó queimava, minha mãe queimava. Eu ajudava a alisar panelinha, passava pedrinha”. Giu relata ainda que começou a produzir as suas próprias panelas depois de observar como a avó e a mãe trabalhavam. Assim, foi tendo curiosidade, se interessando e iniciando precocemente o ofício de paneleira: “Eu vendo elas fazendo as peças eu comecei a me interessar a fazer, aí do nada eu aprendi a fazer umas pecinhas pequenas [...]. Com o tempo fui fazendo as peças maiores e peças diferentes”. Ela afirma que aprendeu o ofício observando as mulheres da família: “Eu não aprendi ninguém me ensinando. Eu aprendi olhando. Olhando minha mãe, minhas irmãs, as amigas do serviço mesmo, as tias. Eu já brincava com o barro. O barro sempre fez parte da minha vida. Eu sempre gostei”.

Com Alice não foi diferente. Ela começou a trabalhar com panela de barro ainda criança, aos 4, 5 anos. A influência veio da família de paneleiras, pois cresceu vendo a bisavó, a mãe e as tias fazendo panelas de barro: “Já nasci no meio das paneleiras. Já cresci nesse meio”. Conta que começou a mexer com o barro porque via a mãe trabalhar e com isso sentiu vontade de manusear o barro e brincar de fazer panela: “Comecei porque via minha mãe fazendo e dava vontade também de fazer. Todo mundo fazendo na família. Minhas tias fazem também. Muita gente na família fazendo, eu tinha vontade de fazer também”. Hoje, ela alisa panelas para outras paneleiras que a contratam e relata que, de vez em quando, se arrisca a fazer umas panelas menores com o intuito de vendê-las.

Jorge também retrata a infância de forma similar, assim como o início da sua trajetória na confecção da panela de barro. Ele começou a manusear o barro, brincando, fazendo suas primeiras peças aos 10 anos de idade. “Fazia coisas diferentes. Fazia os passarinhos de barro, [...] o rostinho de alguém, [...] um bonequinho. Às vezes fazia umas panelinhas também. Aí fui me descobrindo através da brincadeira”. Segundo Jorge, a brincadeira se tornou profissão quando ele percebeu que tinha um dom para a arte. “Fui criado com a tia, paneleira. Ela já sendo paneleira, a gente começa brincando. Criança é curioso, começa a brincar e de repente percebe que a gente tem um dom”. Jorge começou a confeccionar peças de barro para ajudar no sustento da casa. Ele relatou que descobriu o talento para a arte quando começou a fazer, além das panelas de barro, esculturas de pessoas, animais, vasos, entre outros objetos: “Fazendo panela descobri que eu tinha o dom de fazer outras coisas. Isso pra mim foi uma coisa interessante. Eu fui vendo que eu poderia fazer escultura, vasos. E eu sou também escultor, eu faço esculturas, de pessoas, de animais”.

Jorge relatou que inovou na confecção da panela de barro ao fazer tampa de panela com peixe, além de alça em formato de peixe: “Essas tampas que tem peixinho, que tem decoração foi eu que trouxe pro galpão. [...] Uma inovação, eu mudei um pouco”. Ele diz que a panela tradicional não perde o seu lugar, mas que os clientes buscam por produtos diferentes, por inovação: “Não esquecendo da panela mãe. A tradicional tem sempre um lugar reservado pra ela. A gente tem que mudar um pouco, diversificar porque as pessoas que vem esse ano, ano que vem elas voltam e querem ver inovação”.

A história de Otavio é similar à história dos demais entrevistados. Ele relata que alisa panelas de barro desde os 6, 7 anos de idade e aprendeu essa atividade com a avó, uma das paneleiras mais antigas da região de Goiabeiras. “Desde pequeno eu via minha avó fazendo panela, no quintal. A gente sentava lá do lado dela e ajudava ela a alisar panela. Minha avó que me ensinou”. Hoje, sua atividade no galpão das paneleiras envolve a etapa de alisar a panela de barro, etapa importante, porém muito cansativa e desgastante, segundo o entrevistado.

O ofício da panela de barro tem sido transmitido às diferentes gerações ao longo dos anos e envolvido os membros das famílias em laços afetivos e em lembranças que guardam vínculos difíceis de separar. É um sentimento enraizado que transcende a individualidade dos membros da comunidade, e gera um sentimento de pertencimento e de preservação da tradição. A transmissão de conhecimentos e práticas às gerações seguintes preserva os valores e as crenças que sustentam essa tradição.

As memórias dos grupos domésticos estão fortemente enraizadas em cada um de seus membros, permitindo a lembrança e a reconstrução do passado. Barros (1989, p. 34) salienta que “a importância do grupo familiar como referência fundamental para a reconstrução do passado advém do fato de a família ser ao mesmo tempo, o objeto das recordações dos indivíduos e o espaço em que essas recordações podem ser avivadas”.

Bosi (1994) retrata em sua obra a importância do contato com outros grupos na construção da memória familiar, especialmente quando a família mora longos anos em um mesmo bairro, formando vínculos afetivos estreitos com os vizinhos. Esses vínculos afetivos fazem com que o indivíduo se sinta incluído tanto no grupo familiar quanto no grupo da vizinhança, devido à íntima vivência em ambos os grupos, fazendo com que as lembranças brotem tanto de um grupo quanto de outro. Assim, as lembranças da família se desenrolam, a

ponto dos vizinhos também serem associados a esse berço. Segundo Bosi (1994, p. 432) “muitas lembranças devem-se às meias paredes das casas populares, que findem os ruídos e vozes de duas famílias”. Assim, as famílias influenciam a vizinhança e são por ela influenciadas. Essa influência é retratada na entrevista de duas paneleiras, Belmira e Laurinda, que aprenderam o ofício da panela de barro com as vizinhas.

Belmira não é descendente de paneleiras. Mudou-se em 1946 para a cidade de Vitória, mais especificamente para o bairro de Goiabeiras. Assim que chegou à Goiabeiras, foi influenciada pelas vizinhas e aprendeu com elas a fazer panelas, olhando, observando e se mostrando curiosa:

logo eu aprendi a fazer as panelas, comecei fazendo as panelinhas e vender. Na época era barato, era baratinho. Fui olhando os outros fazerem e inventei de aprender também. Já tinha muitas paneleiras no bairro fazendo as panelas de barro também. Tinha uma que fazia panela na frente da minha casa, na porta da minha casa. Depois que eu fazia meu serviço de casa eu sentava lá perto para aprender, para ver como é que era, como fazia. Foi indo até que aprendi. (Belmira).

No início, Belmira sentiu dificuldade, pois as panelas não saíam com a qualidade desejada. Porém, com o tempo, desenvolveu a habilidade e conseguiu tornar-se uma paneleira: “Aprendi a fazer as panelinhas pequenininhas, aleijadas assim mesmo. E fui fazendo, até que acertei a fazer as maiores, as grandes. Quando eu tinha uma encomenda de fora, eu fazia bem, queimava e vendia melhorzinha”. Belmira está hoje com 100 anos de idade e permaneceu ativa na confecção da panela de barro até os 85 anos. Parou de fazer panelas por incentivo dos filhos que achavam o ofício muito pesado e cansativo para ela, aos 85 anos de idade. Ela relata que interrompeu a profissão um pouco contrariada, pois ainda não queria parar de fabricar a panela de barro, por gostar muito do que fazia: “Eu parei, com pena de parar, porque eu gosto de trabalhar. Parei porque eu também fiquei doente, Já era com muito sacrifício que eu fazia as panelas. Deixei”. Deixou o ofício, mas sentia saudades: “Eu sentia (saudade) até um tempo atrás. Eu tinha. Eu ficava imaginando, assim... parei de fazer minhas panelas. Mas depois Deus ajudou que eu larguei. Larguei pra lá. Deixa para quem precisa agora”.

Assim como Belmira, Laurinda não é descendente de paneleiras. Ela mora em Goiabeiras desde os 7 anos de idade. Conta que era dona de casa e que por influência das vizinhas paneleiras aprendeu o ofício da panela de barro já na fase adulta, depois de casada.

Ela relata que começou alisando as panelas para as paneleiras do bairro até que uma panelreira se ofereceu para ensiná-la o ofício:

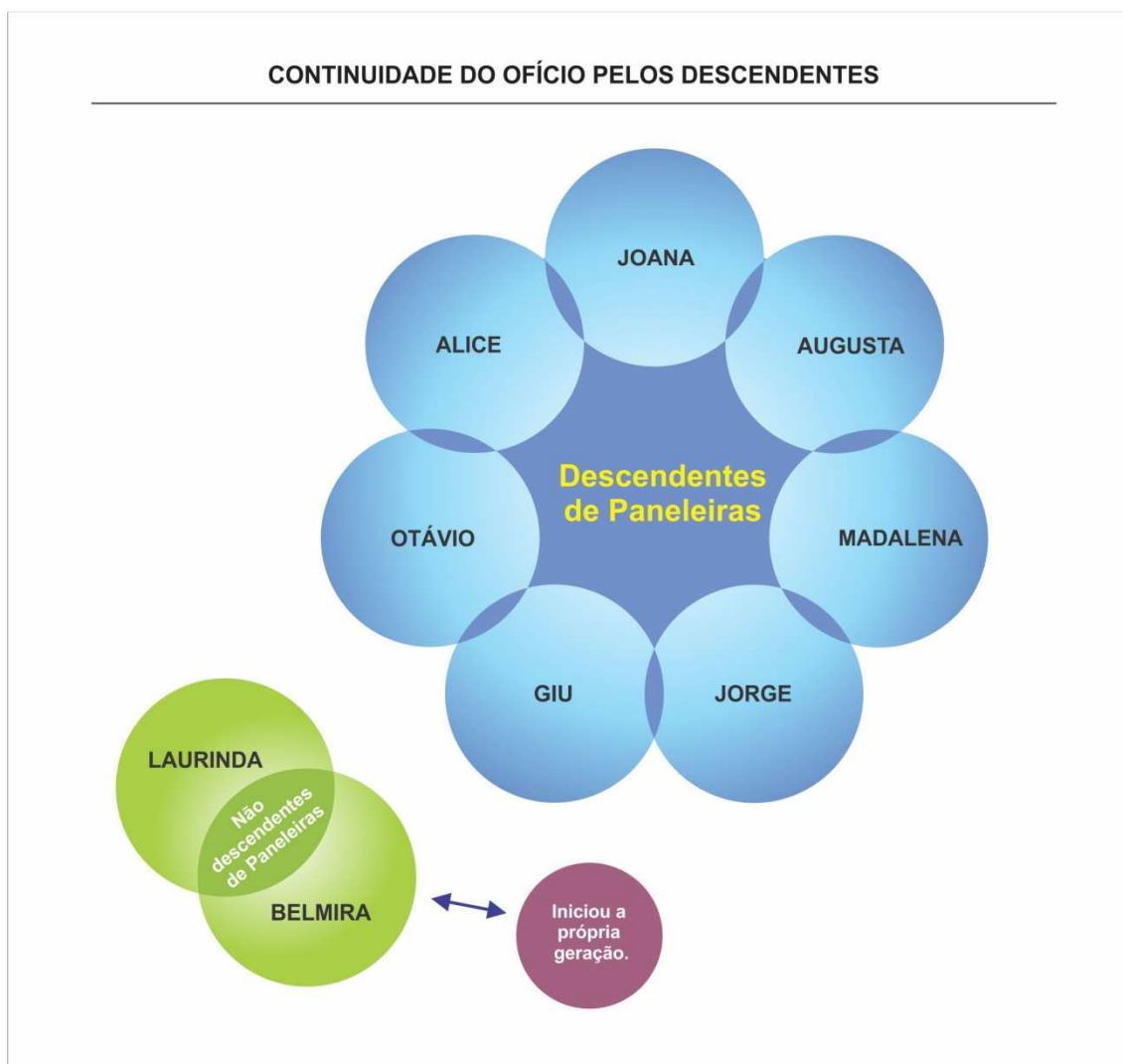
primeiro eu alisava panela pra todo mundo aqui. Passei muito tempo alisando panela. Um dia minha vizinha perguntou se eu queira aprender a fazer panela, porque eu gostava muito de mexer na argila. Então ela me ensinou a fazer a panela. Minhas panelas não davam certo de jeito nenhum. Ai ela me ensinou a ir abrindo a argila com a mão e me ensinou a modelar. Quando estava bem modeladinho, ela dizia... agora está bom. Ela sempre me ensinando, me acompanhando. (Laurinda).

3.3 CONTINUIDADE DO OFÍCIO PELOS DESCENDENTES DAS PANELEIRAS

Os jovens, descendentes das paneleiras, não estão se dedicando ao ofício da panela de barro como profissão. No tempo de suas mães e avós, fazer panela de barro não era uma escolha e sim um destino, pois não existiam outras alternativas viáveis. As paneleiras tinham esta atividade como “a única possibilidade de exercer um trabalho extra-doméstico”. (DIAS, 2006, p. 89).

Dos nove entrevistados, sete deles têm filhos e somente uma das paneleiras passou o ofício para a geração seguinte, pois duas de seus oito filhos tornaram-se paneleiras. Todos os outros descendentes dos entrevistados buscam outros caminhos profissionais, não tendo interesse em dar continuidade ao ofício da panela de barro. Interessante observar que a única panelreira que passou o ofício para a geração seguinte não é descendente de panelreira, iniciando assim a própria geração de paneleiras.

Figura 29 - Continuidade do ofício pelos descendentes



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Joana é mãe de três filhos homens. Desses, dois faleceram e o filho de 34 anos não trabalha no ofício da panela de barro: “É cozinheiro italiano. Seguiu outra profissão”. Com humor ela diz que o filho “não deixou de mexer com panela. O ofício permaneceu na cozinha”. Ela relata que o filho nunca quis trabalhar como artesão, pois já sonhava com outra profissão. Os netos, de 13 e 9 anos, também não estão seguindo os passos da avó. Têm orgulho da avó, mas não irão dar continuidade ao ofício. Porém, ela tem outros membros da família que trabalham com panela de barro como meio de sobrevivência: “Não tem pra onde correr não. Aqui tem paneleira que é secretária, que é pedagoga, mas não deixou a panela para seguir outra profissão. Continuam aqui dentro (do galpão)”.

Augusta tem somente uma filha, que mora no exterior e não é paneleira: “Ela não é paneleira não. Mora fora do Brasil. Quando morava no Brasil fazia as panelas pequeninhas.

Aí depois arranhou emprego e foi trabalhar e não mexeu mais”. Ela diz que está feliz com o caminho que a filha escolheu seguir, porém tem preocupação com quem dará continuidade à tradição secular da confecção da panela de barro.

Assim como os filhos de Joana e Augusta, os de Madalena também não têm interesse pela panela de barro. Ela tem três filhos, dois rapazes, um de 28 e um de 14, e uma moça de 22 anos. Quando questionada se eles viriam dar continuidade ao trabalho de paneleira da família ela diz: “Eu acho que o mais velho não vem não. A outra vem de vez em quando me ajudar com a panela. Me ajuda, mas não quer isso como profissão. Quando eu preciso de alguém para alisar panela aqui, ela vem e me ajuda a alisar”. Ela disse que na sua época as oportunidades de emprego eram mais difíceis, e que ela mesma dizia, quando mais jovem, que não queria trabalhar com panela de barro: “Porque eu também falava que nunca ia colocar a mão no barro. Eu hein... vou mexer com esse barro nada. Eu tinha gastura na mão quando botava a mão no barro”. Ela relata que a necessidade a fez tornar-se paneleira, seguindo os passos da avó e da mãe. Como o mercado de trabalho hoje oferece mais oportunidades, ela acredita que os filhos não irão seguir os seus passos, já que hoje a filha trabalha como técnica de enfermagem e o filho trabalha como mecânico.

Madalena diz sentir-se triste, pois os filhos não querem dar continuidade ao ofício da confecção da panela de barro. A tristeza maior é com a filha, que não será sua sucessora: “Eu queria que a minha filha viesse. É meio triste, né porque eu queria que ela ficasse no meu lugar, mas infelizmente ela não quer. Triste de saber que a geração dela não vai dar continuidade”. A tristeza de Madalena fica ainda maior ao dizer que os sobrinhos também não desejam dar continuidade ao ofício da panela de barro e ela tem receio do que possa acontecer com a tradição das paneleiras de Goiabeiras: “Nenhuma das filhas das minhas irmãs quer. Nenhum dos sobrinhos. Na família não tem ninguém para dar continuidade”.

Laurinda tem 8 filhos e nenhum deles trabalha com panela de barro. Ela relata que eles não tiveram interesse em dar continuidade ao ofício e dar sequência à tradição. Segundo ela “eles aprenderam a fazer, mas não quiseram trabalhar com panela de barro. Arranjaram serviço e estão trabalhando fora. Da minha família só eu”. Ela relata ainda que gostaria que os filhos e os netos dessem continuidade ao ofício, mas que ela não vê essa possibilidade:

eu gostaria que eles viessem, mas acho que não tem possibilidade de vir não. Os netos também não. Não tem interesse de vir. Às vezes eles vêm, alisam

umas panelinhas, mas nunca mais voltam. Eles estudam muito, trabalham. Não dá tempo. Todos eles trabalham, tem seu serviço. (Laurinda).

Com Jorge não é diferente. Ele tem 4 filhos, porém nenhum dos filhos mora com ele: “Eu vivo longe deles. Sou separado. Então eles não seguem a tradição da panela de barro. Eles não se interessam muito em mexer com o barro não, sujar as mãos com barro não”. Jorge afirma que em sua família não há possibilidade de um dos filhos dar sequência ao trabalho do pai, e a preocupação é que esse padrão se repita nas outras famílias de paneleiras/artesãos: “Eu acho que está um pouco complicado, porque a gente não tem nenhuma expectativa da nova geração assumir as panelas”.

Giu relata que não tem filhos e que nenhum dos seus sobrinhos deseja seguir a profissão da família de paneleiras: “Nenhum dos sobrinhos fazem panela de barro. Alguns estão fazendo faculdade, querem ser médicos, entendeu? Querem a profissão deles sem ser essa daqui, sem ser baseado na panela. Estão buscando outros caminhos”.

Otavio relata que não pretende se tornar um artesão profissional: “Não penso em ser artesão. Estou aqui até arrumar um serviço. Já acabei meus estudos e estou atrás de um serviço. Se eu for alisar, é no tempo de folga. Como eu estou sem fazer nada, eu venho alisar”. Ele diz que, como escolha profissional, não quer ser artesão, mas cogitaria essa possibilidade em caso de necessidade no futuro: “Se o mercado de trabalho ficar muito difícil, não descarto a possibilidade de me tornar um artesão. Não é a minha preferência, mas não descarto essa possibilidade, caso haja necessidade no futuro”. Quando questionado em que área ele sonha trabalhar, Otavio responde que busca oportunidade profissional na área administrativa das empresas: “Quero trabalhar na área administrativa em uma empresa”.

Assim como Otavio, Alice relata que não pretende trabalhar como padeira no futuro. Diz que alisa panelas somente enquanto está estudando e desempregada:

não pretendo seguir a carreira de padeira. Aqui é mais para ganhar uns trocados, para comprar minhas coisinhas. Mas não penso em ser uma padeira. Quero ser polícia. [...] Padeira não. Não é algo que eu desejo. Eu estudo. Estudo à noite. Saio daqui, tomo banho e vou pra escola. Estudo à noite e aliso de manhã, até de tarde. (Alice).

Quando questionada sobre o motivo de não querer dar continuidade à tradição que já está em sua quarta geração, Alice é categórica ao dizer que o ofício é muito cansativo. “É um trabalho muito cansativo. Fazer, alisar, a fogueira. A fogueira é muito quente. Não aguento não ficar ali”. Diz ainda que a maioria da geração mais jovem não quer ser padeira, pois o

serviço é muito pesado, é muito cansativo e o jovem não tem esse interesse. Porém, assim como relatado por Otavio, Alice também não descarta a possibilidade de se tornar paneleira no futuro, em caso de necessidade financeira.

Belmira, apesar de não ser descendente de paneleira, é a única entrevistada que passou o ofício da panela de barro para 2 filhas. Dos seus 8 filhos, 2 filhas tornaram-se paneleiras por profissão. Os demais ajudavam a alisar, virar e queimar a panela quando mais jovens, porém depois de adultos optaram por buscar oportunidades no mercado de trabalho, seguindo outros caminhos.

Percebe-se, com a falta de interesse das gerações mais jovens, que os laços com as tradições dos pais/avós estão se afrouxando. Este distanciamento maior por parte da geração mais jovem pode ter resultado negativo na continuidade da tradição das paneleiras de Goiabeiras, uma vez que, não havendo interesse dos mais jovens, o ofício vai ser absorvido por pessoas que não são descendentes das paneleiras, findando assim a tradição secular das gerações. Percebe-se nos relatos que não há, nos jovens dessa comunidade, a necessidade e o interesse de passar para frente as tradições e os costumes da família, mesmo que no discurso esses fatores apareçam como sendo importantes para a continuidade da tradição das paneleiras de Goiabeiras. Essa tradição está associada não só aos costumes, mas à transmissão de valores, crenças e cultura.

3.4 RISCO DE EXTINÇÃO DA TRADIÇÃO SECULAR DA PANELA DE BARRO

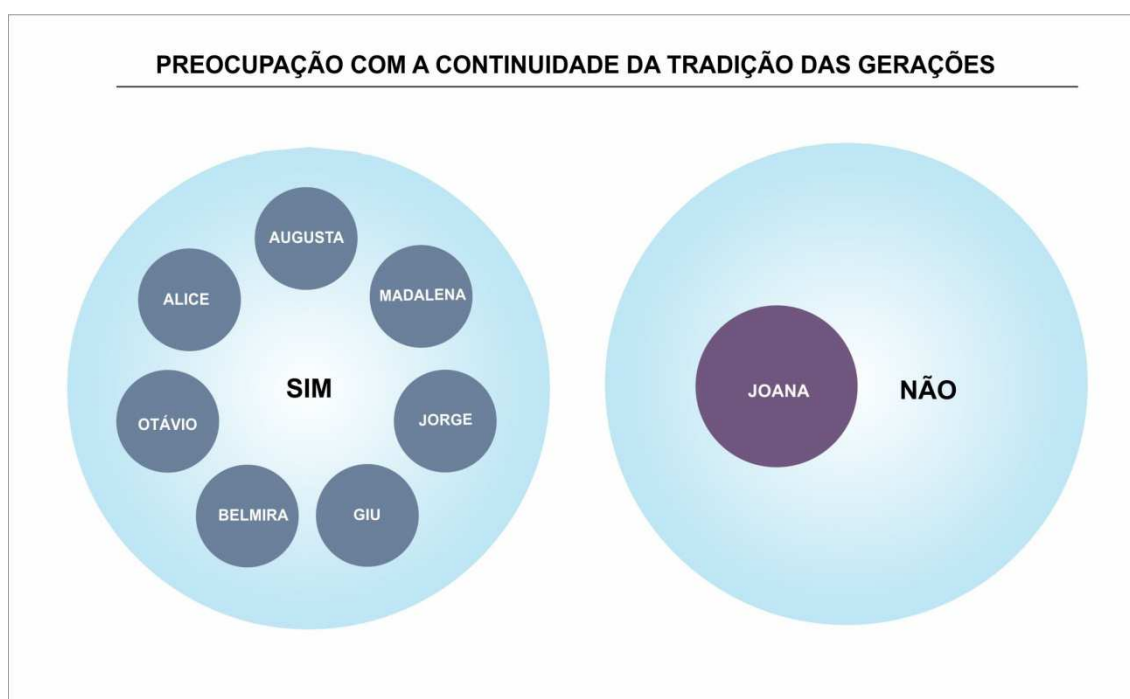
Uma das preocupações das paneleiras é com as futuras gerações, com a continuidade da tradição. Elas temem a extinção da tradição secular do ofício da panela de barro, pois muitos dos seus filhos e netos estão estudando, indo para o mercado de trabalho em busca de oportunidades, buscando especializações em outras áreas, e com isso perdendo o interesse na continuidade do ofício da panela de barro. Muitos ainda fazem panelas, mas não como atividade principal. Estão envolvidos com a panela de barro como complementação de renda ou enquanto estão desempregados.

Fica claro nas falas dos entrevistados que a geração mais jovem não tem tido interesse em se dedicar exclusivamente ao ofício da panela de barro. Os filhos, sobrinhos e netos até estão no galpão auxiliando as mães, tias ou avós a alisar a panela ou fazendo outra parte do

processo de fabricação, mas fazem somente motivados por dinheiro até terminarem os estudos e ingressarem no mercado de trabalho.

Assim, as entrevistas mostram que há uma preocupação das paneleiras com a continuidade da tradição da panela de barro, já que é um ofício repassado de geração a geração. Como as novas gerações não estão assumindo o ofício, fica a dúvida se a tradição da panela de barro se perpetuará no tempo. Somente uma entrevistada, a Joana, relatou não ter preocupação com a continuidade da tradição das gerações das paneleiras, pois segundo ela, sempre haverá algum descendente das paneleiras com interesse na continuidade desse ofício secular.

Figura 30 - Preocupação com a continuidade da tradição das gerações



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Diante do questionamento “Há a preocupação da extinção das paneleiras de Goiabeiras, já que a geração mais nova não está tendo interesse em assumir o ofício da panela de barro?”, os entrevistados foram levados a olhar para si mesmo, para o grupo, e a refletir acerca de toda a trajetória das diferentes gerações de paneleiras, para poder imaginar o futuro das novas gerações.

Joana acredita que não há risco de extinção das paneleiras de Goiabeiras, pois sempre terá alguém para dar continuidade à tradição secular. “Eu tenho uma sobrinha de 2 anos. Se eu

colocar ela sentadinha ali e der uma pedra pra ela, ela alisa uma panela todinha. Não adianta não que sempre aparece”. Apesar de seus filhos não terem dado continuidade ao ofício da panela de barro, ela acredita que os descendentes das paneleiras de outras famílias darão continuidade ao ofício, por uma questão cultural, para preservar a tradição secular da panela de barro:

acho que as gerações vão continuar se interessando. As novas gerações vão se manter para preservar a cultura dos antepassados, dos nossos bisavós. Para manter a cultura, nas famílias essa cultura é muito forte. Elas têm prazer de falar que são paneleiras, que a família é de paneleiras. (Joana).

Joana complementa dizendo não ter essa preocupação, porque as pessoas, segundo ela, acabam voltando para o galpão, ou porque estão desempregadas, ou porque precisam complementar a renda familiar. Além disso, existe o vínculo emocional que as famílias têm com a panela de barro e a paixão que nutrem pelo ofício secular:

quando enfraquece a venda de panelas, alguns saem para fazerem outros trabalhos, mas acabam voltando. Mesmo aqueles que trabalham fora, se tiver tempo, volta para trabalhar aqui do mesmo jeito, larga o serviço e vem. Panela é uma paixão. É uma coisa que todo mundo gosta de fazer, sabe fazer. Você não tem patrão. (Joana).

Ela diz ainda que pessoas da região, que não são descendentes de paneleiras, procuram o galpão para trabalhar: “As vezes aparece gente querendo aprender, e a gente diz que não tem vaga”. Há no galpão algumas paneleiras que aprenderam o ofício com as vizinhas, que não pertencem às gerações de paneleiras. Quando questionada se essas paneleiras são bem aceitas pelas paneleiras pertencentes às gerações, ela diz:

se não foram tem que ser, porque nós não vamos viver eternamente e a cultura tem que continuar. A gente tem que sair e deixar outras pessoas trabalhar. Você imagina quantas pessoas já morreram. Se a gente não coloca outras pessoas para trabalhar a cultura vai morrer junto com as pessoas? (Joana).

Já Augusta, irmã de Joana, pensa diferente. Ela sente preocupação de um dia o ofício das paneleiras acabar, por falta de interesse das gerações mais jovens que não querem dar continuidade ao trabalho. Ela diz que os jovens estão indo para o mercado de trabalho em busca de novas e melhores oportunidades, e com isso não têm interesse em dar continuidade ao ofício das paneleiras: “Existe a preocupação disso acabar. Porque muitos deles não querem não. Quando a gente chama eles para vir ajudar a gente a alisar, é muito difícil mesmo, muito difícil. Poucos vêm”.

Segundo Augusta, são poucos os jovens, filhos e netos de paneleiras, que querem trabalhar no galpão e dar continuidade à tradição da panela de barro: “Hoje em dia a geração é muito pouco, como você está vendo esses jovens aí. Muito pouco”. Diz ainda que os poucos jovens que estão no galpão, trabalhando com panela de barro, permanecem porque ainda não conseguiram uma oportunidade no mercado de trabalho: “Eles estão aqui para ter um trocadinho, mas eles estão colocando currículo para poder arrumar um emprego”. Ela acredita que assim que conseguirem, deixam o ofício em busca de suas realizações profissionais: “Eles estão aqui ajudando alisar porque não tem o que fazer agora. Arranjando um emprego bom, eles saem, eles largam. Porque muitos jovens não querem mexer com a panela de barro. Querem estudar para ter outra profissão melhor”. Segundo ela, essa escolha pelo mercado de trabalho se dá porque eles buscam estabilidade, direitos trabalhistas e segurança: “Eles vê a luta que nós temos aqui. Eles trabalhando sabem que eles têm os direitos deles no trabalho, eles têm as férias, eles têm o décimo terceiro, eles têm carteira assinada para se aposentar. E aqui não. Aqui nós não temos nada disso”.

Augusta diz que não percebe a paixão dos jovens pelo ofício da panela de barro, como se vê nas gerações anteriores. Segunda ela, os mais jovens não valorizam o ofício por sua tradição secular, querem apenas buscar uma boa remuneração pelo trabalho que fazem: “Porque eles vê que é um serviço muito pesado. Não têm a paixão que nós temos pela panela. Eles querem ganhar muito e nós não podemos pagar o dinheiro que eles querem. Eles acham que é pouco. Nós não podemos”. Dessa forma, ela teme pelo futuro da tradição secular da panela de barro: “Nisso a geração vai sempre se acabando”.

Assim como Augusta, Madalena também manifesta a preocupação do ofício das paneleiras de Goiabeiras um dia acabar, uma vez que poucas pessoas da geração mais jovem querem dar continuidade ao ofício da panela de barro: “Eu tenho a preocupação disso aqui acabar. Porque se não tiver mais geração para fazer, isso vai acabar”. Porém, ela diz que pessoas não descendentes de paneleiras têm interesse na confecção da panela de barro, então, por esse motivo, pode ser que não haja a extinção do ofício das paneleiras de Goiabeiras. “Mas acho que não acaba não, sabe por quê? Porque tem muita gente vindo de fora”. Ela ressalta que, pelo motivo exposto anteriormente, as panelas não deixarão de ser feitas, porém acabará a tradição do saber repassado entre as diferentes gerações de paneleiras: “Vindo gente de fora há a possibilidade de não acabar, mas a tradição acaba, porque não vai ser mais de geração. A tradição é a geração. Eu queria que a minha filha viesse”.

Jorge também compartilha sua preocupação com o futuro da tradição da panela de barro, pois não vê interesse das gerações mais jovens em assumir o ofício. Os seus filhos não se interessam, então ele torce para que haja interessados nas outras famílias de paneleiras para que não seja extinto o ofício da panela de barro:

a gente só pede que a gente tenha bastante saúde para dar uma sequência aí. E torcer para que surja aí outros interessados, outros meninos, outras meninas além da gente, já vão se interessando para quando a gente não puder mexer mais nisso eles estão ali para ocupar o nosso lugar. Então eu só vivo torcendo para que isso aconteça. (Jorge).

Jorge diz que nem as crianças têm se interessado pelo barro, como acontecia na geração dele, em que elas brincavam de fazer panelinhas: “As gerações mais jovens não estão tendo interesse que nós tivemos quando éramos criança. Eu não estou vendo o interesse de uma criança. Na nossa geração, a gente já estava ali mexendo com o barro”. Assim, a falta de pessoas interessadas em dar continuidade ao ofício da panela de barro é uma grande preocupação de Jorge. “A preocupação de não ter quem dê continuidade sempre existe. Eu me preocupo bastante. Mas a gente tem que tentar buscar uma forma de fazer com que surja pessoas interessadas”. Ele pensa em alternativas para perpetuar o ofício das paneleiras, e acredita que a Associação das Paneleiras de Goiabeiras deveria fazer oficinas para incentivar as crianças a brincar com o barro, para despertar nelas o interesse pela panela de barro: “Deveria ter um trabalho aqui na Associação para incentivar as crianças a mexer com o barro, mesmo brincando. A própria Associação deveria ter mais interesse nisso. Poderia ser uma alternativa, mas hoje é uma preocupação”.

Giu compartilha do pensamento de Augusta, Madalena e Jorge. Ela também tem preocupação de que um dia não tenha quem dê continuidade à panela de barro, já que na sua família as novas gerações não têm interesse no ofício: “Pode interromper uma geração, pode ser que interrompa, mas como tem muitas pessoas aqui que fazem panela, pode ser que algum dos filhos deles também se interessem a fazer”. Ela diz que a maior parte da nova geração tem interesse em empregos fora do galpão, pois buscam outras profissões e oportunidades profissionais: “10% pode acontecer de rolar de querer fazer (a panela de barro), mas 90% não”. Ela diz ainda que para não haver a extinção do ofício da panela de barro, tradição cultural do estado do Espírito Santo, espera que outras pessoas, não descendentes de paneleiras, se interessem pelo ofício. “Espero que outros venham fazer, né? Porque uma hora pode acabar, né? Se não tem geração, acabou. Os que vai continuar são os que estão, mas vão pegando uma idade que não faz mais”.

Belmira pensa como Augusta, Madalena, Jorge e Giu. Para ela, há a preocupação do ofício da panela de barro acabar, por falta de pessoas para dar continuidade à tradição:

eu acho que para mim eu acho que acaba. Não é hoje nem amanhã, mas eu acho que vai acabando porque esses novos que vão se criando aí, vão procurando outros serviços, outros trabalhos, não querem mais a panela de barro. Os mais velhos a maioria deles já morreram. Esses novos que estão aí estudam, passam tempo estudando e tudo, mais adiante acho que eles largam. (Belmira).

Belmira acredita que a geração mais jovem não se interessa pelo ofício da panela de barro, pois busca outras oportunidades fora do galpão: “Hoje em dia eles querem serviço limpo. Serviço em cidade, de comércio, esses serviços assim. Muitos aprendem um pouco, outros aprendem outras profissões. Aí querem fazer aquilo, não querem se sujar com panela”.

Alice acredita que seja pouco provável que o ofício da panela de barro um dia acabe, porém, na sua percepção, a tradição das gerações pode estar comprometida. Ela acredita que, no futuro, a panela será confeccionada cada vez mais por pessoas que não são descendentes de paneleiras e que aprenderam o ofício com elas. “Acabar não acaba não o trabalho das paneleiras. Sempre vai ter alguém que vai querer. Sempre aparece gente querendo alisar panela”.

Já Otavio, num primeiro momento, teve dúvidas para responder do risco da extinção das paneleiras de Goiabeiras por falta de interesse das novas gerações em dar continuidade ao ofício. Em seu discurso, cheio de incertezas, nota-se uma preocupação com a continuidade da panela de barro entre as gerações de paneleiras: “Pode e não pode. Não sei o dia de amanhã, entendeu? Tem muita geração aí, jovens aí, tem parente do pessoal daqui que gosta. Tem gente da nossa idade que gosta e talvez por isso não acabe. Mas tem gente que não gosta”.

Essa reflexão, feita pelos entrevistados, os levou a pensar na necessidade de manutenção das origens e da tradição das paneleiras. A tradição é uma característica forte desta comunidade e está associada à memória coletiva das paneleiras. Como visto na maioria das entrevistas, as paneleiras têm o saber, mas não estão sendo capazes de transmitir as tradições e ensinamentos para os filhos e netos, por falta de interesse destes.

Percebe-se uma inquietação nos relatos dos entrevistados em relação a possibilidade de extinção do ofício da panela de barro. Ao mesmo tempo em que reconhecem a importância do ofício da panela de barro se perpetuar entre os membros das diferentes gerações, mantendo

a tradição secular das panelleiras, reconhecem também que os descendentes não se interessam pelo ofício e a tendência é que este passe a ser realizado cada vez mais por pessoas que não são descendentes das panelleiras de Goiabeiras. Assim, a continuidade do ofício pelos descendentes é uma preocupação, uma vez que a memória coletiva relacionada à família e à tradição é muito forte e presente nesta comunidade.

3.5 ORGULHO DE SER PANELEIRA

O sentimento de orgulho toma conta da fala dos entrevistados, que dedicaram e ainda dedicam a sua vida ao ofício tradicional e secular da panela de barro. Esse orgulho vem do passado, das memórias que carregam, das histórias de seus pais, avós e bisavós.

O orgulho que sentem está atrelado às batalhas e dificuldades enfrentadas pelas gerações anteriores que nunca se renderam às dificuldades da vida e seguiram firmes na tradição da confecção da panela de barro, mesmo com muitas dificuldades financeiras. Essa superação está muito presente nas lembranças dos entrevistados, apesar de não ter sido vivida por muitos deles. Pollak (1992) explica que os acontecimentos são elementos constitutivos da memória, e que esses podem ser vividos por tabela, ou seja, vividos pelo grupo à qual a pessoa se sente pertencer. Ainda segundo esse autor, a identificação com determinado passado pode ser tão forte que é possível falar de uma memória quase que herdada, quando o indivíduo tem com esse acontecimento altíssimo grau de identificação. Bosi (1994) corrobora ao afirmar que muitas das lembranças dos indivíduos não são originais, são inspiradas em conversas com outras pessoas e com o passar do tempo passam a ter uma história dentro de cada um ao serem enriquecidas por experiências e embates. Desse modo, elas se tornam parte do indivíduo, sendo incorporadas ao seu cabedal.

Esse sentimento de orgulho do passado se enquadra nas falsificações elaboradas, segundo Proust (LEHRER, 2010). Para esse autor o tempo modifica a memória e as lembranças são falsas, ou seja, parecem reais, mas são falsificações elaboradas. Ele diz que os indivíduos distorcem os fatos para que estes se ajustem às suas histórias, pois a lembrança dos eventos passados é imperfeita, a memória é falível. O passado das panelleiras de Goiabeiras foi difícil, sofrido, com muitos percalços, muitas dificuldades no transporte do barro, no transporte do produto acabado até os locais de comercialização, dificuldades na própria comercialização. E nos relatos dos entrevistados esse passado aparece suavizado, porque as

pessoas se lembram dos acontecimentos como sendo bem melhores do que realmente foram. Pollak (1992) é taxativo ao dizer que o responsável pelo colorido da memória é o presente. Isso acontece porque a condição atual do indivíduo distorce a consciência do passado. Segundo Lehrer (2010, p. 134) “uma memória é apenas tão real quanto a última vez em que se lembrou dela. Quanto mais você se lembra de algo, menos precisa se torna essa memória”.

Com a análise das entrevistas é possível inferir que o grupo entrevistado desenvolveu sentimento de orgulho de pertencer à comunidade que superou os percalços da vida e ainda preservou a cultura e as tradições. Os discursos dos entrevistados estão recheados de sentimentos de carinho, gratidão, realização e satisfação com a tarefa, com o ofício e com a profissão.

Figura 31 - Orgulho de ser paneleira



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Joana trabalhou a vida inteira como paneleira e diz gostar muito do que faz e de ter orgulho da profissão que exerce com tanto gosto. “Gosto muito do meu ofício, do meu trabalho, da minha profissão, mas é muito trabalhoso. Tenho orgulho de ser paneleira. O que eu sei fazer hoje é panela de barro. Não sei fazer nada a não ser fazer panelas”. Ela tem tanto orgulho de ser paneleira, que não se importa quando as pessoas se referem a ela ou a chamam de paneleira ao invés de a chamarem pelo nome: “Não me importo se as pessoas não me chamarem pelo nome. Podem me chamar de paneleira que eu digo... sou eu mesma. Orgulhosa de ser paneleira”. Ela se identifica com o ofício, com a profissão e tem a panela de barro incorporada à sua identidade.

Esse orgulho é fruto de toda uma história de vida, lembrada por meio de suas falas, que dá sentido à sua trajetória e fortalece a sua identidade. Segundo Bernardo (1998, p. 30), “memória e identidade se encontram imbricadas. Isso significa que o processo de memorização possibilita reconstruir e redefinir continuamente as identidades tanto individuais quanto coletivas”. Na fala de Joana o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros, ou seja, como se vê e como quer ser percebida pelos outros (BERNARDO, 1998).

Como muitos membros de sua família também trabalham com panela de barro, Joana diz que esse orgulho se estende por toda a família: “Orgulho da família estar no ofício. Orgulho pros nossos maridos pela gente ser paneleira. Orgulho muito forte de ser paneleira. Temos esse orgulho. Tiramos daqui o nosso sustento. Tem família que tira todo o sustento daqui de dentro”.

Com Augusta não é diferente. Assim como Joana, ela diz ter orgulho e se sentir bem com a profissão que escolheu: “Tenho orgulho de ser paneleira. Me sinto bem, porque o nosso ganha pão é esse aqui, a panela de barro. A nossa renda vem daqui. Dá para pagar nossas prestações. É luz, água telefone, tudo daqui. Tudo da panela de barro”. Ela complementa dizendo que apesar de ser um serviço cansativo, pesado, é um serviço digno que a enche de orgulho: “É um serviço digno. Ele é pesado, é cansativo, mas é um serviço digno”.

Madalena, assim como Joana e Augusta, diz ter orgulho de sua profissão e da história da família na confecção da panela de barro: “Eu tenho orgulho de ser paneleira. Foi uma vida inteira. Minha avó morreu estava na atividade ainda. Tinha 96 anos. Fazia panela ainda. Ela era forte. Minha mãe tem 72 anos e ainda faz panela”. Ela relata que apesar da confecção da

panela de barro ser um serviço pesado, ele também funciona como uma terapia: “Esse aqui é um serviço muito puxado. É cansativo, mas isso aqui trabalha a sua mente. O seu estresse. Você descarrega no barro, é uma terapia isso aqui”. Além disso, ela relata que o ambiente de trabalho é familiar, amistoso, leve e divertido: “Você ri o dia todo aqui. É um lugar divertido de trabalhar. A gente brinca, fala muita besteira. Aqui é uma família”.

Durante a entrevista com Jorge, o artesão também deixou claro o orgulho que tem do ofício da panela de barro: “Tenho orgulho de ser um artesão capixaba”. Disse ainda sobre a realização pessoal que sente ao fazer as panelas: “Eu me sinto bastante realizado. Sinceramente é uma coisa muito boa. A gente bota a alma e o espírito nisso, o coração, a alma e o espírito. É uma coisa que faz parte da gente”.

O sentimento de Giu não é diferente dos sentimentos relatados pelos outros entrevistados. Ela fala com orgulho da profissão e do fato de tirar o seu sustento do ofício de paneleira: “Eu gosto. Se eu não gostasse não estava aqui até hoje. Me faz bem. É de onde eu tiro meu tira pão. Eu pago meu aluguel minhas contas tudo de casa, com o dinheiro daqui. Sempre me sustentei do dinheiro daqui”.

Belmira também diz ter orgulho de ter sido paneleira e sente grande satisfação por ter criado sua família com a renda proveniente da panela de barro: “Tenho orgulho de ter sido uma paneleira. Tem aquela alegria de ter sido útil nessas coisas e ter criado a minha família posso dizer com esse produto que eu fazia. Trabalhei bastante tempo com panela”.

Sentimento similar aos descritos anteriormente é relatado por Laurinda que diz ter muito orgulho da profissão que exerce e do trabalho que realiza: “Tenho muito orgulho de ser paneleira. O trabalho da gente é muito bonito”. Ela sente satisfação com o reconhecimento dos clientes, especialmente dos turistas, em relação ao trabalho manual e rústico das paneleiras: “Nosso trabalho vai para todos os lugares, no Brasil inteiro todo mundo nos conhece. Eles adoram nosso trabalho. Os turistas quando chegam aqui e admiram o nosso trabalho quando notam que fazemos tudo somente com as mãos”. Ela relata com orgulho o amor que tem pela profissão: “Eu gosto do meu trabalho. Adoro o meu trabalho. Eu gosto muito de fazer panela”.

Otavio e Alice, apesar de não terem interesse em dar continuidade ao ofício, dizem sentir orgulho da trajetória das suas famílias na construção da história e da tradição secular da

panela de barro. Otavio diz sentir orgulho tanto da família quanto da história das demais paneleiras: “Sinto orgulho da minha família de paneleiras. Tenho orgulho das paneleiras. Aqui é uma família. O pessoal aqui é gente boa”. Alice também relata o orgulho que sente de pertencer a uma família de paneleiras, já em sua quarta geração.

Foi possível notar o sentimento de orgulho em relação ao passado recordado, referente ao trabalho das gerações anteriores, que confeccionavam a panela de barro que se tornou símbolo da cultura capixaba, e do sentimento de orgulho do presente por estarem dando continuidade a um ofício que consideram bonito, valorizado e que perpetua a tradição das paneleiras. O mesmo não acontece com o futuro, pois o orgulho dá lugar a um sentimento de incerteza e de perda, uma vez que as novas gerações não têm interesse em dar continuidade ao ofício da panela de barro.

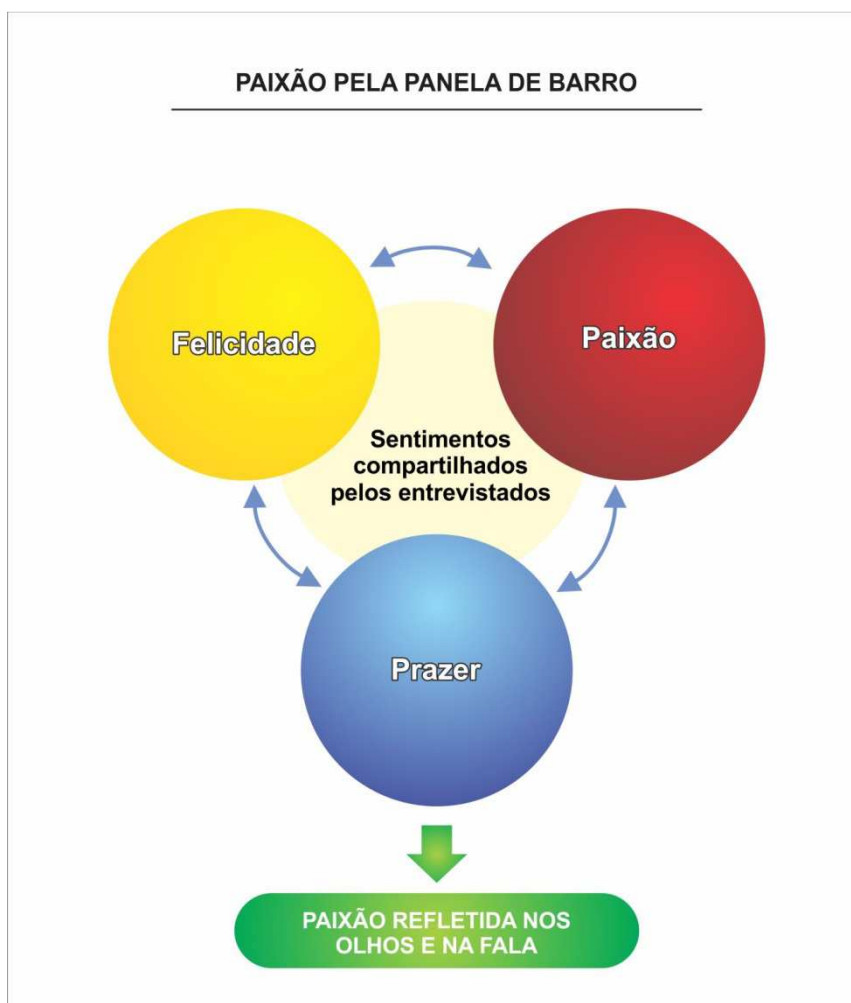
3.6 PAIXÃO PELA PANELA DE BARRO

A paixão pela panela de barro pôde ser vista nos olhos e nas falas dos entrevistados. Sentimentos e paixões, segundo Halbwachs (1990), são muitas vezes inspirados pelo grupo, mas se tornam tão próprios, que os indivíduos se espantariam ao descobrir que o autor não são eles próprios, que esses sentimentos e paixões foram sugeridos de fora, pelo grupo no qual os indivíduos estão engajados.

Bernardo (1998, p. 33) salienta que “pelo recurso à memória é possível também captar os sentimentos experimentados, pois a lembrança do acontecimento vivido faz com que aflorem o ódio, o amor, a alegria, a tristeza, o conformismo, a revolta”. Bernardo (1998) diz ainda que os sentimentos experimentados pelos indivíduos vêm à tona no ato de lembrar, com intensidade e preenchidos de novos significados a partir da vivência do presente. Isso aconteceu algumas vezes ao longo das entrevistas, quando foi possível perceber as expressões corporais e faciais que demonstravam felicidade e paixão pelo que estava sendo relatado.

Os relatos evidenciaram que os entrevistados compartilham sentimentos de paixão, felicidade e prazer pelo ofício da panela de barro. Gostam do que fazem, trabalham com prazer e são felizes com as escolhas profissionais que fizeram ao dar continuidade a uma tradição importante para a comunidade local e para o estado do Espírito Santo.

Figura 32 - Paixão pela panela de barro



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Foi possível ver muita paixão e felicidade nos olhos de Jorge enquanto ele falava do prazer que tem na confecção das panelas de barro: “O que me deixa mais feliz é o fato de eu levantar todo dia e saber que tem essa matéria-prima para mim botar a mão, sujar. Saber que eu vou vir para o galpão trabalhar, meter a mão no barro, sujar a mão, isso me deixa feliz”.

O mesmo aconteceu no momento do discurso de Giu, em que a paixão pela panela de barro ficou evidenciada ao relatar que gosta da profissão e tem amor pelo que faz: “Tenho paixão. Quando a gente faz uma coisa por amar, por gostar. Até mais que paixão, né? Faz por amor. Quando a gente faz uma coisa que a gente gosta, cresce um carinho um amor pelo que você gosta de fazer”. Disse ainda que muitas vezes se sente exausta, com vontade de abandonar a profissão, pois o ofício é pesado e cansativo, mas a paixão pela panela de barro faz com que ela permaneça atuante na função: “Eu gosto de fazer isso. Tem vez que eu falo:

ai tô cansado, vontade de largar. O que me prende aqui ainda a fazer panela é por mim gostar, entendeu? Eu gosto. Eu fico dois dias em casa eu fico doidão querendo voltar a trabalhar”.

A paixão pelo ofício também esteve presente na vida de Belmira. Aos 100 anos de idade, ela relata que sempre gostou muito da profissão de Paneleira, e que se não estivesse com a saúde comprometida, teria vontade de voltar a confeccionar a panela de barro:

até hoje se eu pudesse, se eu tivesse as mãos boas, até hoje eu ainda tinha vontade de fazer, eu gostava de fazer, achava cansativo, mas gostava de fazer. Porque é uma coisa que distrai a gente, sabe? Gostava de fazer minhas panelas. Depois tive um problema na coluna, caí. Machuquei a coluna, Ai já não pude mais fazer. Fazia sentada, depois eu fazia em pé, mas já não dava mais para fazer, eu larguei. (Belmira).

Assim como Jorge, Giu e Belmira, Laurinda aos 73 anos também fala do ofício de padeira com muita paixão: “Eu adoro mesmo fazer padeira. Tenho muito prazer de fazer padeira mesmo. Adoro mesmo”. Ela diz que gosta quando acaba o fim de semana e chega segunda-feira para ir para o galpão trabalhar. Diz que não pretende deixar o ofício e que independente da idade, pretende trabalhar na confecção da padeira de barro até quando aguentar: “Trabalho em pé e só descanso na hora de dormir ou na hora de almoçar que eu descanso um pouco. Pretendo fazer padeira até onde aguentar”.

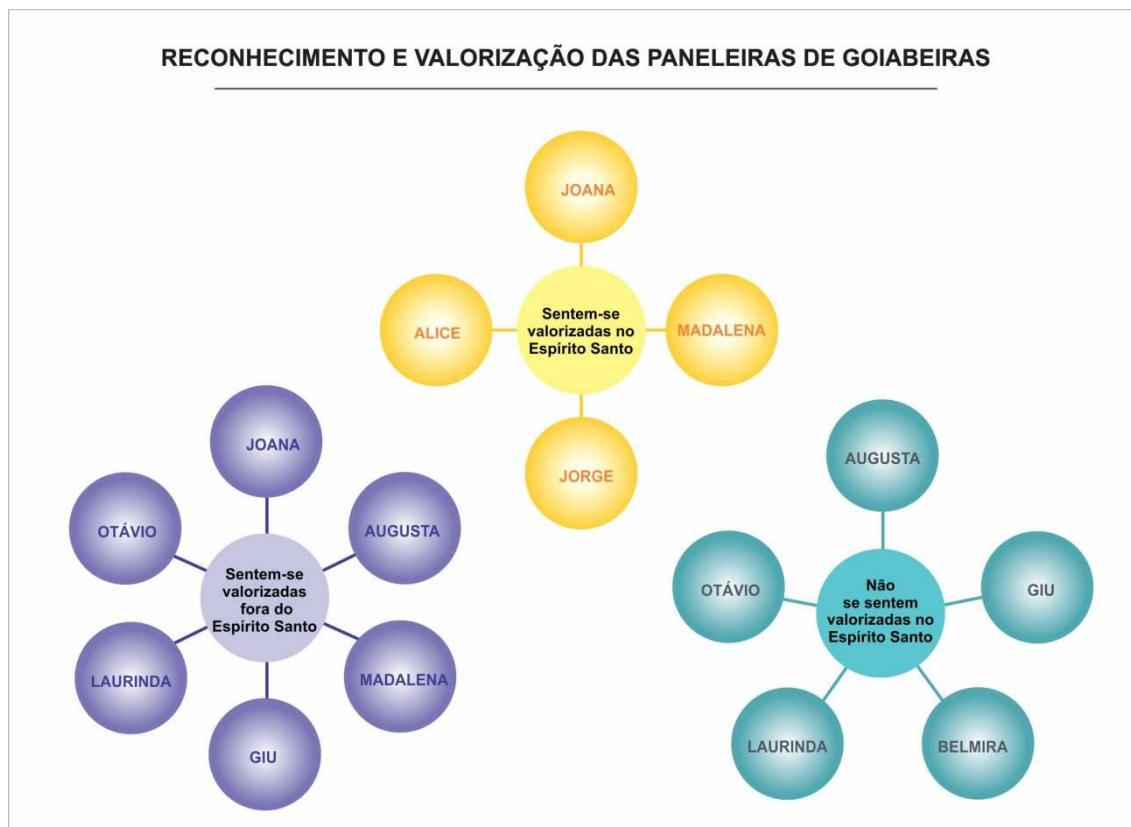
3.7 RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS PADEREIRAS DE GOIABEIRAS

As padeiras de Goiabeiras sentem necessidade de reconhecimento e valorização pelo trabalho que realizam. As entrevistas mostram que seis dos nove entrevistados sentem-se reconhecidos e valorizados pelo trabalho que realizam na confecção da padeira de barro pelos turistas de fora do estado do Espírito Santo. Eles relatam que os turistas quando vêm ao Espírito Santo, visitam as instalações do galpão, se interessam pela história secular da padeira de barro e admiram o trabalho manual e rústico das padeiras. Mostram-se curiosos, observam o processo de produção da padeira de barro, demonstram interesse, fazem perguntas e valorizam o trabalho realizado.

Por outro lado, somente quatro dos nove entrevistados se sentem valorizados pela população capixaba, enquanto os outros cinco relatam que não são valorizados pelo povo capixaba e não têm o seu trabalho reconhecido localmente. Eles justificam que sentem falta de reconhecimento da população capixaba, uma vez que a padeira de barro é um forte símbolo

cultural do Espírito Santo, e por isso deveriam ser mais valorizados pela população local, assim como pelos governantes.

Figura 33 - Reconhecimento e valorização das paneleiras de Goiabeiras



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Joana acredita que as paneleiras são reconhecidas e valorizadas em seu ofício, porém pensa que esse reconhecimento deveria ser maior, especialmente pelos órgãos públicos, pois as paneleiras são símbolo da cultura do estado do Espírito Santo e tem um forte apelo turístico no estado:

somos reconhecidas, somos bem recebidas. Mas nós queríamos mais reconhecimento no nosso local de trabalho. Eu acho que precisaria mais por parte do nosso governo, por parte da nossa prefeitura, por parte do SEBRAE, por parte do IPHAN, precisaria mais. Porque quando as pessoas chegam aqui no nosso estado as duas coisas que procuram: o Convento e as paneleiras. Onde ficam as paneleiras? A gente precisava ser reconhecida aqui no nosso local, onde nós vivemos. (Joana).

Joana se queixa contando que fora do estado do Espírito Santo as paneleiras são muito mais valorizadas do que dentro do próprio estado: “Com certeza fora do estado somos muito valorizadas”. Ela reclama que são reconhecidas pelo ofício que realizam, mas que não recebem nenhuma contrapartida por confeccionarem a panela de barro, importante símbolo da

cultura capixaba. Ela sente falta de valorização, no sentido do governo proporcionar à elas benefícios que as resguardecem no futuro: “Eu sou reconhecida em qualquer lugar, mas o que eu ganho com esse reconhecimento? Nada. Se eu adoecer, eu não ganho nada”. Ela acredita que por fabricarem um símbolo cultural do estado do Espírito Santo deveriam ter melhores contrapartidas do governo para mantê-las no ofício e para despertar nas futuras gerações interesse em dar continuidade à tradição secular. Além disso, ela diz que junto com as panelas, elas divulgam o estado do Espírito Santo nacionalmente, sempre que aparecem em reportagens na rede Globo de televisão, ou quando enviam panelas para outros países: “As paneleiras têm que ser valorizadas, porque sem as paneleiras eles não vão poder mandar pros Estados Unidos, pra Globo, etc.”.

Assim como Joana, Augusta também percebe que a população do estado do Espírito Santo não valoriza nem reconhece o trabalho das paneleiras: “Que tem muitos que não respeitam que não dão valor as nossas panelas de barro, aqui do ES mesmo. Não dão valor. O capixaba não valoriza as panelas de barro, mesmo sendo um símbolo cultural do estado”. Ela acredita que esse reconhecimento deveria ser mais efetivo, pois além do produto ser um símbolo cultural, o galpão das paneleiras é um ponto turístico do estado do Espírito Santo: “Porque nós fazemos parte da cultura do Espírito Santo. Porque o povo do turismo quando vem aqui, querem conhecer o que? O Convento e as panelas de barro, as paneleiras”.

Augusta relata que o reconhecimento e a valorização vêm dos turistas de outros estados do Brasil ou até de outros países: “Os de fora dão mais valor. Os de fora acham muito lindo. Tem até pena da gente naquela fogueira ali. Quando fazemos feira fora do estado do Espírito Santo somos bem chegados, somos bem recebidos. Nossas panelas são bem recebidas”.

Giu, assim como Joana e Augusta, acredita que as paneleiras são reconhecidas pelo trabalho que realizam, porém esse reconhecimento vem de pessoas de fora do estado do Espírito Santo e que são pouco valorizadas pelos capixabas:

pessoas de fora reconhecem mais o trabalho da gente. Tem gente nascido e criado aqui que fala que não sabia que existia panela não. Os de fora vêm lá dos EUA, de outros países, vêm aqui para conhecer. Capixaba não valoriza porque não conhece. Não se interessam ou não gostam, não sei. Os de fora têm mais interesse. Já chega aqui o pessoal de fora, já quer conhecer, tira foto, pergunta, dá valor ao trabalho da gente. Só deles ver pelo vídeo, pela internet, pela televisão os de fora, eles já acham bonito. Então eles ficam na curiosidade de conhecer o trabalho da gente. (Giu).

Ela relata que muitos capixabas não conhecem o processo de fabricação do produto e que só passam a valorizar e admirar o trabalho das paneleiras depois do primeiro contato: “Se precisam do produto, vem conhecer. Passa até a admirar o serviço, ficar curioso, querer saber como faz, quer pegar no barro, pra ver se é aquilo que a gente usa”.

Otavio também enxerga a necessidade de maior valorização do trabalho das paneleiras. Ele acredita que nem todas as paneleiras são reconhecidas pelo trabalho que executam no ofício da confecção da panela de barro. Segundo ele, falta reconhecimento e valorização por parte do governo:

a gente aqui também é muito desvalorizado, principalmente pelo governo. Porque eles não olham pela gente, entendeu? Isso aqui é Patrimônio Cultural, entendeu? O governo deveria dar mais valor. [...] Quando chove aqui, o galpão molha todo. A panela que tiver no chão, já era. Acho que deveria ter maior reconhecimento do Estado, do prefeito, do governo. Tá na hora de reconhecer, procurar a gente, perguntar se está precisando de alguma coisa. (Otavio).

Otavio diz ainda que os turistas valorizam mais o trabalho das paneleiras do que o povo capixaba: “Somos reconhecidos lá fora. É um ponto turístico. O Espírito Santo deveria valorizar mais. Pessoas de fora valorizam a gente, reconhecem o trabalho feito tudo a mão. É cansativo. O pessoal de fora dá mais valor que os de dentro”.

Laurinda também comunga do sentimento de Joana, Augusta, Giu e Otavio em relação à valorização do trabalho das paneleiras. Ela sente-se valorizada e reconhecida por ser paneleira: “As paneleiras são muito reconhecidas sim. Me sinto valorizada. Muito mesmo. O turista vem e valoriza o nosso trabalho. Agradece pelo nosso trabalho. É muito bom”. Porém, ela acredita que esse reconhecimento e valorização vêm de fora, pois o capixaba valoriza pouco o ofício das paneleiras de Goiabeiras: “Aqui no Espírito Santo valoriza bem pouco, não valoriza tanto quanto os de fora não. Falta um pouco de valorização dentro do estado”.

Já Madalena, Jorge e Alice pensam diferente dos demais. Madalena acredita que o capixaba valoriza o trabalho das paneleiras, comprando a panela de barro. Ela entende que as paneleiras são reconhecidas e valorizadas de uma forma geral pelas pessoas, especialmente pela qualidade do produto que confeccionam:

o pessoal chega aqui no galpão, os clientes chegam e começam a falar bem da nossa panela. Criticam as panelas de torno. Eles valorizam o nosso serviço. Os clientes chegam entusiasmados falando que essa é a panela

original, é autêntica. A gente fica numa alegria quando vê eles falando. É o modo de valorizar o nosso trabalho. (Madalena).

A única queixa que ela faz em relação aos capixabas, é que eles, muitas vezes, desvalorizam o trabalho das paneleiras ao tentar negociar para pagar barato pelo produto, não levando em consideração o processo produtivo rústico, trabalhoso e todo manual: “O problema aqui é só no preço para eles, né. Eles acham que para o capixaba a gente tem que vender a panela pela metade do valor, pelo fato dele ser capixaba. O problema é esse. Mas eles comparecem, compram, usam muito”.

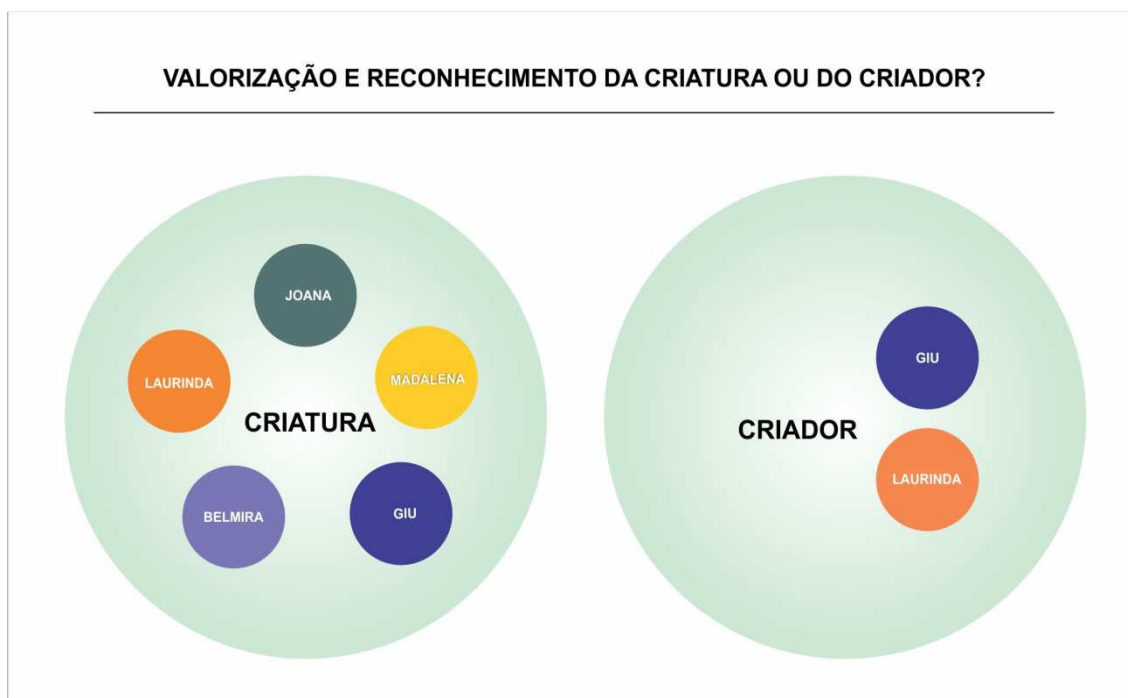
Madalena também percebe a valorização e reconhecimento do trabalho das paneleiras pelos turistas de fora do Espírito Santo. “Todo turista que vem no Espírito Santo vem nas paneleiras. É um símbolo cultural do estado. É muito valorizado fora do estado”.

Jorge e Alice concordam com Madalena e acreditam que as paneleiras são reconhecidas e valorizadas pelo ofício que realizam, tanto no estado do Espírito Santo quanto fora dele.

3.8 VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DA CRIATURA OU DO CRIADOR?

A panela de barro é um símbolo da cultura capixaba, um produto de grande destaque e bastante procurado pelos turistas que vêm ao estado do Espírito Santo, além de ser nacionalmente conhecida pela sua qualidade e tradição. Por ser um produto conhecido tanto localmente quanto nacionalmente, as paneleiras sentem que o objeto, a panela de barro, é mais importante, tem mais reconhecimento e é mais valorizada tanto no Espírito Santo quanto nacionalmente, do que o trabalho delas na confecção desse objeto. Esse fato acaba gerando desconforto, queixas e insatisfação, pois elas entendem que a “criatura” não pode ser mais valorizada que o “criador.” Apenas duas paneleiras acreditam que o criador é tão valorizado quanto a criatura, ou seja, que a panela não tem maior destaque do que quem as confecciona.

Figura 34 - Valorização e reconhecimento da criatura ou do criador?



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Joana faz uma reclamação ao comparar a valorização dispensada à “criatura” em detrimento do “criador”, sentindo que há uma subvalorização das paneleiras, que são artesãs e artistas, criadoras das panelas de barro: “Tem que valorizar o artista. O artista aqui não é valorizado para falar a verdade. Tinham que valorizar um pouco o artista, o artesão, a paneleira. Dar mais valor. Sem nós não existe a panela de barro”. Ela acredita que as paneleiras deveriam ser mais valorizadas do que o objeto do seu ofício – as panelas: “Precisava ser valorizado as paneleiras. Não as panelas. Panela é um objeto, panela cai e quebra. Paneleira está de pé para fazer outra. Mas ela precisa ser valorizada”. Ela acredita que a valorização pelo trabalho que realizam, cujo resultado é a panela - um símbolo da cultura estadual, deveria vir dos órgãos públicos e que estes deveriam proporcionar a elas estabilidade e segurança:

precisa ter um órgão que corre atrás para uma paneleira se aposentar. Ter alguma coisa quando adoecer, porque paneleira adoece não tem nada. Adoeceu, acabou as paneleiras, ninguém nem lembra. Não tem proteção nenhuma para a paneleira, eu acho que é uma coisa que precisava. Sem nós não sai panela, símbolo cultural do estado. (Joana).

Além de estabilidade e segurança, ela acredita que deveriam receber ajuda da prefeitura para custear as despesas quando viajam para feiras fora do estado para divulgar a panela de barro. Ela acredita que essas viagens são benéficas não só para a divulgação da

panela de barro, mas também para a divulgação do potencial turístico do estado do Espírito Santo, especialmente porque elas fabricam um produto que é símbolo da cultura do estado:

quantas vezes eu saio para feira fora do estado, escuto que o prefeito está pagando isso e isso. O governo está fazendo isso. Paneleira vai com recurso próprio, passagem de avião, hospedagem, alimentação. Nós saímos para representar o nosso estado, mas sem recurso nenhum do nosso estado. (Joana).

Foi possível notar um tom de ressentimento na fala de Joana que se sente desvalorizada e busca por reconhecimento: “Sinto muita falta desse reconhecimento. Desse valor que eles não dão à paneleira. Não falo da panela. Falo da paneleira. O objeto é mais valorizado que a paneleira. A panela é mais valorizada que a paneleira”.

Madalena, assim como Joana, também acredita que as panelas são mais valorizadas que as paneleiras e faz uma reclamação: “Não valorizam muito as paneleiras. Valorizam a panela. A panela é bem falada, bem divulgada. A panela é muito valorizada. Eles têm que valorizar mais a gente”. Madalena sente necessidade de reconhecimento devido ao esforço que realizam para confeccionar a panela de barro. Por ser um trabalho árduo e pesado, sentem muitas dores articulares no processo de confecção da panela:

precisam reconhecer nosso trabalho, nosso esforço. Falta um pouco de valorização, de reconhecer o trabalho das paneleiras. É um serviço puxado. Aqui a gente trabalha pra caramba. Sente muita dor. Tem que tomar remédio para dormir. As articulações doem todas. Olha meu pulso. Incha direto. Falta um pouco de valorização, de reconhecimento do trabalho das paneleiras. (Madalena).

Belmira, assim como Joana e Madalena, se queixa dizendo que as panelas são mais reconhecidas e valorizadas do que as próprias paneleiras, fazendo com que elas se sintam sem importância: “Não dão tanto crédito para a gente. Dão mais crédito ao produto”. Isso faz com que as paneleiras se sintam invisíveis, como se não fossem parte importante e imprescindível na confecção da panela de barro, onde todo o processo é manual e rústico.

Em um primeiro momento Giu relatou que acredita que a panela é mais valorizada que as paneleiras. Em outro momento disse acreditar que o trabalho das paneleiras também é valorizado, pois as pessoas chegam no galpão e querem conhecer o processo de fabricação da panela de barro, valorizando assim o trabalho manual das paneleiras:

eu acho que é a panela. A panela e o trabalho. As pessoas querem vir conhecer o trabalho da gente e comprar as panelas. Então é os dois. Acho

que tem o reconhecimento dos dois, do trabalho e da panela. Eles querem conhecer a panela, como é que é e querem conhecer como é fabricada a panela. O trabalho da gente, né? Que a gente vai fazer, já chegam aqui e já vê a demonstração, etapa por etapa. (Giu).

Giu disse ainda que as pessoas que visitam o galpão e compram as panelas de barro reconhecem a qualidade da panela feita em Goiabeiras, diferenciando-as das demais feitas em outros locais do estado, porém com diferente processo de fabricação, o que as tornam menos resistentes: “Reconhecem o trabalho manual das paneleiras. Eles conhecem, sabem identificar quando a panela é manual ou quando ela é feita ao torno. A do torno é muito bonita, mas não tem a resistência igual. Não tem a qualidade”.

Diferente de Joana, Madalena e Belmira, Laurinda acredita que não há diferença quanto o assunto é a valorização das panelas e das paneleiras. Ela acredita que ambas são valorizadas: “Acho que os dois. Nós fazemos a panela, é fruto do nosso trabalho. Valorizam as panelas e as paneleiras”.

3.9 CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS E CONSTRUÇÃO DO GALPÃO

A criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras e a construção do galpão, pela prefeitura, para elas trabalharem e comercializarem as panelas de barro, trouxeram inúmeros benefícios para as paneleiras. Há uma concordância quanto aos benefícios percebidos pelos entrevistados e essa concordância se justifica a partir de uma memória coletiva que se desenvolve a partir de laços de convivência familiares e profissionais (BOSI, 1994), conferindo à memória um caráter relacional, que se forma na interação entre os indivíduos. Segundo Rios (2013, p. 04) “é preciso que haja um mínimo de concordância entre as lembranças dos indivíduos para que elas possam se complementar, formando um patrimônio comum de recordações”. O grupo pesquisado cultivava um conjunto particular de lembranças, e essas recordações refletem as percepções positivas sobre as mudanças ocorridas nos locais de trabalho e na organização do ofício das paneleiras em uma Associação. Cabe destacar que, uma vez constituídas, as lembranças tendem a realizar um trabalho de conservação em prol da manutenção das representações do grupo. Esse trabalho de conservação é ressaltado por Pollak (1992, p. 206), que diz que “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade”. Isso significa que a partir do momento em que as paneleiras e os artesãos amarraram bem a sua

história e a sua memória, essa memória passou a influenciar os outros indivíduos e as novas gerações.

As paneleiras entrevistadas percebem as mudanças positivas ocorridas após a criação da associação, como a preservação do barreiro, local onde elas retiram a matéria-prima que torna a panela das paneleiras de Goiabeiras original e autêntica, devido à qualidade da argila retirada do barreiro. Além disso, o galpão construído para as paneleiras trabalharem fez com que o fluxo de turistas aumentasse na região, incrementando as encomendas e as vendas de panela de barro. Outros benefícios e vantagens foram percebidos pelos entrevistados, conforme pode ser visualizado na figura abaixo e nos relatos descritos a seguir.

Figura 35 - Benefícios da Associação e do galpão das paneleiras



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Joana conta que a Associação das Paneleiras de Goiabeiras surgiu quando houve a necessidade de preservação do barreiro, local de retirada do barro, matéria-prima da panela de barro. Cabe ressaltar que a qualidade da panela depende diretamente da matéria-prima

utilizada, por isso a necessidade de preservar o barreiro. Segundo Joana, o barro era retirado do terreno de particulares, mesmo local utilizado pelos seus antepassados:

o barro era tirado lá e as panelleiras compravam o barro de particular. A necessidade de fazer associação era para não perder o barreiro. Para não perder o local de tirar o barro e a tinta do manguezal. Isso nos deu o direito de retirar o barro e a tinta, pois hoje o local é de propriedade do Governo do Estado. (Joana).

Ela conta ainda que o terreno, onde retiram o barro, foi desapropriado para fazer estação de esgoto, porém a força da Associação das Panelleiras de Goiabeiras conseguiu reverter e preservar o local de retirada do barro, o que garantiu a continuidade do ofício com matéria-prima de qualidade, que confere originalidade e autenticidade à panela de barro das panelleiras de Goiabeiras.

Em relação à construção do galpão, Joana, que é a atual presidente da Associação das Panelleiras de Goiabeiras, relata que houve uma boa aceitação das panelleiras, pois passaram a ter um local para realizar todo o processo de produção da panela de barro, com mais organização e conforto: “As panelleiras trabalhavam todas em suas casas. Não tinha lugar para queimar panela, queimava nos quintais, na rua. Hoje está tudo organizado, não pode fazer nada na rua. Houve uma boa aceitação”.

A escolha das panelleiras para ocupar o galpão, segundo Joana, se deu entre os diferentes grupos familiares: “No começo do galpão, dividiu o galpão entre as panelleiras. Grupos familiares para trabalhar. Menos confusão e mais produtividade”. Algumas panelleiras, segundo Joana, continuaram trabalhando em suas casas. “São 8 panelleiras que trabalham em casa e 6 panelleiras que moram em Campo Grande que fazem a retirada do barro e são associadas”.

Joana relata que o galpão sofreu modificações ao longo dos anos, pois a prefeitura foi ampliando e melhorando a sua estrutura. Relata ainda que depois que foi feito o galpão, as vendas aumentaram, assim como o fluxo dos turistas: “Pelo registro da prefeitura dá mais turista aqui do que nos hotéis, do que nas praias. Porque não é o turista que vem somente para a cidade de Vitória, é o turista vem de Guarapari, do interior”.

Segundo Joana, o galpão trouxe maior visibilidade para as panelleiras de Goiabeiras, pois facilitou as vendas das panelas e se tornou referência turística para quem deseja adquirir as panelas de barro capixabas. “Antes, a mãe fazia panela no quintal de casa, o pai botava

dentro de um saco de estopa e ia vender no mercado. Depois da Associação formada não, nós temos turistas que vêm conhecer as paneleiras de Goiabeiras”. Por ter se tornado um local de referência para a comercialização da panela de barro, as paneleiras que optaram por continuar trabalhando em suas residências se incomodam e sentem um desconforto por venderem menos devido a procura direta por panelas no galpão: “Hoje existe um pouco de reclamação porque o galpão vende mais do que quem vende nas casas”. (Joana).

Assim como Joana, Augusta também reconhece as melhorias ocorridas após a construção do galpão das paneleiras: “Antigamente, antes desse galpão novo, tinha uma estrutura, mas era um barracão muito feinho, que fazia até vergonha. Quando chovia, eu mesma trabalhava lá na frente, ficava em cima de tábua, em cima da lama. Era precário”. Hoje o galpão novo proporciona conforto e um ambiente saudável de trabalho para as paneleiras.

A Associação também contribuiu para a melhoria do trabalho das paneleiras, facilitando e intermediando os contatos com os órgãos públicos. Augusta relata algumas orientações que recebem:

a associação que faz os contatos com os órgãos públicos. O pessoal do meio ambiente vem aqui. Ensina o rapaz como tira a casa do manguezal. Vai lá no barreiro vê os meninos e vê que estão fazendo muito buraco que não pode por causa das matas. Nós temos orientações dos órgãos públicos. O SEBRAE também vem aqui. De vez em quando o SEBRAE dão cursinhos para gente. Ai veio esse negócio de nós pagar o auxílio doença. A gente trabalha aqui como micro empresa pra gente poder ter direito. Se adoecer no local, a gente ter o direito de receber. Tem tido bastante ajuda dos órgãos públicos para se organizarem melhor. (Augusta).

Assim como Joana e Augusta, Madalena também reconhece as melhorias ocorridas após a construção do galpão e da organização da Associação das Paneleiras de Goiabeiras: “Em termos turísticos, melhorou depois da Associação e do galpão”. Segundo Madalena as melhorias vão desde o incremento nas vendas ao maior reconhecimento que obtiveram: “Em termos de venda, de reconhecimento, de se mostrar mais pro cliente, melhorou depois do galpão. Hoje as pessoas têm muito mais acesso a gente. Melhorou muito em termos de turista. Agora tem um local para o turista vir”. Madalena sente-se satisfeita com a divulgação que é feita do galpão das paneleiras de Goiabeiras para atrair turistas e compradores: “É bem divulgado. Os turistas quando chegam querem vir aqui. A prefeitura, o SEBRAE divulgam. Temos o apoio dos órgãos públicos. Os taxistas ajudam muito. Sempre agrado o taxista com uma panela. Ele traz cliente pra gente”.

A percepção de Jorge não é diferente. Ele também percebe as vantagens obtidas após a construção do galpão e da organização da Associação. Jorge salienta que a logística do trabalho melhorou muito depois que, por intermédio da Associação, a prefeitura passou a buscar as bolas de barro no barreiro. Esse transporte antigamente era feito com dificuldade, ou de canoa ou com algum carro próprio de alguma paneleira: “Tinha muita dificuldade do material chegar em casa”. O transporte da matéria-prima hoje é realizado pela prefeitura, agilizando o trabalho das paneleiras e artesãos. Outra melhoria apontada por Jorge, depois da construção do galpão, é a do processo de queima da panela de barro, pois agora eles têm um local específico e apropriado para a queima da panela, em um terreno em frente ao galpão destinado exclusivamente para esse processo. “A queima era feita nos quintais das casas das pessoas. Eles queimavam uma proporção de painéis bem menor. Queimava umas 20 peças só, devido ao perigo, devido à falta de espaço”.

Jorge relata que, no passado, havia grande dificuldade para transportar as painéis do local de sua confecção até o local de venda: “A dificuldade era levar para vender, transportar as painéis para vender ainda. Era muito difícil”. Hoje o galpão funciona como uma vitrine para os produtos acabados, além de um estratégico ponto de comercialização das painéis de barro. Ele fala da visibilidade que o galpão das paneleiras de Goiabeiras alcançou com o turismo do estado: “O galpão virou uma referência para o turista”. Jorge retrata as vantagens obtidas após a construção do galpão das paneleiras, dizendo que não é mais necessário captar clientes, pois eles vêm diretamente no galpão para conhecer e comprar o produto. “Antigamente na minha época de garoto, se fazia em casa. Então a gente tinha que buscar o cliente. Hoje graças a Deus tem a Associação. Quase não tem mais ninguém que faz em casa, as pessoas já estão aqui”.

Outra vantagem obtida com a construção do galpão e o fortalecimento da Associação, segundo Jorge, foi em relação à madeira, pois com o apoio da prefeitura e do governo, o galpão recebe doações de madeira: “Há mais facilidade pra trabalhar, um certo apoio, a prefeitura, o governo. Não tem mais aquela dificuldade para buscar a madeira para queimar as painéis. Tem um convênio com a Vale. As obras também entregam aí. É doada”.

Giu, assim como os demais entrevistados, enxerga benefícios obtidos pelas paneleiras após a construção do galpão: “Foi bom, pelo menos agora as pessoas não fazem panela em casa. A fumaça estraga o ambiente. Melhorou pra caramba. Na minha opinião melhorou”. Além do ambiente para trabalhar, ela relata a melhoria no ambiente para receber o turista:

“Tem um ponto turístico que assim todos podem vender suas panelas para quem queira comprar num ambiente bom, onde os clientes vêm e se sentem à vontade. No galpão ele escolhe, fica mais à vontade. Aumentou o movimento”.

Belmira relata que a construção do galpão foi importante para ajudar na divulgação do trabalho das paneleiras aos turistas e para concentrar em um único lugar as vendas das panelas, facilitando assim o acesso ao produto. Com o galpão, as paneleiras passaram a ter um local para fabricar, queimar e vender as panelas de barro. Com maior visibilidade, e com o galpão tornando-se referência para o turista comprar ou encomendar uma panela de barro, a concentração de paneleiras se deu neste local: “Antes de eu parar, já tinha a Associação, já tinha uns galpãozinhos pequenos, cada um tinha um cômodo para fazer, que era mais pouca panela, [...] depois que fizeram esse galpão aí, foi juntando mais gente”.

Laurinda também enxerga benefícios após a construção do galpão das paneleiras, que conferiu mais conforto tanto às paneleiras quanto aos turistas que procuram pela panela de barro ou que visitam apenas para conhecer o trabalho e o modo de confecção da panela:

trabalho aqui desde muito antes de ter esse galpão. Trabalhava em um galpão velho que tinha aqui, um galpão velho, de tábua, com o chão sujo, de barro, quando chovia fazia aquela lameira. Não tinha piso. Quando os turistas chegavam, a gente colocava tábua para ele pisar em cima. Coisa horrível Mas graças a Deus que eles fizeram isso aqui pra nós. Melhorou muito depois desse galpão. As vendas melhoram também. Melhorou tudo. Porque chovia muito, ficava aquela lameira na porta, ficava aquela coisa feia. A gente não podia fazer nada. Até para o nosso conforto melhorou. Melhorou bastante. (Laurinda).

3.10 DESENVOLVIMENTO DO BAIRRO DE GOIABEIRAS

Os lugares, particularmente aqueles ligados a uma lembrança, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, especialmente pelo sentimento de pertencimento a esse grupo (POLLAK, 1992). A relação com os lugares é um aspecto importante da memória e serve como base para seu desenvolvimento (POLLAK, 1992). Tanto a memória individual quanto a coletiva têm nos lugares uma referência importante para a sua construção.

Halbwachs (2010) ressalta que os grupos estão naturalmente ligados a um lugar porque é o fato de estarem próximos no espaço, formando uma pequena sociedade, que cria entre seus membros relações sociais. No caso das paneleiras de Goiabeiras, suas memórias

estão ligadas aos espaços que habitam e às relações que construíram e continuam construindo com estes espaços.

O bairro de Goiabeiras, na percepção dos entrevistados, teve um crescimento substancial nos últimos anos e eles atribuem esse crescimento e desenvolvimento à presença das panelleiras de Goiabeiras na região, ao aumento da visibilidade das panelleiras após a criação da Associação e da construção do galpão. Isso porque, na percepção dos entrevistados, o fluxo de turistas no bairro aumentou, a região se destacou, inclusive na mídia, com o trabalho das panelleiras, acelerando assim o desenvolvimento da região.

Figura 36 - Bairro de Goiabeiras



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Segundo Joana o bairro de Goiabeiras teve um crescimento importante que acompanhou o crescimento das panelleiras após a criação da Associação e a construção do galpão:

melhorou bastante depois da associação formada. Goiabeiras era um matagal, não tinha nem rua. Eu não acho que o bairro parou não. Ele desenvolveu muito. Hoje o bairro é conhecido. O bairro de Goiabeiras tem indicação geográfica. Melhorou bastante. O bairro evoluiu. O bairro melhorou. (Joana).

Inclusive Joana acredita que as pessoas associam o bairro de Goiabeiras ao bairro das panelleiras e diz que se um dia o ofício das panelleiras acabar, acaba também o bairro: “O bairro é conhecido pelo bairro das panelleiras. Quando fala em Goiabeiras fala: é o bairro das panelleiras. Na hora que acabar a panela de barro aqui no nosso bairro, acabou Goiabeiras também”.

Belmira também percebe um crescimento significativo da região de Goiabeiras nos últimos anos. Ela relata que quando chegou em Goiabeiras, a região era pouco habitada, com muito mato e áreas de mangue: “Cheguei aqui em 1946. Isso aqui era mato. Onde nós estamos era mato. Para baixo era tudo mangue. Só tinha umas casinhas, uns barraquinhos. Quando a maré enchia a água subia, ficava tudo embaixo d’água por aqui”.

Assim como Joana e Belmira, Laurinda também enxerga mudanças significativas no bairro de Goiabeiras após a construção do galpão das panelleiras, como a urbanização do bairro, aumentando o fluxo de turistas e o desenvolvimento da região. “Aqui era mais mato. Urbanizou o bairro, fizeram as ruas, asfaltaram tudo aqui. Era terra. Botaram luz. O bairro virou um bairro turístico, muito conhecido pelos turistas. Todo mundo procura”.

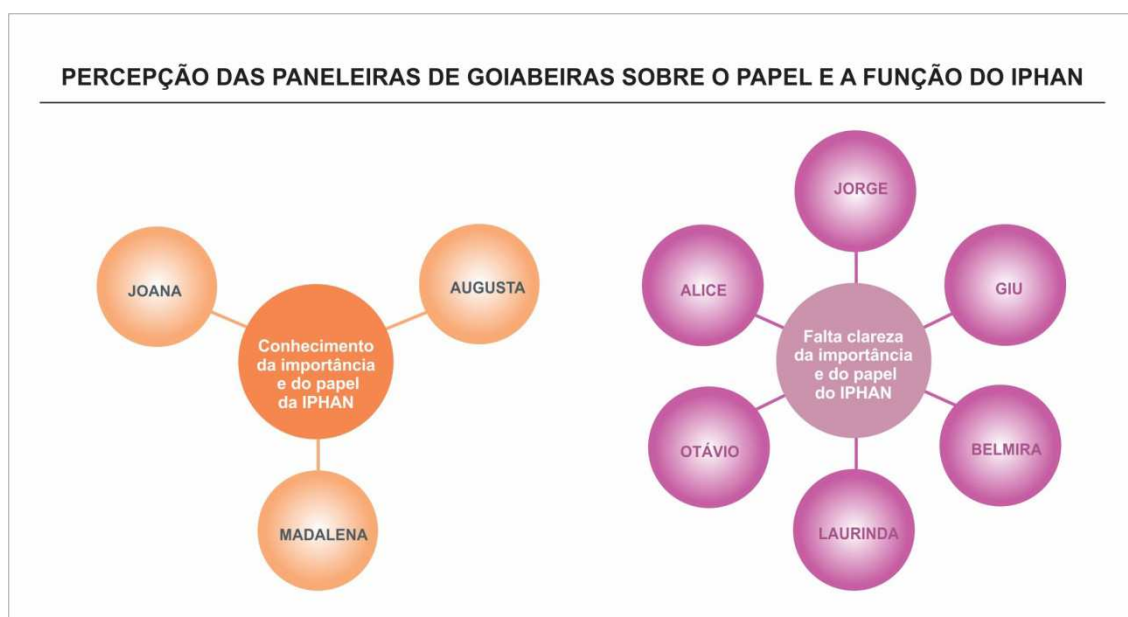
Entretanto, essa é uma visão equivocada e/ou propositadamente incentivada, pois o crescimento desse espaço deu-se com a instalação de uma Faculdade no local, o que valorizou o espaço e atraiu investimentos imobiliários para o mesmo, o que acabou por contribuir para a divulgação das panelleiras.

3.11 A PERCEPÇÃO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS SOBRE O PAPEL E A FUNÇÃO DO IPHAN APÓS O REGISTRO DAS PANELEIRAS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

As panelleiras de Goiabeiras entrevistadas não têm clareza da importância e do papel do IPHAN na proteção, restauração, preservação, promoção e revitalização da cultura da panela de barro. Somente Joana e Augusta possuem algum conhecimento do papel do IPHAN na preservação da cultura imaterial, pois Joana é a presidente da Associação das Panelleiras de Goiabeiras e Augusta faz parte da diretoria da Associação. Segundo Halbwachs (1990), as visões dos indivíduos sobre o passado são incompletas, parciais e podem variar conforme a posição que este ocupa num determinado grupo e conforme mudam as relações desse grupo com outros meios. Assim, como Joana e Augusta estão engajadas na Associação das Panelleiras, têm acesso à informação e possuem maior conhecimento das questões políticas e públicas que envolvem o ofício da panela de barro, conseguem recordar mais facilmente sobre esse assunto, pois esse é um terreno comum para elas (HALBWACHS, 1990). Ainda assim, não falam com propriedade sobre o tema.

Os demais entrevistados têm conhecimento do registro do ofício das panelas de Goiabeiras no livro dos Saberes do IPHAN, tornando-se Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, porém não tem nenhuma outra informação ou conhecimento adicional sobre esse fato. Não conhecem o papel do IPHAN, suas funções, atribuições, sua atuação, finalidade e importância. Mostraram-se perdidos quando questionados sobre esse assunto e desconfortáveis por não terem conhecimento para discorrer sobre o tema.

Figura 37 - Percepção das panelas de Goiabeiras sobre o papel e a função do IPHAN



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

A falta de conhecimento sobre o papel e a importância do IPHAN para as panelas é relatado por Joana. Segundo ela, as panelas têm dificuldade para assimilar o papel e a importância do IPHAN: “Já pedimos para eles (IPHAN) fazerem uma cartilha para informar sobre o patrimônio histórico. Muitas panelas não sabem falar, explicar o que é o IPHAN. Muitas não sabem falar o que é isso”. Segundo ela, além de falta de informação, falta também interesse das panelas: “Falta informação e interesse em perguntar, saber. Nossa panela é conhecida mundialmente, nossa panela é patrimônio histórico. Muita gente nem conhece a história. Eu conto a história todinha, mas muita gente não sabe”. Ela diz que o IPHAN precisa orientar as panelas, mas que as panelas também precisam buscar informações sobre o registro do ofício como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil: “As pessoas se não souber, têm que perguntar quem sabe. Têm que se informar”.

Em relação à fiscalização do IPHAN, Joana relata a preocupação que as panelleiras tiveram quando a prefeitura iniciou os projetos de modernização do galpão onde elas trabalham e comercializam suas panelas. Segundo ela, essa era uma preocupação das panelleiras, pois tinham receio do IPHAN não renovar o registro das panelleiras de Goiabeiras como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, devido à modernização do galpão:

quando foi feito esse galpão aqui, muitas pessoas de fora criticaram. Que não poderia ser assim. Que panelleira tinha que trabalhar em galpão caindo aos pedaços mesmo. Galpão moderno... não podia ter vidro... meu Deus, estão falando isso, nós vamos perder o título dessa vez agora. Pessoal achava que o galpão mais moderno e mais arrumado iria prejudicar a revalidação do registro, porque o galpão está mais moderno. (Joana).

Com dúvidas e em busca de esclarecimentos, Joana, então presidente da Associação das Panelleiras de Goiabeiras, procurou o IPHAN:]

o que eu fiz? Eu corri, fui no IPHAN, conversei. Nada disso, vocês têm que evoluir, não se preocupa. Só porque é panelleira, não podem evoluir? Não esquenta a cabeça não. Pessoal achava que não, criticava. O IPHAN disse: vocês não estão mudando o saber de vocês. O saber de vocês é a mesma coisa. Do jeito que vocês fazem panela, vocês estão fazendo. Porque tem um vidro ali em cima, porque o galpão é moderno, não. (Joana).

Assim, depois de esclarecido que a modernização do galpão não influenciaria o modo de produção da panela de barro, nem modificaria o saber das panelleiras, o local de trabalho e de comercialização da panela foi ampliado e reformado pela prefeitura, dando às panelleiras maior conforto para trabalhar e maior espaço para comercializar as panelas de barro.

Em relação à percepção das panelleiras dos benefícios que obtiveram depois do ofício da panela de barro ser registrado no livro dos Saberes como Patrimônio Cultural Imaterial, Augusta acredita que as panelleiras conseguiram um pouco mais de reconhecimento e apoio:

depois que veio esses órgãos assim, a gente é reconhecida um pouco mais, pelo IPHAN também. Melhorou depois do registro. Nós que somos panelleiras nós precisamos dessas coisas. Nós não podemos fazer tudo por nós não. Porque a maioria não são estudadas. Eu mesmo não sou estudada. A maioria não é. A gente precisa de uma pessoa para dar um empurrãozinho. E esses órgãos ajudam nesse sentido. (Augusta).

Já Madalena relata que a contribuição do Iphan para o reconhecimento e a divulgação das panelleiras como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil é pequena. Ela diz que poucas pessoas sabem que as panelleiras de Goiabeiras são registradas como Patrimônio Cultural Imaterial e que precisaria de maior divulgação por parte do IPHAN:

tem muita gente que não sabe que isso aqui é patrimônio tombado. Tem muita gente que não sabe. Não é divulgado. Eles vieram aqui, mudaram. Colocaram como patrimônio tombado. Mas não foi divulgado. Muita gente vem aqui, a gente fala e eles ficam entusiasmados. Porque eles não sabem ainda. Tinha que ser divulgado. É pouco divulgado. A contribuição do IPHAN é pequena em termos de reconhecimento das paneleiras. Eles vêm, tiram fotos da gente. Estou esperando até hoje fazer a exposição das fotos. (Madalena).

Ela diz ainda que as pessoas buscam modernizar as panelas de barro, inserindo arte na tampa da panela, ou nas alças, mas que isso não é bem visto pelo IPHAN, pois diferencia essas panelas da panela de barro tradicional. “Panela é a tradicional, sem nada, sem ser decorada sem peixinho na tampa. Eu não acho certo esse negócio de enfeitar, escrever. O IPHAN não quer, não aceita, tem que manter a tradição, senão é uma quebra de acordo”.

Jorge não percebe mudanças após o ofício da panela de barro ter sido registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil: “Para falar a verdade o que mudou mesmo foi o galpão. Eu não estou percebendo nada além do que já estava não. Sinceramente não. É só isso”. Foi possível perceber na fala de Jorge desconhecimento do papel do IPHAN na preservação e na continuidade dos bens registrados.

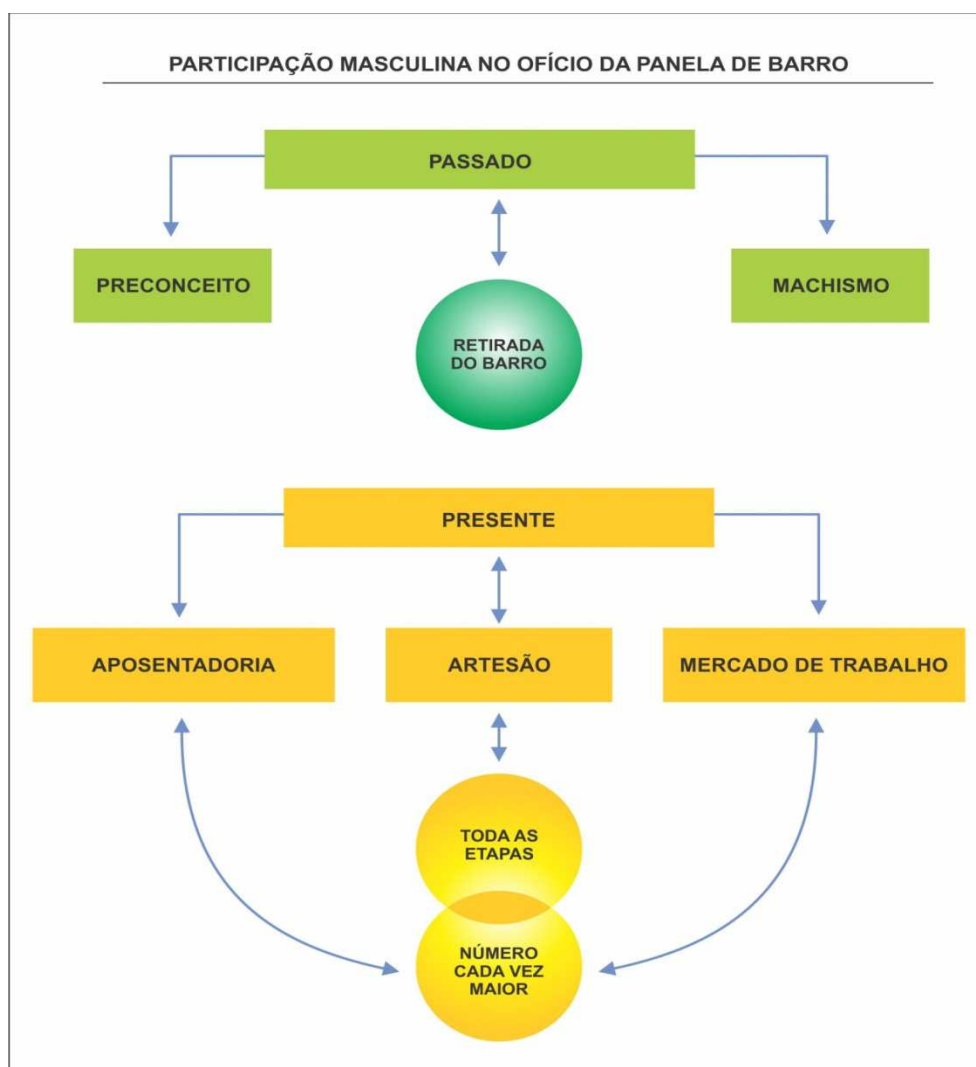
Quando questionada sobre o aumento da visibilidade das paneleiras de Goiabeiras após serem registradas pelo IPHAN como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, Giu acredita que após o registro as paneleiras se tornaram mais conhecidas fora do estado do Espírito Santo e isso trouxe maior reconhecimento para elas. “A gente ficou mais reconhecido. Porque antigamente muitas pessoas compravam as panelas, antes, quando trabalhava nas casas, mas não era gente de fora. Não conhecia na época. Então ajudou pra caramba”. Já quando questionada se o IPHAN ajuda a divulgar o ofício da panela de barro, ela não soube responder e confundiu a pergunta respondendo sobre os sites da Internet que divulgam o trabalho das paneleiras e fazem venda online. Mais uma vez, foi possível perceber desconhecimento de Giu em relação ao papel do IPHAN.

Os entrevistados Belmira, Laurinda, Otavio e Alice não souberam responder sobre a importância do registro do ofício das paneleiras de Goiabeiras no livro de Saberes do IPHAN, tornando-as Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Esses entrevistados não tinham conhecimento do papel e da função do IPHAN na preservação e no apoio à continuidade do ofício das paneleiras de Goiabeiras.

3.12 PARTICIPAÇÃO MASCULINA NO OFÍCIO DA PAINELA DE BARRO

O ofício da confecção da painela de barro já foi predominantemente feminino. A participação masculina no ofício tem sido cada vez mais expressiva, especialmente na modelagem da painela. Aos homens competia a retirada do barro, pois essa era considerada uma atividade pesada e masculina. Existia o preconceito masculino para trabalhar na modelagem da painela, uma vez que essa atividade era vista como uma atividade feminina. Hoje, a figura masculina está presente em todas as etapas da confecção da painela de barro e em números cada vez maiores.

Figura 38 - Participação masculina no ofício da painela de barro



Fonte: Elaborada pela autora a partir das análises dos dados

Segundo Joana, a presença masculina no processo de fabricação da painela de barro era maior na retirada do barro, tarefa pesada que já foi realizada também por mulheres no

passado. As mulheres cavavam o barro e levavam os filhos para fazer as bolas, pisar em cima e amassar o barro.

Segundo Joana, o ofício da panela de barro é tipicamente feminino, porém nos últimos anos, no galpão, nota-se a presença de muitos homens, em quantidades cada vez maiores. Ela relata que os homens tinham muita resistência, devido ao nome da Associação: Associação das Paneleiras de Goiabeiras. Existia um preconceito, pois se referiam à essa profissão como “Paneleira”, então, essa era, na percepção deles, uma atividade feminina:

toda vida paneleira foi a mulher. Foi a mulher quem fez as panelas. Hoje tem homens trabalhando no galpão, mas não há muito tempo. Muitos trabalham muito bem. Os homens começaram mais no barreiro, mais na escolha de barro. Era resistente para eles, porque falavam que a profissão era de mulher. Achavam que era uma atividade feminina. Com a falta de emprego, os homens começaram a fazer panela. (Joana).

Segundo Joana, a aposentadoria ou a dificuldade no mercado de trabalho foram os motivos que levaram os homens a trabalhar no ofício da panela de barro. “Aprendeu dentro do galpão, não aprendeu em casa com a mãe. A presença do homem no galpão é mais por falta de oportunidade de emprego ou devido à aposentadoria”.

Ela relata que não houve resistência das mulheres em aceitar os homens no ofício da confecção da panela de barro “Não, não houve resistência não. O marido que não faz, vem ajudar a mulher a queimar. São parentes. São maridos, sobrinhos, filhos”.

Jorge, que prefere ser chamado de artesão ao invés de paneleiro, concorda com Joana e relata que realmente havia preconceito do homem, por ser um ofício reconhecido como tipicamente feminino:

anos atrás eram só as mulheres, as esposas que trabalhavam na panela de barro. Eu acho que a questão é um pouco do machismo do homem. Com certeza tinha preconceito. Os homens tinham preconceito, porque eles achavam que só as mulheres tinham que fazer panelas. Os homens só ajudavam. Tiravam o barro, transportavam as panelas prontas, ajudavam a queimar. Mas eles não faziam. Nada no processo de panela. Achavam que aquilo era só mulher. Acham que se ele fazer isso ele não é homem. (Jorge).

Segundo Jorge, esse preconceito do homem com a confecção da panela de barro tem diminuído, e hoje nota-se que o número de homens no galpão, trabalhando na fabricação da panela de barro, vem aumentando: “Como hoje já vivemos em outros tempos, acabou essa coisa de discriminação. A gente já pensa de outra forma. Não tem essa de isso é para homem

isso é para mulher”. Jorge diz ainda que o tempo os ajudou a compreender a profissão e a desmistificar a questão do gênero: “O tempo também vai ajudando, vai facilitando a gente a pensar sobre isso. Hoje está mais tranquilo. Os homens não pensam mais assim. A gente mete a cara. Às vezes a dona da bancada está sentada e eu homem fazendo a panela”.

Jorge relata que, para ele, nunca houve impedimento para fazer panela de barro, pois iniciou na profissão de artesanato muito cedo, e nunca teve vergonha ou preconceito com o ofício da panela de barro: “E eu comecei com isso desde garoto e nunca pensei que eu não pudesse fazer panela. Eu já cresci com esse pensamento de fazer qualquer coisa. Comecei a fazer a panela. Para mim era uma coisa normal”. Ele conta que o preconceito e o machismo surgiam das pessoas mais velhas, por terem um pensamento mais conservador: “Só que para os mais antigos já não era normal, porque eles achavam que era só a mulher que podia fazer a panela. Hoje nós estamos aí, trabalhando com a panela de barro. Era machismo, não tenho dúvidas que era”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto anteriormente, podemos chegar a algumas considerações sobre o ofício das panelleiras de Goiabeiras e sua representatividade na cultura capixaba.

Em primeiro lugar, apesar do ofício das panelleiras de Goiabeiras ser registrado como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro pelo IPHAN, a grande maioria da população capixaba ignora esse fato, o que demonstra o desconhecimento e a desvalorização da sociedade capixaba por sua cultura e história. As próprias panelleiras têm dificuldade de exteriorizar o papel e a importância do IPHAN na proteção, promoção, restauração, preservação, valorização e revitalização da cultura da panela de barro, tendo como pressuposto a sua continuidade. Elas têm conhecimento que o ofício foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial, mas a maior parte delas não se arrisca a falar sobre o assunto, por falta de conhecimento, e, quando se arriscam, não falam com propriedade sobre o tema.

Em segundo lugar, o ofício além de ser desvalorizado pela sociedade também o é pelos descendentes diretos das panelleiras, conforme relatos apresentados, o que gera descrédito em relação ao ofício, coloca em risco a sua continuidade, e mais sério ainda, a perda da identidade de uma geração secular que faz parte do patrimônio capixaba. Os mais jovens, ao observar que o trabalho é desgastante e não rentável, estão cada vez mais buscando postos de trabalho com remuneração fixa, não se interessando pelo ofício das mães, avós ou bisavós. Permanecem trabalhando no galpão das panelleiras somente para garantir uma renda extra ou quando desempregados, não existindo o compromisso com a continuidade da tradição da panela de barro.

Assim, é possível inferir que há um grande envolvimento emocional das panelleiras com o ofício da panela de barro, mas o mesmo não é visto em relação aos seus descendentes, que buscam se distanciar do ofício da panela de barro. Percebe-se, que a falta de interesse das gerações mais jovens com a continuidade do ofício faz com que os laços com as tradições dos antepassados se distanciem, dando abertura para o ofício ser absorvido por não descendentes das panelleiras, pondo em risco a tradição cultural e secular das gerações. As panelleiras mostram-se preocupadas em não conseguir preservar internamente os valores e as crenças que sustentam a tradição da panela de barro e ficam aflitas com a possibilidade de extinção do ofício, apesar de não pensarem ou buscarem alternativas para que isso não aconteça.

Aliado a isso, pela desvalorização do ofício, muitas paneleiras se sentem invisíveis, desprestigiadas e desvalorizadas, especialmente quando a “criatura” é mais valorizada que o “criador”, gerando desconforto e desagrado nas detentoras do saber. Essa insatisfação leva à frustração, uma vez que elas reconhecem a importância do ofício para a cultura capixaba, já que a panela de barro é um dos mais fortes símbolos (se não o mais forte) culturais do Espírito Santo. A frustração também é decorrente de não conseguirem separar a história da panela de barro da história de suas vidas, histórias vivas, totalmente imbricadas, repleta de laços afetivos e de lembranças que guardam vínculos difíceis de separar, e que elas sentem-se na obrigação de perpetuar, em respeito e consideração ao passado vivido e às memórias de seus antepassados. O orgulho que sentem do passado, no presente dá lugar a sentimentos de incerteza e de perda, pelo risco da extinção da tradição secular.

Ainda pela desvalorização do ofício, muitos moradores da comunidade, potenciais representantes do ofício, sentem-se marginalizados, principalmente os do sexo feminino, e preferem procurar outras ocupações que lhes dão mais “status”. Isso gera uma ambiguidade de sentimentos que tende a afastar as pessoas da comunidade.

Encontrou-se um galpão com discursos divergentes, ora repletos de orgulho e satisfação, ora repletos de insatisfação, críticas constantes, queixas e reclames com relação à valorização e reconhecimento da população capixaba, às condições de trabalho e à forma de tratamento das autoridades para com as paneleiras.

Aqui fica clara a falta de uma política pública mais agressiva, não só para divulgar, mas principalmente garantir a continuidade do ofício, e com isso contribuir para aumentar a autoestima dos envolvidos no processo, tanto direta como indiretamente.

As paneleiras mantêm a tradição secular, referência do estado do Espírito Santo, mesmo diante de dificuldades que perpassam questões sociais, políticas e, sobretudo, econômicas. Lutam por prestígio, status, reconhecimento e valorização de sua arte, e para exterminar o descaso dos setores públicos que seriam responsáveis por promoverem e divulgarem seus trabalhos.

Com essa pesquisa, esperamos contribuir para o fortalecimento da comunidade das paneleiras de Goiabeiras, representante da cultura capixaba e possibilitar o reconhecimento

social das mesmas nos cenários estadual, nacional e internacional, proporcionando uma visibilidade maior para as detentoras do ofício registrado no IPHAN.

Outro resultado pretendido com o estudo refere-se à contribuição do trabalho para o aprofundamento do referencial teórico referente à política cultural brasileira e ao Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, devido à escassez de trabalhos dessa natureza na literatura brasileira.

Também esperamos sinalizar para a necessidade de adoção de políticas públicas municipais, estaduais e nacionais que valorizem as culturas locais, principalmente as reconhecidas pelo órgão maior da área, o IPHAN.

5 REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BARROS, M. M. L. **Memória e família**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- BERNARDO, Terezinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC: Editora UNESC, 1998.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em abril de 2013.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1983.
- CORÁ, Maria Amélia Jundurian. **Do material ao imaterial: Patrimônios Culturais do Brasil**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2011.
- CORÁ, MARIA AMELIA JUNDURIAN; et al. Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: análise dos 10 anos de implantação. **V Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social**: Florianópolis – SC, 2011.
- CORÁ, Maria Amélia Jundurian; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Política Cultural de Patrimônios do Brasil: do material ao imaterial. **XXXVI Encontro da ANPAD**: Rio de Janeiro – RJ, 2012.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- DIAS, Carla da Costa. **Panela de barro preta: a tradição das paneleiras de goiabeiras, Vitória – ES**. RJ: Mauad X: FACITEC, 2006.
- _____. **“Ser Paneleira não é Brincadeira” – Estratégias de associação política na construção de uma categoria profissional**. Arquivos do Museu Nacional: Rio de Janeiro – RJ, v.64, n.3, p. 203-213, 2006.
- DOSSIÊ IPHAN 3. **Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. Brasília – DF: Iphan, 2006.
- FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GODOY, A. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

_____. Entendendo a pesquisa qualitativa. In: HANASHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCARELLI, L. M. (Org.). **Gestão do Fator Humano**: uma visão baseada em stakeholders. Saraiva, 2007.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

IPHAN. **Certidão de registro do ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. Brasília: Iphan, [s.d.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=352>. Acesso em abril de 2013.

IPHAN. **Decreto nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=295>. Acesso em abril de 2013.

IPHAN. **Dossiê - Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. – Brasília, DF: Iphan, 2006a.

IPHAN. Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois. A trajetória da Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. Brasília. IPHAN/Minc, 2006b.

IPHAN, **Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=13493&retorno=paginaIphan>. Acesso em abril de 2013.

IPHAN. **Missão do Iphan**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15145&retorno=paginaIphan>. Acesso em abril de 2013.

IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial para saber mais**. Brasília: IPHAN/MinC, 2007.

IPHAN, **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em abril de 2013.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. Brasília: IPHAN/MinC, 3. ed. 2008.

IPHAN. **Resolução nº. 001, de 03 de agosto de 2006**, publicada no DOU de 23 de março de 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=690>. Acesso em abril de 2013.

KING, N. The Qualitative Research Interview. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (Ed.). **Qualitative Methods in Organizational Research**: a practical guide. London; Thousand Oaks, Calif.: Sage Pub., 1999.

LEFEBVRE, Henri. The Production of space. Massachusetts: Blackwell, 1974.

LEHRER, Jonah. **Proust foi um Neurocientista**: Como a arte antecipa a ciência. 1a Edição. Rio de Janeiro: Ed. Best Seller, 2010.

LLOSA, Mario Vargas. **A civilização do espetáculo**: Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estud. av.**, São Paulo, v.17, n. 48, 2003.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência : um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória: EDUFES, 2013.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. 2ª ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

_____. **Qualitative research in practice**. Examples for discussion and analysis. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, v. 8, n. 08, 2010.

NICOLE, Braz Campos. et al. As panelleiras de goiabeiras e a arte de fazer panela de barro: ensaio etnográfico sobre a cultura do barro. **Simbiótica**, UFES, v.01, n.01, 2012.

ORTIZ, Renato. As ciências sociais e a cultura. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 14(1): 19-32, maio de 2002.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RIOS, F. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo.” **Revista Intratextos**, vol 5, n. 1, p. 1-22, 2013.

SANT’ANNA, Giovana Gava; CAMILETTI, Sergio Robert. Tradição e Modernidade: uma reflexão sobre os desencaixes nas panelleiras de Goiabeiras. **V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**: Belo Horizonte – MG, 2008.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introduction to qualitative research methods**: a guidebook and resource. 3ª ed. New York: John Wiley, 1997.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: 17 de outubro de 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em abril de 2013.

VILLAÇA, F. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M.A.A. de, e outros. **Metrópole e globalização**. São Paulo, Cedesp, 1999a.

_____. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2009.